



RIO

PUC

Dissertação de Mestrado

Alternativas ao Desenvolvimento?

Uma análise sobre os Fundos de Mulheres e
os Fundos Feministas a partir do Marco
Feminismo Transnacional Negro

Yasmin Bitencourt Andrade da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2025

Dissertação de Mestrado



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Alternativas ao Desenvolvimento?

Uma análise sobre os Fundos de Mulheres e
os Fundos Feministas a partir do Marco
Feminista Transnacional Negro

Yasmin Bitencourt Andrade da Silva

Orientação: Professora Isabel Rocha de Siqueira

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Relações Internacionais pelo programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais, no Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Alternativas ao Desenvolvimento?

Uma análise sobre os Fundos de Mulheres e os Fundos Feministas a partir do Marco Feminista Transnacional Negro

Yasmin Bitencourt Andrade da Silva

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Aprovada pela Comissão examinadora abaixo:

Professora Isabel Rocha de Siqueira

Orientadora e Presidente
Departamento

Professora Marta Fernandez

PUC-Rio

Professora Diana Aguiar Orrico Santos

UFBA

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2025.



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Yasmin Bitencourt Andrade da Silva

Mestra em Relações Internacionais pela PUC-Rio e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, é pesquisadora e educadora popular com atuação na interseção entre Feminismos, Direitos Humanos e Economia Política Internacional. Sua trajetória combina produção acadêmica crítica, prática política e engajamento em processos formativos com movimentos sociais, especialmente nas agendas de Direitos Sexuais e Reprodutivos, autogestão e Bem Viver nos Territórios e impactos de megaprojetos de desenvolvimento.



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Ficha Catalográfica

Silva, Yasmin Bitencourt Andrade da

Alternativas ao desenvolvimento? : uma análise sobre os fundos de mulheres e os fundos feministas a partir do Marco Feminista Transnacional Negro / Yasmin Bitencourt Andrade da Silva ; orientação: Isabel Rocha de Siqueira. – 2025.

180 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2025.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Fundo de mulheres. 3. Redes feministas. 4. Financiamento feminista. 5. Alternativas ao desenvolvimento. 6. Política internacional. I. Siqueira, Isabel Rocha de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

À Ana Maria Bitencourt dos Santos
in memoriam
À Luzia de Andrade Silva
in memoriam

Agradecimentos

Sou grata à espiritualidade por me acompanhar permanentemente. Por me ensinar a sonhar e me permitir, com o seu amparo, realizar. Mas, sobretudo, aprender com o caminhar e não deixar de acreditar. Modupé Orixá! Adupé Iyá Mi Jaciara Ribeiro!

Ao movimento feminista, que me aborrece e me transforma. Que me ensina o que é se desafiar para transformar a luta política. Especialmente agradeço a Lorena Cabnal, feminista comunitária e indígena de Abya Yala, que não só me permitiu em 2018, ao conhecê-la, seguir acreditando na construção de um feminismo nosso, mas também a aprender a não tomar mais café com açúcar. Sou grata pela vida e pela esperança de todas as feministas que tive a alegria de conhecer e admirar, em destaque, as que compartilham deste território astral latino-americano comigo. Às minhas amigas angolanas e moçambicanas pelo compromisso incessante, sorrisos, lágrimas e pela certeza dos próximos encontros construindo o melhor do português. À todas as minhas companheiras aborteiras dessa gigantesca onda verde que irá derrubar os fundamentalistas e o emburrecimento que eles querem criar no mundo.

Às feministas negras que, com sua radical imaginação política, dão sentido às lutas que eu dedico a mais profunda fé e compromisso, assim como com suas teorias permitiram que este trabalho fosse possível a partir de novos parâmetros para pensar as Relações Internacionais. Em especial, agradeço à Ana Santos, Saney Souza, Ana Gualberto, Savana Brito, Rogéria Peixinho, Luiza Nascimento, Nzinga Cavalcante, Aline Lima, Marcelle Decothé, Janja da Silva, Silvia Baptista, Marina Ribeiro, Thais Matos, Tainah Pereira, Yane Mendes, Flora Rodrigues, Sarah Marques, Mãe Sessi e Makota Kindoialê.

À minha mãe, Rose Bitencourt, que com toda firmeza me confirmou que eu me faria mestra nesta intuição, simplesmente porque um dia este desejo habitou o meu coração. Que todas as bençãos que você, mãe, me presenteou nesta vida renovem a sua saúde para que a gente possa desfrutar juntas de todos os frutos que ainda virão de novas conquistas. Te amo com todo o meu coração!

Às minhas sobrinhas Anne, Bella, Dom, Aurora, Elisa, Mateus, Gabriel, Zayon, Aimé e Sol por alimentarem meu ânimo em construir e sonhar para viver com vocês!

À Luisa Fenizola, meu amor, minha companheira, por absolutamente tudo que nosso amor representa na minha vida, pela admiração e pelo orgulho que compartilhamos uma pela outra.

Às minhas professoras do IRI - em especial Prof.^a Isabel Siqueira, pela orientação durante toda essa jornada. E às minhas professoras da Rural e de todos os espaços formativos que passei, desde a primeira escola até hoje, por todo respeito e carinho dedicado ao ensino de qualidade. Estou aqui porque estive com vocês.

À minha madrinha Edna Olimpia por me abençoar como somente uma madrinha taurina, professora doutora e mulher de fé pode fazer. Muito obrigada por abraçar e abençoar meus caminhos na vida adulta sem me deixar esquecer das minhas gargalhadas da infância.

À minha tia Tais Bitencourt por todas as bruxarias, pela escuta, pela sua fé que me ensina a ser poderosa. Por ter sido a primeira Biten a falar outros idiomas, por ser exemplo de honestidade e autonomia com humildade e pé no chão.

Sou grata às minhas amigas apoiadoras acadêmicas, que riscaram o ponto de virar mestras comigo – Raquel, Maria Beatriz, Mariana e Eduarda. Agradeço às minhas amigas de infância, minhas irmãs de vida, Beatriz, Jéssica, Lorraine, Mariana, Amanda, Gabi e tantas amigas que me permitem ser quem sou livremente.

No mesmo tom de dimensão fundamental, agradeço ao Gustavo Constantino e Rodrigo Curty, companheiros ruralinos, que seguraram a minha mão e me ajudaram a acreditar em cada uma das palavras postas neste texto. Que o companheirismo que vocês dedicaram a mim, não somente agora, mas especialmente nesse mestrado, possa ser retribuído de todas as melhores maneiras possíveis a vocês, por mim e pelo mundo. Somos brilhantes!!!

Com amor e certa de que há muitos outros agradecimentos a vir, sigo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

SILVA, Yasmin Bitencourt Andrade da. Siqueira, Isabel Rocha de (Adviser). **Alternativas ao Desenvolvimento?** Uma análise sobre os Fundos de Mulheres e Fundos Feministas a partir do Marco Feminista Transnacional Negro. Rio de Janeiro, 2025. 180p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2025.

Esta dissertação analisou a atuação dos Fundos de Mulheres a partir do referencial do Marco Feminista Transnacional Negro, com o objetivo de investigar em que medida essas iniciativas dialogam com as críticas ao paradigma hegemônico do desenvolvimento, apresentando alternativas baseadas em redes de solidariedade e interseccionalidade como ferramentas políticas. De partida, foi apresentado o debate clássico e contemporâneo sobre desenvolvimento, incluindo seus críticos, a fim de fundamentar bases teóricas. Na sequência, o feminismo transnacional é recurso analítico que articula as dimensões de gênero, raça, classe e poder, destacando as redes feministas e suas estratégias de ação e solidariedade globais. A partir de ambos os referenciais, a dissertação discutiu o campo do financiamento internacional, especialmente a emergência dos fundos feministas, considerando as tensões entre autonomia e burocracias da cooperação internacional e os meios pelos quais essas iniciativas promovem práticas de desenvolvimento autônomas e decoloniais. Ao conectar feminismo interseccional, solidariedade e financiamento alternativo, esta pesquisa contribuiu para o aprofundamento dos estudos críticos sobre desenvolvimento, ampliando as possibilidades de transformação e organização social a partir das lutas feministas transnacionais organizadas.

Palavras-chave

Fundo de Mulheres; redes feministas; Financiamento Feminista; alternativas ao desenvolvimento; Política Internacional.

Abstract

SILVA, Yasmin Bitencourt Andrade da. Siqueira, Isabel Rocha de (Orientadora). **Alternatives to Development?** An Analysis of Women's and Feminist Funds through the Transnational Black Feminist Framework. Rio de Janeiro, 2025. 180p. Master's Dissertation – Institute of International Relations, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, 2025.

This dissertation analyzed the work of Women's and Feminist Funds through the framework of the Black Transnational Feminist Framework, with the aim of investigating to what extent these initiatives engage with critiques of the hegemonic development paradigm, presenting alternatives based on networks of solidarity and intersectionality as political tools. It began by presenting the classical and contemporary debates on development, including their critics, in order to establish a theoretical foundation. Next, transnational feminism is employed as an analytical framework that articulates the dimensions of gender, race, class, and power, highlighting feminist networks and their strategies of global action and solidarity. Drawing on both frameworks, the dissertation discussed the field of international funding, particularly the emergence of feminist funds, considering the tensions between autonomy and the bureaucracies of international cooperation, as well as the ways in which these initiatives foster autonomous and decolonial development practices. By connecting intersectional feminism, solidarity, and alternative financing, this research contributed to advancing critical development studies, expanding the possibilities for social transformation and organization grounded in organized transnational feminist struggles.

Keywords

Women's Funds; feminist networks; Feminist Funding; alternatives to development; International Politics.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	5
1.1 Os estudos sobre o desenvolvimento na Economia Política Internacional	5
1.2 O Paradigma da Modernização como modelo hegemônico de desenvolvimento	7
1.3 Críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.....	11
1.3.1 CEPAL e Paradigma da Dependência	16
1.3.2 O pós-desenvolvimento	22
1.4 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)	30
1.4.1 Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD)	31
1.4.2 Sociedade civil, filantropia e iniciativa social privada	34
1.5 Considerações finais do capítulo	43
CAPÍTULO 2 – FEMINISMO TRANSNACIONAL E DESENVOLVIMENTO	46
2.1 Gênero, Feminismos e Relações Internacionais	46
2.1.1 Da crítica ao feminismo do Norte Global à interseccionalidade	47
2.1.2 O gênero como categoria de análise nos estudos em Relações Internacionais (RIs).....	56
2.2 Epistemologias feministas	61
2.2.1 Feminismo Transnacional.....	68
2.3 Gênero como categoria dos Estudos de Desenvolvimento	73
2.3.1 Mulheres no Desenvolvimento (WID, em inglês).....	75
2.3.2 Mulheres e Desenvolvimento (WAD, em inglês)	78
2.3.3 Gênero e Desenvolvimento (GAD, em inglês)	80
2.3.4 Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento (WED).....	81
2.3.5 Pós-modernismo e Desenvolvimento (PAD)	83
2.4 Marco Feminista Transnacional Negro	85
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS FUNDOS DE MULHERES E FUNDOS FEMINISTAS.....	91

3.1 O cenário do financiamento para o desenvolvimento internacional	93
3.2 Definição de Fundos de Mulheres e Fundos Feministas e financiamento feminista	97
3.3 Análise dos documentos	107
3.3.1 Documento I - Feminist Funding Principles	107
3.3.2 Documento II - Rays of Resistance	113
3.3.3 Documento III - Change That Lasts	116
3.3.4 Documento IV - Onde está o dinheiro para os movimentos das feministas negras?	121
3.4 Conclusões do capítulo	141
CONCLUSÃO	142
REFERÊNCIAS	148

Lista de quadros

Quadro 1 – Documentos selecionados para análise	92
Quadro 2 – Dez princípios básicos de Fundos de Mulheres segundo o <i>Feminist Funding Principles</i>	108
Quadro 3 – Financiamentos ativos em 172 países	138

Lista de figuras

Figura 1 – Capa do <i>Feminist Funding Principles</i>	107
Figura 2 – Capa do <i>Rays of Resistance</i>	113
Figura 3 – O impacto em números	114
Figura 4 – Capa do <i>Change that lasts</i>	116
Figura 5 – Capa do <i>Onde está o dinheiro para os Movimentos das Feministas Negras?</i>	122
Figura 6 – “Essas barreiras não”	129
Figura 7 – Capa do <i>Feminist Funding in Practice</i>	132
Figura 8 – Financiamento concedido entre 2016-2020	134
Figura 9 – Os dez principais fundos de mulheres e fundos feministas	135
Figura 10 – Ativistas no centro do trabalho	136
Figura 11 – Os fundos da rede triplicaram sua receita anual de 2016 a 2020	137
Figura 12 – 75% dos membros do Prospera estão localizados no sul e leste do mundo	139
Figura 13 – Doação de indivíduos	140
Figura 14 – Construindo movimentos	142
Figura 15 – O pessoal é internacional	147

Lista de tabelas

Tabela 1 – Questões de direitos visadas por organizações feministas negras	124
Tabela 2 – Recursos para a Comunidade Negra: Divisão por Gênero, Orientação Sexual e Idade	126
Tabela 3 – Porcentagem de financiamento de direitos humanos para comunidades negras	127

Lista de siglas

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
AOD	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
APWLD	Asia Pacific Forum on Women, Law and Development
AWID	Associação para o Desenvolvimento dos Direitos das Mulheres
CAD	Conselho de Assistência para o Desenvolvimento
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
DAWN	Development Alternatives with Women for a New Era
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EFLAC	Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos
FFA	Fórum Africano Feminista
FFD4	4ª Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAD	Gênero e Desenvolvimento
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
ISP	Investimento Social Privado
LBT	Lésbicas, bissexuais, trans
LBTQIA+	Lésbicas, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais e outras identidades
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais e outras identidades

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais e Não-binárias e outras identidades
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAD	Pós-modernismo e Desenvolvimento
PAE	Programa de Ajuste Estrutural
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PPP	Parcerias público-privadas
PSI	Programa de Substituição de Importações
RFTs	Redes Feministas Transnacionais
RI	Relações Internacionais
UFFRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Mulheres das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
WAD	Women and Development
WED	Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento
WID	Mulheres no Desenvolvimento

[...] nem vocês sabem de onde vem a água
Quantos de vocês cavaram o poço e pediram licença para a mãe d'água?
Nenhum
Certamente não estão entendendo o que eu to dizendo
Eis o mundo desenvolvido
O mundo se desenvolve
Ele não evolui
Ele apenas chega no ápice da ignorância humana
O homem desenvolvido é o homem ignorante
Porque ele deixa de acreditar na terra
Para acreditar no domínio dele sobre a terra
A terra não é minha
Mas eu sou da terra
Pra vocês (que eu não sei quem são) é diferente
A terra é de vocês
O rio é de vocês
A mata que é toda igual é de vocês
Como isso foi possível?
De repente eu não vim aqui pra ser questionado
Mas para questionar
Eu quero saber
O que tem dentro das caixas brancas?
Porque envolvimento não tem
Tem sentimento?
Tem coração?
Tem amor?
Porque se tiver amor arranquem de dentro de vocês
E se relacionem com ele

Zica Pires, Quilombo Santa Rosa dos Pretos

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a atuação dos Fundos Feministas e Fundo de Mulheres a partir do referencial do feminismo transnacional a fim de investigar em que medida essas iniciativas são críticas ao paradigma hegemônico do desenvolvimento, apresentando alternativas baseadas em redes de solidariedade e interseccionalidade como ferramentas políticas.

A pesquisa de dissertação tem como objetivo principal responder à seguinte pergunta: os Fundos de Mulheres viabilizam, a partir de reflexões-práticas feministas transnacionais, um modelo de cooperação internacional e financiamento que é alternativo ao modelo de desenvolvimento tradicional e neoliberal?

A fim de contribuir para a resposta à pergunta de pesquisa, também constituem esta pesquisa as perguntas específicas listadas a seguir:

- Quais são as orientações políticas e teóricas que fundamentam a atuação dos Fundos de Mulheres e dos Fundos Feministas?
- Como as Redes Feministas Transnacionais (RFTs) e os Fundos Feministas concebem o desenvolvimento no contexto dos debates sobre financiamento para o desenvolvimento e filantropia?
- Em que medida os Fundos de Mulheres e Fundos Feministas podem ser compreendidos como instituições que promovem, sistematizam e articulam práticas feministas alternativas ao desenvolvimento neoliberal?

Para tanto, no Capítulo 1 é apresentado o debate clássico e contemporâneo sobre desenvolvimento, incluindo seus críticos, a fim de fundamentar as bases teóricas. A partir de uma revisão bibliográfica voltada para a Economia Política Internacional, este capítulo tem o importante papel de nos localizar na compreensão das possibilidades do pós-desenvolvimento como proposta crítica e nos ajuda a compreender o que seriam “alternativas ao desenvolvimento”, com as quais, como hipótese, a análise sobre os fundos de mulheres e fundos feministas parece estar alinhada.

Além da fundamental compreensão sobre as alternativas ao desenvolvimento, o Capítulo 1 também cumpre a importante função de apresentar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), a Ajuda Oficial para o

Desenvolvimento (AOD) e o amplo contexto da sociedade civil, da filantropia e do investimento social privado. Para o objeto de análise da pesquisa, é fundamental compreender brevemente qual é o contexto global de financiamento para a atuação política engajada.

No Capítulo 2, a pesquisa avança para compreender de que maneira os feminismos e as análises de gênero estão constituídos nas Relações Internacionais. Percebendo que essas são bases fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, é traçada uma revisão bibliográfica e teórica. Com a provocação de Enloe (2014), “o pessoal é internacional”, avançamos ao feminismo transnacional como recurso analítico que articula as dimensões de gênero, raça, classe e poder, destacando as Redes Feministas Transnacionais (RFTs) e suas estratégias de ação e solidariedade globais. Dentro do feminismo transnacional, adota-se nesta pesquisa o Marco Feminista Transnacional Negro, de Katherine Melchor Hall, como metodologia de análise dos Fundos. Ainda neste capítulo, é feita a revisão bibliográfica do campo de gênero e desenvolvimento, a fim de localizar o leitor no que tange à elaboração teórica feminista a nível internacional sobre o tema, um acúmulo enraizado na atuação das RFTs.

As RFTs se apropriam da globalização e de plataformas de comunicação para visibilizar diferentes feminismos, somando o engajamento político e militante já tradicional, ao fomento de redes transnacionais de ativismo, como nos permite analisar Moghadam (2005, p. 22). Trata-se de um contexto de ações políticas efusivas, como manifestações, protestos e campanhas de combate ao assédio, pelo aborto e de reapropriação dos corpos, assim como do ativismo ambiental, do combate ao racismo e da inclusão das lutas LGBTQIAPN+ em escala global.

Neste trabalho, foi considerado relevante revisitar a literatura sobre os feminismos e relacioná-los aos estudos de desenvolvimento, já que essa literatura demonstra os caminhos e posicionamentos em disputa na produção teórica e social dos movimentos, e de que modo suas agendas se relacionam com as mudanças paradigmáticas ou com a captura e a cooptação das lutas. Ao enfatizar neste capítulo a historicidade das lutas femininas e a pluralidade de suas agendas, busca-se demonstrar como suas contribuições ampliaram as fronteiras disciplinares das Relações Internacionais, oferecendo alternativas críticas às concepções dominantes de desenvolvimento.

Esta pesquisa assume uma postura de ativismo acadêmico (Collins, 2012) e compreende que há um silenciamento histórico perpetuado pelos discursos dominantes na área de Relações Internacionais – carregados de simbologias masculinas sobre a realidade – bem como pelas críticas à ideia de uma categoria universal de “mulher”, preconizada pelo feminismo branco e liberal.

O Capítulo 3 é o de aplicação da metodologia escolhida, por meio da qual são analisados cinco documentos produzidos por Fundos de Mulheres, Fundos Feministas e redes compostas por esses mesmos fundos. A partir dos cinco princípios desenvolvidos por Hall, foi realizada a análise desses documentos a fim de identificar a prática de financiamento feminista e o ecossistema de financiamento feminista para contrastá-los com o que são as práticas alternativas ao desenvolvimento. Os achados da análise estão apresentados no Capítulo 3 e na conclusão da dissertação.

A motivação para a realização desta pesquisa advém da minha experiência da como uma ativista internacional pelos direitos humanos das mulheres. Graduada em Relações Internacionais, me tornei feminista durante o período da graduação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em diálogo com movimentos sociais feministas como o Me Avisar Quando Chegar, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), acompanhando a construção dos atos de 8 de março no Rio de Janeiro, bem como integrando o Núcleo de Jovens da Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA). Ao mesmo tempo, interessada pela política internacional a partir da compreensão da importância da justiça social e econômica, passei a integrar a equipe do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) em 2017. Ao desenvolver o trabalho na organização, aprendi e construí com lideranças da Zona Oeste e da Zona Norte do Rio de Janeiro, como a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, a Teia de Solidariedade e o Centro de Integração da Serra da Misericórdia, assim como a Roda de Mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. O mesmo ocorre em nível nacional a partir da construção da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos, e de diálogos em nível latino-americano sobre fundamentalismos religiosos com o Grupo Feministas de Lima e em nível africano com a Articulação Lusófona Feminista, ambos os espaços

constituídos com organizações financiadas pela agência Pão para o Mundo (Brot Fur Die Welt).

Nutrida por essas experiências, como uma mulher lésbica nascida e criada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, compreendo que a disputa por poder e por recursos está presente a todo momento. Nesse sentido, enquanto uma internacionalista, sentiu a necessidade de dedicar a pesquisa ao reconhecimento de uma prática feminista dentro da Política Internacional. Trata-se de conhecer e elaborar também sobre esse “internacional”, um internacional no qual me vejo muito presente, mas, acima de tudo, não pelo corpo, mas pelas próprias ideias e pela defesa de corpos iguais e diferentes do meu. A pesquisa surge, portanto, como um exercício de análise sobre práticas com as quais se relaciona diretamente, mas também como um compromisso de materializar ideias que muitas vezes são colocadas como abstratas – nesse caso, as alternativas ao desenvolvimento, propostas críticas muitas vezes tratadas apenas de forma teórica.

Portanto, discutir o campo do financiamento internacional, especialmente a emergência dos fundos feministas, considerando as tensões entre autonomia e burocracias da cooperação internacional e os meios pelos quais essas iniciativas promovem práticas de desenvolvimento autônomas e decoloniais é dedicar tempo a uma tarefa que também é parte do meu ativismo. Ao conectar feminismo interseccional, solidariedade e financiamento alternativo, esta pesquisa contribui para o aprofundamento do que podemos chamar de estudos críticos sobre desenvolvimento (Ziai, 2007), ampliando as possibilidades de transformação e organização social a partir das lutas feministas transnacionais organizadas.

É verdade que existe uma diversidade relevante de fundos que promovem práticas de financiamento consideradas positivas e que também seriam pertinentes analisar. Em especial, há um campo de financiamento com fundos religiosos com práticas acolhedoras e que historicamente contribuem para o fortalecimento e o desenvolvimento de organizações e do movimento feminista – alguns exemplos são Misereor, Pão para o Mundo, DKA Austria e outras agências. Além disso, também são notáveis os fundos indígenas, os fundos negros e os fundos para a justiça ambiental. Muitas vezes esses fundos se encontram com fundos feministas e fundos de mulheres.

Entretanto, sendo uma ativista feminista, escolhi dedicar-se aos fundos feministas e aos fundos de mulheres com o interesse em observar em que medida essas organizações estão comprometidas com o feminismo e com qual feminismo.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

1.1 Os estudos sobre o desenvolvimento na Economia Política Internacional

Os estudos sobre o desenvolvimento ocupam posição de destaque na Economia Política Internacional (EPI), abordando a dinâmica do capitalismo global e as estratégias adotadas por Estados, organismos internacionais, sociedade civil, entre outros atores, na promoção do crescimento econômico e na superação das desigualdades sociais. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia de desenvolvimento tem fundamentado as relações internacionais, no que tange à condução das políticas nacionais e à geopolítica de cooperação entre Estados. Associado inicialmente à ideia de progresso econômico, o debate sobre o desenvolvimento se transformou ao longo das últimas décadas, acompanhando as mudanças da ordem internacional e as discussões teóricas das Relações Internacionais (RIs) que diferem profundamente quanto às causas do “subdesenvolvimento” e os meios pelos quais a periferia global pode “superar” esta condição.

Arturo Escobar (2007), em capítulo publicado no livro *Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives*, de Aram Ziai, argumenta que nos últimos 50 anos, o conceito de desenvolvimento foi atravessado por três grandes momentos teóricos, definidos pelo autor como movimentos paradigmáticos, são eles: *o paradigma da modernização*, *o paradigma da dependência* e, por fim, *o paradigma do pós-desenvolvimento*. É importante destacar que a divisão do debate nestes três momentos facilita o entendimento sobre as transformações das agendas teóricas sobre o desenvolvimento, mas não implica considerar – o que seria uma tarefa ingênua de simplificação das dinâmicas políticas e sociais das últimas décadas – que a emergência de um ou outro implicou a superação de seu antecessor. Ao contrário, o debate entre diferentes paradigmas nos

ajuda a entender como a evolução dos estudos de desenvolvimento esteve afinada às transformações da realidade social internacional.

Este capítulo apresenta os principais paradigmas de desenvolvimento que marcaram os estudos em EPI nas últimas décadas, destacando suas origens, agendas teóricas e suas implicações políticas, com base na periodização proposta por Escobar (2007) mencionada. Realiza-se uma análise a partir do levantamento e revisão da bibliografia sobre o tema, inicia-se com a discussão da teoria clássica sobre o desenvolvimento, com ênfase no liberalismo econômico, na qual se ancora a ideia hegemônica de progresso que marca o paradigma da modernização. Em seguida, apresenta-se a virada crítica que questiona os conceitos fundantes do pensamento hegemônico liberal, com destaque para as epistemologias do Sul Global, influenciadas pelas escolas marxistas e pós-coloniais, que enfatizaram a dependência e o colonialismo ocidental como fenômenos necessariamente implicados na condição de subdesenvolvimento dos Estados periféricos no sistema capitalista.

Finalmente, o capítulo encerra-se mostrando como os estudos sobre o desenvolvimento se correlacionam com a construção de um sistema de cooperação internacional nas últimas décadas, que também experimentou transformações substanciais. Apresenta-se a evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), destacando como sua emergência esteve afinada aos interesses geopolíticos dos Estados nacionais na ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial, evoluindo de um projeto inicialmente pensado para a reconstrução europeia devastada pelo conflito e construção de alianças dos Estados Unidos com outros países face à disputa ideológica com os soviéticos na Guerra Fria, até a construção de um complexo sistema com o envolvimento de atores, narrativas, estratégias e mecanismos bastante diversificados.

Ao final do capítulo, busca-se demonstrar como o desenvolvimento e a cooperação se relacionam de forma indissociável às disputas políticas, refletindo interesses e visões de mundo não só diferentes, como conflitantes. Isto posto, analisam-se os principais desafios de uma agenda de cooperação no século XXI, destacando a importância de avançarmos para um debate que incorpore à noção de desenvolvimento, preocupações de natureza política e mesmo ativista, com foco na emancipação humana e na justiça social, que desafie o desenvolvimento de maneira radical, construindo outras perspectivas.

1.2O Paradigma da Modernização como modelo hegemônico de desenvolvimento

A influência do Iluminismo e das revoluções burguesas liberais dos séculos XVIII e XIX é central para compreensão das bases filosóficas deste paradigma. Os valores que fundamentaram este entendimento sobre o desenvolvimento estão implicados necessariamente em contextos sociais particulares à Europa, especialmente na transição entre o feudalismo e o modo de produção capitalista, inaugurando a Era Moderna na história ocidental. A sociedade europeia pré-capitalista era marcada por relações sociais de servidão, na produção monopolizada da natureza e constituída pelos privilégios teocráticos indissociáveis do exercício político. Ao passo que a burguesia ascendia como classe econômica dominante, necessitava de uma construção ideológica capaz de modelar a consciência coletiva de ideias contrárias à ordem feudal vigente. Na dianteira do desenvolvimento de um novo modo de produção econômico, o capitalismo, a burguesia atuou na consolidação de discursos baseados na renúncia das fantasias religiosas que justificavam o poder aristocrático e religioso na Idade Média, combatendo o absolutismo monárquico que privava a liberdade, a autonomia e o desenvolvimento dos sujeitos (e, conseqüentemente, das nações) e valorizando a ciência (e não a fé) como catalisadora das potencialidades humanas e sociais.

Nos bastidores da consolidação ideológica capitalista, a economia moderna burguesa seguiu desafiando os conceitos do velho sistema medieval, construindo-se de forma negativa – isto é, em oposição à aristocracia proprietária de terras e ao Estado mercantilista –, e também positiva, construída pelos principais pensadores e filósofos iluministas da época (Peet; Hartwick, 2009, p. 24-25). O Iluminismo, em oposição à teocracia medieval, construiu uma noção de progresso fundado na razão e na crença irrefutável na ciência. A racionalidade iluminista consolidou a percepção de que os indivíduos são as unidades centrais da sociedade, dotados de direitos inalienáveis, como o da propriedade, e a modernidade passaria então a ser compreendida como sinônimo de instituições protetoras e garantidoras destes direitos, inclusive o da liberdade comercial como motor da prosperidade e progresso social (Locke, 1994; Smith, 2003; Ricardo, 1982).

Peet e Hartwick (2009, p. 25) argumentam que a economia moderna ressignificou a noção do trabalho: se antes prevalecia a ideia de que a justiça econômica comunitária era uma manifestação da vontade de Deus, na transição entre o feudalismo e a Europa moderna, o trabalho passa a ser visto como instrumento de geração de valor. Para o modo de produção capitalista emergente, essa mudança de percepção, alimentada pelas filosofias políticas e econômicas do liberalismo clássico¹, foi fundamental, pois forneceu as bases ideológicas legitimadoras da função do trabalho no processo de acumulação e reprodução do capital. O capitalismo precisou dessa ressignificação, pois transformou a força de trabalho em valor de troca, combinando produtividade à noção do trabalho como virtude humana. O modo de produção comunitário cedeu lugar à crescente individualização do sujeito moderno que, dotado de razão, estaria sempre disposto a defender seus interesses e maximizar seus ganhos². Dessa forma,

[...] à medida que a revolução industrial transformava a sociedade, eles [os filósofos iluministas] argumentavam contra o poder entrincheirado da nobreza e do estado mercantilista absolutista. Sua principal tarefa nessa luta era racionalizar um novo conjunto de ideias sobre individualismo egocêntrico e acumulação de propriedade privada que passaram a ser mantidas em um nível profundo de crença pelas pessoas modernas. Eles criaram um sistema de princípios baseado na liberdade individual, inicialmente revolucionário, mas que se normalizou a ponto de se tornar indiscutível no debate convencional sobre desenvolvimento econômico e político (Peet; Hartwick, 2009, p. 28, tradução própria).

Fundamentado na ideia de que o desenvolvimento segue trajetórias lineares e universais, o paradigma da modernização partiu da concepção de uma pressuposta sequência de estágios econômicos, políticos e sociais pelos quais os Estados nacionais e suas sociedades deveriam transitar até atingirem modelos ideais de desenvolvimento, referenciados pelo modo de produção capitalista e pela ideologia do livre mercado. Os principais eixos deste paradigma podem ser exemplificados

¹ Dentre os principais expoentes do liberalismo econômico, destacam-se Adam Smith e David Ricardo. Tanto Smith quanto Ricardo apostavam na especialização produtiva como o meio mais eficaz de integração da economia nacional ao mercado internacional, que só seria possível, no entendimento dos autores, pela garantia do livre mercado, sem impeditivos estatais. A especialização do trabalho e a garantia de um comércio livre seriam, portanto, os meios e os fins necessários para a prosperidade da nação, posto que o comportamento do sujeito moderno orientado à maximização de seus ganhos direcionaria, de forma racional, os recursos necessários (terra, capital e trabalho) para a produção, tornando o comércio internacional dinâmico e autorregulado.

² É interessante notar como esta noção de trabalho como uma virtude ainda é tão presente no imaginário social contemporâneo como a ideia meritocrática que associa a prosperidade e a riqueza à “quantidade de trabalho ou esforço” empregado em determinado objetivo ou contexto.

por uma percepção evolutiva da história, de modo que a universalização dos valores ocidentais e a centralidade das instituições econômicas e políticas de tipo liberal passariam a repercutir na mente de muitos teóricos e lideranças mundiais – uma crença irrefutável nestes valores como motores legítimos de desenvolvimento (Escobar, 2007, p. 18).

A Teoria da Modernização se constituiu como um dos principais paradigmas inaugurais nos estudos de desenvolvimento, especialmente no campo da Economia Política Internacional. Surgida entre os anos de 1950 e 1960, ela questionava as causas do subdesenvolvimento da periferia global, apontando os caminhos necessários para que as sociedades consideradas “atrasadas” pudessem alcançar o estágio da “modernidade” já consagrado na realidade econômica e social dos países industrializados da Europa e Estados Unidos. Neste contexto, o desenvolvimento passou a ser entendido, sobretudo, como um processo de transformação, com foco no progresso técnico e científico.

Diante do exposto, pode-se dizer que o paradigma da modernização absorveu profundamente o otimismo liberal com as instituições políticas modernas. Ao integrar liberalismo político, economia orientada ao mercado e valores culturais ocidentais em torno de uma teoria do desenvolvimento, a modernização não apenas explicou, mas também prescreveu caminhos a serem seguidos. De partida, o principal expoente desta corrente teórica difundida no início da segunda metade do século XX, foi Walt Whitman Rostow com a publicação do livro *As Etapas do Crescimento Econômico: um manifesto não comunista*, em 1960³. Rostow enxergava o desenvolvimento como um processo progressivo, marcado por etapas cumulativas que culminariam no estágio final de cultura em massa⁴. Sua narrativa conferia legitimidade a um modelo de desenvolvimento centrado no capitalismo

³ Rostow publica sua obra em resposta ao clássico de Lênin, publicado em 1917, de nome *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

⁴ Rostow (1960) divide o processo de desenvolvimento em cinco etapas: (1) *as sociedades tradicionais*, baseadas em modos de produção rudimentares, para subsistência e essencialmente agrícolas, sem perspectivas de produção em larga escala ou acumulação de capital; (2) *pré-requisitos da decolagem*, momento em que o homem passa a ter maior domínio sobre a natureza e seus recursos, sintomas de uma fase de transição de uma economia rudimentar para outra com maior especialização do trabalho; (3) *a decolagem*, momento efetivo de industrialização, ocasionando a transferência do trabalhador rural para a economia urbana/fábrica e a superação de estruturas políticas arcaicas e mais alinhadas ao modo de organização social moderno; (4) *a marcha para a maturidade*, isto é, onde há maior impacto da tecnologia na economia e diversificação da cadeia produtiva através do conhecimento técnico ampliado; e por fim, (5) *o estágio final de consumo em massa*, preconizado pela consolidação de uma sociedade industrial madura com taxas de crescimento elevadas e maior distribuição de renda, elevando o comércio e o consumo.

ocidental, configurando um projeto político e epistemológico que articulava ciência social, economia e geopolítica. Em sua obra, o autor apresenta uma perspectiva de que todas as sociedades passariam por um mesmo processo de desenvolvimento partindo da fase tradicional de economia rudimentar para os estágios finais de maturidade técnica, científica e econômica. Grosso modo, o subdesenvolvimento, portanto, seria uma condição pretérita da modernização, podendo ser superado através de investimentos e reformas institucionais, abertura de mercado e boa governança. Seria, então, a partir do consumo de massa que os países avançariam para a fase de maturidade. O conceito de desenvolvimento, portanto, na ótica de Rostow, estaria vinculado aos indicadores econômicos e abertura ao mercado global de comércio e capitais, como sinônimos de modernização da economia nacional (Conceição; Oliveira; Souza, 2016, p. 11-12).

Além disso, a narrativa modernizadora também enfatizava a transição cultural como motor de desenvolvimento. Lerner (1958) argumentou que o processo de modernização implicava necessariamente mudanças de comportamento orientadas ao futuro, na direção de uma mentalidade mais afinada com a racionalidade científica e com os valores das instituições democráticas modernas (liberais). Desse modo, a teoria ultrapassava concepções exclusivamente econômicas para abarcar uma visão orientada à homogeneização cultural e superação dos “tradicionalismos” como processos inevitáveis do progresso social⁵. Essas ideias demonstram como este paradigma estabeleceu um elo poderoso entre a filosofia iluminista e a prática desenvolvimentista no século XX.

Esta teoria exerceu papel decisivo na institucionalização dos estudos de desenvolvimento e na formulação de política externa durante a segunda metade do século XX, representando um marco na história da Economia Política Internacional. Inserida no contexto da Guerra Fria, funcionou como ferramenta ideológica dos países centrais, sobretudo dos Estados Unidos, ao propor uma via de desenvolvimento alinhada com o capitalismo liberal em oposição ao comunismo soviético (Gilman, 2003). Sua influência deve ser compreendida como um reforço da centralidade do modelo ocidental, legitimando políticas e programas de ajuda externa voltados a integrar a periferia à economia global sob bases liberais. Isto

⁵ Os tradicionalismos culturais, na visão de Lerner (1958), são obstáculos ao progresso social. A homogeneização cultural, portanto, é vista como parte natural da modernização.

porque, com foco na Economia Política Internacional, a Teoria da Modernização não só ofereceu um arcabouço analítico bem fundamentado no “sucesso” dos países industrializados, como também foi responsável por construir um projeto político normativo, moldando profundamente a política internacional no tema de desenvolvimento. Por representar o espectro da convergência entre o racionalismo iluminista, o liberalismo político e econômico e o contexto geopolítico da Guerra Fria, esse paradigma tornou-se influente não só por seu papel na arquitetura política internacional, mas também pelas críticas que suscitou posteriormente.

1.3 Críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento

Um exemplo clássico da influência do pensamento liberal na política internacional do período pode ser identificado no discurso do então empossado presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, no Congresso Nacional em 20 de janeiro de 1949. Nele, Truman anunciou um ambicioso programa de assistência e financiamento às nações em condição de “subdesenvolvimento”. O Ponto 4 do discurso apresenta a cooperação para o desenvolvimento, que se torna conhecido por ser o quarto ponto de sustentação da política externa norte-americana (Milani, 2018, p. 39). É considerado não somente o pontapé dos movimentos que viriam a institucionalizar a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)⁶, como também nos chama a atenção para o modo como a política externa dos Estados Unidos evocava sobre si uma responsabilidade ética, utilizando-se do recurso à solidariedade como motor civilizatório e combinando este discurso às estratégias geopolíticas de consolidação do capitalismo liberal nos países subdesenvolvidos face à disputa com a URSS. Nas palavras de Truman durante o referido discurso:

[...] devemos embarcar em um programa totalmente novo, disponibilizando os benefícios dos *nossos avanços científicos e do progresso industrial* para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. [...] Sua vida econômica [da periferia] *é primitiva* e estagnada. *Sua pobreza é um obstáculo e uma ameaça tanto para eles*, quanto para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e as habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os

⁶ AOD refere-se à institucionalização do repasse de recursos e capacitação técnica com fonte de recursos majoritariamente pública, captadas através de agências bilaterais e multilaterais de cooperação. Discorreremos mais profundamente sobre a AOD na sessão 1.4.1.

Estados Unidos são proeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. [...] Acredito que devemos disponibilizar *aos povos amantes da paz* os benefícios de nosso estoque de conhecimento técnico e ajudá-los a realizar suas aspirações para uma vida melhor. E, *em cooperação* com outras nações, devemos fomentar o investimento de capital em áreas que necessitam de *desenvolvimento* (Truman, 1949 *apud* Milani, 2018, p. 40, grifo próprio).

O apontamento dado pelo discurso histórico de Truman na institucionalização da ajuda internacional na política externa estadunidense foi acompanhado pela relevância do conceito de desenvolvimento na construção de espaços multilaterais de decisão, também durante a década de 1940. Um ano antes do discurso, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, anunciada pela Assembleia Geral da ONU, apontava especialmente para a superação do fascismo e dos conflitos entre países, assim como 30 artigos relacionados aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais para a humanidade. Apesar de não se tratar de um documento legalmente vinculante, a Declaração estabeleceu parâmetros referenciados para o desenvolvimento de políticas em diversas nações e Organizações Internacionais. A partir desse marco, liderado politicamente pelos EUA, deu-se início à construção de uma lógica de sistema econômico e político internacional baseado no crescimento econômico e na ajuda internacional (Rist, 2008). Em outras palavras, como aponta Ziai (2007, p. 3-5), foi neste período em que se consolidou o paradigma do desenvolvimento como sinônimo de modernização.

Milani (2018, p. 21) lembra ainda que a “promoção” do desenvolvimento nas colônias já era um recurso semântico utilizado para camuflar relações de dominação social e cultural, dinâmicas de exploração econômica, onde educar, humanizar e civilizar eram eufemismos para os processos de domesticação de comunidades e imposição de modelos de relação colonial. Logo, uma leitura crítica do projeto desenvolvimentista contribui para reconhecer que o discurso sobre o desenvolvimento e, consequentemente, a ação política justificada e legitimada por ele, ignorou não somente as especificidades culturais, mas também econômicas e sociais das mais diversas comunidades existentes no mundo, especialmente no Sul Global.

Reconhecer o silenciamento histórico perpetuado pelas potências coloniais e imperialistas é fundamental para pensarmos alternativas à cartilha institucional do

desenvolvimento moderno que assaltou a diversidade cultural em nome da racionalidade e universalismo iluminista/liberal. Para a presente pesquisa, é interessante particularmente refletir sobre a construção ideacional do desenvolvimento e sua correlação com a prática política, necessariamente atravessada por relações desiguais de poder engendradas pelo capitalismo. Afinal, parte-se do pressuposto de que a narrativa sobre o desenvolvimento pode ser usada para propósitos políticos a fim de legitimar o que implica mais dinheiro e poder para alguns poucos (Peet; Hartwick, 2009, p. 1).

A ajuda internacional (AOD), instaurada logo após o término da Segunda Guerra Mundial, constituiu-se em um mecanismo de *soft power* estadunidense. Articulava o discurso do desenvolvimento moderno – empregado para sustentar a abertura dos mercados e, em certos casos, imposto como condicionalidade política para a concessão de ajuda financeira – à necessidade de consolidação da hegemonia do país. Nesse contexto, os Estados Unidos projetavam-se como o principal representante do chamado “mundo livre”, capaz de oferecer seu “estoque de conhecimento técnico e científico” aos povos considerados em atraso nos estágios de desenvolvimento. Essa perspectiva etapista, marcada por traços de paternalismo ocidental, reforçava a centralidade do paradigma da modernização como parâmetro nas relações políticas e sociais, sobretudo em um cenário de disputas ideológicas entre o capitalismo e o comunismo soviético. Ainda assim, o Ocidente não deixava de reconhecer o poder de atração da agenda comunista no campo internacional, em especial em regiões empobrecidas, seduzidas pelas ideias de socialização dos meios de produção e transferência de poder ao povo. No plano da política externa, portanto, tornou-se indispensável mobilizar discursos que conferissem legitimidade ao modelo liberal-capitalista, de modo a apresentá-lo como referência para a superação do subdesenvolvimento.

Por estes motivos, como aponta Milani (2018, p. 44), tudo levou a crer que a política das assimetrias e das relações de poder não fosse variável a ser considerada na equação de desenvolvimento, ao passo que a consolidação deste paradigma fez com que os países fossem classificados entre subdesenvolvidos e desenvolvidos, que indicadores e diagnósticos fossem criados para medir grau de crescimento (tecnologia, infraestrutura, por exemplo), soluções fossem discutidas no sentido de substituir formas de organização social não alinhadas ao paradigma da modernização, bem como a expectativa de que os ganhos econômicos provenientes

do crescimento hegemônico pudessem se distribuir automaticamente de cima para baixo. Não à toa, Rostow acreditava que as economias desenvolvidas, ao empreenderem auxílio e ajuda técnica à periferia global, poderiam contribuir para a expansão do modelo de produção capitalista (Silva, 2004 *apud* Conceição; Oliveira; Souza, 2016, p. 13).

Se analisado em perspectiva histórica, o processo de desenvolvimento das nações industrializadas pareceu seguir caminhos distintos da ortodoxia defendida pelas principais instituições internacionais contemporâneas. Na contramão desta ortodoxia, baseada na adoção da cartilha liberal, na exigência da boa governança e nas políticas macroeconômicas de austeridade, as nações hegemônicas, ao longo de seu processo particular de desenvolvimento econômico, adotaram estratégias opostas ao modelo que hoje tentam implementar, dentre as quais podemos destacar a forte presença estatal em políticas de subsídio industrial, parcerias público-privadas, crédito direto e até concessões ao monopólio ou cartelização da atividade comercial.

Baseado na revisão do histórico de constituição do modo de produção capitalista, Ha-Joon Chang (2004) desmistifica o modelo liberal, revelando a dialética teórico-prática da história do próprio capitalismo. O autor se baseia na experiência de várias nações desenvolvidas ao longo dos últimos séculos, que após adotarem uma série de medidas protecionistas que alavancaram o desenvolvimento da indústria nacional, parecem “chutar a escada” da periferia global, o que implica a construção de fronteiras normativas e institucionais que, em termos práticos, congelam o *status quo* de poder econômico e ideológico. Na perspectiva de Chang, a boa governança empresarial orientada para a livre-concorrência, a democracia, a proteção inegociável da propriedade privada e instituições financeiras independentes são parte de um conjunto de medidas socioeconômicas que divergem, em perspectiva histórica, das práticas econômicas que catapultaram as nações industriais ao status de desenvolvimento hegemônico, embora estas se lancem ao pleito de condutoras legítimas da periferia à superação da condição de subdesenvolvimento. Em resumo,

[...] os PADs [Países Atualmente Desenvolvidos] protegiam a indústria nascente, cooptavam mão-de-obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a

advogar o livre comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. Assim, parece que as raposas têm se transformado em guardiãs do galinheiro com perturbadora regularidade (Chang, 2004, p. 114).

Até então, a Teoria das Modernização pareceu desprezar alguns fatores que levaram às relações desiguais de poder econômico e social: (1) no espectro ideológico-discursivo, enquadrando o subdesenvolvimento a uma lógica de inadequação e incapacidade das sociedades periféricas de superar suas condições de pobreza, necessitando de assistência externa; (2) enquanto prática política, pelo processo de ocidentalização institucional e normativa. De acordo com essa visão, o subdesenvolvimento era explicado como um estado de desequilíbrio e atraso institucional que poderia ser superado pela adoção das instituições econômicas voltadas ao mercado, transformação das estruturas sociais tradicionais e difusão de valores como racionalidade e eficiência produtiva (Peet; Hartwick, 2009). Esta lógica deixa explícito, pelo menos no campo discursivo, mas com implicações na experiência sociopolítica concreta, a tentativa de responsabilizar os atores individuais pela má condução do processo de crescimento econômico, não reconhecendo, todavia, que a reprodução contínua das relações materiais e a acumulação de capital ensejaram mecanismos ou redes complexas de subordinação, opressão e dependência, diferenciando, do ponto de vista histórico, a experiência do desenvolvimento entre os países capitalistas e terceiro-mundistas.

A “naturalização” desta condição ocultou o seu caráter essencialmente ideológico, reforçando a associação entre crescimento econômico e consciência coletiva, sustentada tanto pela produção acadêmica quanto por lideranças políticas e instituições voltadas ao tema do desenvolvimento. Hirschman (1986) denominou esse processo de universalização do paradigma ocidental como *monoeconomia*, isto é, a crença de que seria possível aplicar um modelo único de desenvolvimento, visto como resultado de determinações naturais, e não como fruto de escolhas e disputas políticas. Apesar de sua centralidade no debate, a Teoria de Modernização logo se tornou alvo de críticas contundentes, especialmente aquelas mais ajustadas à realidade da periferia do sistema capitalista, configurando o que Escobar (2007) identificou com o segundo grande momento teórico no debate sobre o desenvolvimento, vinculado ao *Paradigma da Dependência*.

1.3.1 CEPAL e Paradigma da Dependência

A ideia de que o desenvolvimento poderia ser alcançado através de um processo linear e universal à luz dos caminhos já percorridos pelos países industrializados foi amplamente questionada a partir dos anos de 1950, especialmente na América Latina, em virtude das profundas desigualdades estruturais observadas no sistema internacional. Embora as potências capitalistas tenham praticado a colonização e a exploração direta de territórios coloniais, o capitalismo não apenas gerou novas e crescentes necessidades de expansão, como produziu outras formas de dominação através de imperativos econômicos e da subordinação das economias dependentes ao mercado, manipuladas em benefício do capital imperial (Wood, 2003, p. 42). Portanto, ao assumir que todas as sociedades iriam seguir os mesmos estágios de desenvolvimento, o paradigma hegemônico pareceu negligenciar as especificidades históricas e estruturais das economias periféricas, subestimando as relações de poder existentes na política internacional.

Na América Latina, esse movimento crítico tomou forma com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1947. Instituída pela Assembleia Geral da ONU, com oposição dos Estados Unidos, a comissão foi pensada para lidar com as especificidades latino-americanas, especialmente em relação ao desenvolvimento industrial diante do predomínio da produção agrícola na região. Havia, neste período, uma crescente necessidade de analisar a periferia do capitalismo global através de sua própria ótica, buscando teorias capazes de interpretar e transformar a realidade social, o que fez com que muitos intelectuais latino-americanos realizassem um movimento de “descolonização” das ciências sociais (Nery, 2004, p. 23).

O pensamento cepalino, desenvolvido principalmente por Raúl Prebisch (economista argentino e primeiro secretário executivo da CEPAL) e Celso Furtado (economista brasileiro e ex-ministro do Planejamento e Orçamento no Brasil na década de 1960), formulou uma crítica à visão liberal do comércio internacional. Estes autores sinalizam que o subdesenvolvimento era uma condição necessariamente implicada na interseção entre a internacionalização do capital e a criação de redes globais de exploração – uma variação do próprio capitalismo – diferenciando a tradição teórica cepalina da economia clássica liberal. Furtado

(2009) argumentou que o subdesenvolvimento resultava da articulação desigual entre as economias periféricas e centrais, uma forma particular de organização social, de modo que sua superação não dependia tão somente do crescimento econômico, mas de transformações significativas nas estruturas sociais e políticas latino-americanas.

A expansão do mercado global capitalista não foi capaz de redistribuir os louros do progresso técnico e científico ocidental, pelo contrário, acirrou a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), gerando defasagens estruturais das economias periféricas em seus processos históricos de inserção no comércio global. A especialização do trabalho e da cadeia produtiva, na perspectiva desses economistas, não levou ao equilíbrio do comércio internacional, como imaginavam Smith e Ricardo, mas a uma *deterioração dos termos de intercâmbio*, conceito introduzido por Prebisch para explicar a tendência de aumento progressivo dos bens manufaturados em detrimento do ritmo mais lento dos bens primários. Prebisch argumentou, por exemplo, que a posição periférica da América Latina e as exportações primárias eram exatamente as causas de sua falta de progresso, posto que os termos de troca melhoraram com a industrialização e com os avanços técnicos e favoreciam os mercados centrais. Enquanto a periferia era subdesenvolvida porque precisava produzir cada vez mais alimentos e exportar matéria-prima enquanto importava produtos industriais de maior valor agregado (Peet; Hartwick, 2009, p. 66).

A resposta política cepalina proposta para romper com o ciclo de dependência periférica dos manufaturados dos países centrais consistiu no que foi chamado de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Esta estratégia legitimava a ação estatal no fomento à industrialização nacional, com políticas de incentivo às melhorias em infraestrutura, protecionismo tarifário e subsídios estatais. Do ponto de vista político, portanto, o pensamento legitimou a ampliação da intervenção do Estado, sendo decisiva para os surtos de industrialização observados nas economias latino-americanas entre os anos de 1950-1970⁷. Não obstante, embora tenha

⁷ O pensamento cepalino ganhou força ao longo dos anos 1950 e foi profundamente influenciado pela Teoria Geral de Keynes (predominante na economia capitalista entre os anos de 1930-1970). Keynes defendia a ideia de que uma melhor distribuição de renda, proporcionada pelo Estado, poderia ser engrenagem poderosa na estabilidade econômica ao estimular o consumo na sociedade e a demanda efetiva (Keynes, 2012). O keynesismo surgiu como resposta à depressão econômica na década de 1930, consistindo em uma resposta anticíclica de um capitalismo reformista que

representado um marco nos estudos sobre o desenvolvimento ao propor alternativas endógenas à realidade latino-americana, a CEPAL não foi isenta de críticas. O modelo de ISI demonstrou sinais de esgotamento, sobretudo a partir dos anos de 1970 com a ascensão do neoliberalismo, pois a industrialização na América Latina ainda era muito dependente das tecnologias do Norte Global e do capital internacional, gerando aumento da dívida externa, pressões externas e crises inflacionárias, atingindo seu ápice na década de 1980 (Nery, 2004).

A CEPAL desempenhou papel central na revisão crítica estruturalista dos estudos de desenvolvimento, antecipando elementos fundamentais da Teoria de Dependência como a posição subordinada das economias latino-americanas nas trocas internacionais. Esta teoria surgiu como uma resposta crítica às limitações da modernização. Autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini despontaram com um revisionismo crítico e histórico sobre a realidade periférica da América Latina, argumentando que as raízes do subdesenvolvimento poderiam ser encontradas no elo entre dependência externa e exploração interna e não necessariamente na carência de tecnologia, instituições frágeis ou tradições culturais (Escobar, 2007; Bamberger, 1978). Essa abordagem destaca como as relações econômicas globais reproduzem desigualdades estruturais, sustentadas por elites locais aliadas ao capital internacional.

No entanto, essa escola mostrou uma heterogeneidade teórica que não pode ser desconsiderada, pois comportou diferentes análises sobre os meios pelos quais as economias periféricas poderiam superar o subdesenvolvimento. Autores como Ruy Mauro Marini (1977), influenciado pela tradição marxista, apostaram na via revolucionária como instrumento de ruptura com o sistema capitalista. Outros, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1973), defendiam o *desenvolvimento dependente associado*, uma visão alternativa ao determinismo da matriz marxista, consistindo na associação entre os interesses das elites nacionais

necessitava de instrumentos de planejamento e enfrentamento da crise. A defesa de um Estado interventor – não totalitário – nasceu também da necessidade de catalisação das demandas sociais, especialmente em um momento de descontentamento popular com os impactos da recessão econômica. Este modelo influenciou a implementação do *Welfare State*, ou *estado de bem-estar social*, aglutinando as agendas populares com os propósitos de desenvolvimento com equidade social, produção e consumo e renúncia ao marxismo-socialista.

com os interesses do capital estrangeiro. Apesar de sua relevância, foi alvo de críticas contundentes, especialmente de outros teóricos dependentistas, como é o caso de Ruy Mauro Marini. Em seu entendimento, a inserção dependente da América Latina no capitalismo mundial não apenas impedia o desenvolvimento autônomo e sustentável na região, como o pacto entre as elites locais e o capital estrangeiro poderia reforçar ainda mais as dinâmicas de exploração interna, afastando a revisão crítica da teoria de seu projeto emancipatório (Marini, 1973).

Diante do exposto, a Teoria da Dependência não apenas ampliou os horizontes dos estudos sobre desenvolvimento, como se constituiu um referencial crítico fundamental para pensarmos a economia global e as relações internacionais. Como observa Escobar (2007), muitas de suas categorias permanecem atuais para compreendermos a inserção subordinada dos países periféricos no contexto da globalização e questões como dependência, vulnerabilidade financeira e assimetrias nas cadeias globais de valor reafirmam a pertinência de suas contribuições. Ao evidenciar que o subdesenvolvimento é produzido e reproduzido pelas próprias dinâmicas do capitalismo, essa corrente teórica contribuiu para a desnaturalização das hierarquias globais, abrindo espaço para propostas de desenvolvimento mais autônomas na região. A partir dos anos de 1980, notadamente a virada neoliberal na política internacional, e com arrefecimento da política de substituição de importações e crise da dívida pública latino-americana, tanto o pensamento cepalino quanto a Teoria da Dependência perderam parte de sua centralidade.

A década de 1970 representaria ainda um ponto de inflexão da política externa estadunidense: o então presidente Richard Nixon anunciou a retirada unilateral dos Estados Unidos do padrão ouro-dólar definido nos anos quarenta, isto é, suspendendo a convertibilidade do dólar em ouro no comércio internacional. O fim dos acordos de Bretton Woods e os choques do petróleo na década de 1970, o primeiro em 1973 e o segundo em 1979, revelariam a perda de força do keynesianismo, já incapaz de lidar com o baixo crescimento econômico em face da elevação desenfreada da inflação, a estagflação (Barros, 2020). Neste contexto, o neoliberalismo começou a ganhar força nos círculos acadêmicos, constituindo-se por um conjunto de estratégias definidas em torno da desregulamentação do mercado monetário e financeiro, pelo ativismo contrário ao intervencionismo estatal na economia e por um programa de ajuste fiscal que visava à redução expressiva dos gastos e da burocracia pública, jogando para o mercado a

responsabilidade de autorregulação da atividade econômica. A *contrarrevolução neoliberal* nada mais foi do que uma reinterpretação do liberalismo clássico ao contexto do capitalismo financeiro em crise, com demasiada ênfase na ineficiência do Estado de garantir um modelo sustentado de crescimento econômico em longo prazo. Os fundamentos filosóficos do neoliberalismo neste período podem ser encontrados na *Escola Austríaca*, composta em destaque pelos economistas Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, e na *Escola de Chicago*, liderada por Milton Friedman (Peet; Hartwick, 2009).

A defesa da livre concorrência e da disciplina fiscal e a flexibilização dos direitos sociais, especialmente os de caráter trabalhista, foram alguns dos fundamentos que direcionaram as lideranças e instituições internacionais, sobretudo, a partir dos anos de 1980, quando tomaram forma na Inglaterra, com a então primeira ministra, Margaret Thatcher, empossada em 1979, e nos Estados Unidos, com a eleição de Ronald Reagan, em 1981. O conjunto de ideias e estratégias mobilizadas pelos neoliberais materializou-se no que se convencionou chamar de “*Consenso de Washington*”, de 1989, uma denominação informal para o encontro, nos EUA, de funcionários do governo norte-americano, de organismos financeiros ali sediados, como o FMI e o Banco Mundial, além de representações de acadêmicos economistas latino-americanos (Batista, 1994, p. 5-6). Sobre o encontro, de resultado sem caráter diretamente vinculante, Batista afirma que:

A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absolvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse (Batista, 1994, p. 6).

Nos anos que seguiram 1989, a economia mundial se reestruturaria em torno das recomendações neoliberais, com obstinado patrocínio das principais instituições financeiras internacionais. Não obstante a influência da tradição liberal, o fim definitivo da URSS confirmava o triunfo do poderio dos EUA e dos valores democrático-representativos da ideologia dominante. A recessão econômica sentida pelo mercado internacional, especialmente nas regiões periféricas com a crise do endividamento externo e descontrole inflacionário nos anos 1980, alimentou o

consenso de que algo precisava ser feito, gerando viabilidade política para que medidas econômicas contracionistas fossem adotadas, além disso, o enfraquecimento do socialismo real afastava ainda mais a influência do keynesianismo no planejamento estratégico das políticas macroeconômicas (Barros, 2020, p. 30).

Foram dez as recomendações estabelecidas no Consenso de Washington, a saber: (1) disciplina fiscal; (2) redução dos gastos públicos; (3) reforma tributária (marcada por regressividade); (4) liberalização das taxas de juros; (5) taxas de câmbio “competitivas”; (6) liberalização comercial; (7) abertura do mercado aos investimentos estrangeiros diretos; (8) privatização das estatais; (9) desregulamentação dos mercados; e (10) garantia da propriedade privada (Peet; Hartwick, 2009). É notável a subordinação da agenda política do desenvolvimento à matéria econômica e a sujeição das políticas sociais ao mercado. Batista argumenta que:

O Consenso de Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal qual as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas (Batista, 1994, p. 11).

Tampouco a cooperação internacional deixou de se enquadrar no campo das condicionalidades políticas e na “ética do desenvolvimento” (Milani, 2018, p. 86). Tutelada pelas principais instituições multilaterais de crédito e financiamento, os arranjos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) periférico foram definidos pela observância das medidas políticas e econômicas adotadas pelos países receptores e na vigilância de que tais estratégias estavam alinhadas à liberalização comercial e redução da burocracia estatal. Para o Sul Global, o neoliberalismo se materializou, como condição ao crédito estrangeiro, nos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), que implicaram o cumprimento de exigências econômicas que iam desde cortes drásticos nas despesas públicas, incluindo a redução dos salários e dos direitos trabalhistas, até abertura total da economia ao comércio e mercado financeiro, expondo e reforçando ainda mais as assimetrias existentes entre essas economias e o mercado global de capitais (Peet; Hartwick, 2009). Os resultados não

poderiam ser outros. Em nome da “boa governança” orientada aos valores liberais e democráticos, o mundo observou o completo desmonte institucional dos direitos sociais, o reforço da divisão internacional do trabalho, aumento das vulnerabilidades das economias periféricas à volatilidade do mercado capitalista e profunda degradação ambiental.

1.3.2 O pós-desenvolvimento

As teorias do pós-desenvolvimento começaram a ganhar força a partir da década de 1980, inserindo-se em um cenário mais amplo de inflexão sociológica das Ciências Sociais, período marcado por uma profunda reflexão crítica e mais radical acerca dos fundamentos da modernidade. O insucesso de sucessivas políticas de desenvolvimento, sobretudo nos países do chamado “Terceiro Mundo”, somado ao avanço de uma agenda neoliberal que aprofundou a dependência das economias periféricas em relação ao capital financeiro internacional, levou o pós-desenvolvimento a propor não somente uma revisão conceitual, mas a negação da própria ideia tradicional de desenvolvimento enquanto horizonte teórico e político universais. O ponto central de sua crítica é a compreensão de que o desenvolvimento não constitui um processo neutro e linear, mas sim um discurso historicamente situado e atuante na legitimação de relações de poder assimétricas e práticas de dominação.

É notável que a partir dos anos 1990, com o acelerado processo de globalização e internacionalização sem precedentes da ideologia neoliberal, antigos e novos atores da agenda econômica global estavam cada vez mais implicados no processo político decisório, entranhados em uma rede complexa de interdependência. Ainda, o fim da Guerra Fria possibilitou que novos ou “revigorados” temas da agenda internacional estivessem no centro do debate acadêmico, antes marginalizados pela literatura tradicional focada nos processos que orbitavam as disputas decorrentes da bipolarização, do conflito e das disputas econômicas hegemônicas. Este debate, que não é particular ao campo científico das Relações Internacionais, mas fruto de esforços mais amplos das Ciências Sociais, se empenhou na compreensão dos fatos sociais, partindo não da incorporação de conceitos já tradicionalmente consolidados no imaginário acadêmico e social, mas

justamente na desconstrução destes modelos, concebendo o mundo através das práticas discursivas e dos fatos sociais a elas correlatos.

Esse movimento foi, antes de tudo, uma provocação metateórica. Peet e Hartwick (2009) nos lembram que desde os anos 1960, as teorias da modernização e do desenvolvimento já vinham sendo severamente criticadas por segmentos acadêmicos descontentes com o determinismo e racionalismo do debate tradicional, cujo modelo presumia a inevitabilidade natural do desenvolvimento humano e econômico, baseado na experiência particular das sociedades europeias e norte-americanas. Ainda, segundo os autores, a teoria da modernização, sob o pretexto do progresso, do desenvolvimento e da civilidade, teria ignorado as especificidades históricas, legitimando a dominação econômica, política e cultural do Ocidente sobre os países mais pobres.

A Teoria da Dependência cumpriu um papel importante dentre as críticas à economia clássica neste período, especialmente porque representou a construção de um pensamento legitimamente periférico das condições do subdesenvolvimento, da reprodução da dependência e da exploração internacional, tornando vozes importantes os que se opunham à estrutura global do capitalismo. No entanto, a visão fundamentalmente estruturalista e economicista da realidade não o diferenciou do determinismo discursivo do debate tradicional, pelo menos no que tange aos seus fins metodológicos e epistemológicos. O enquadramento da realidade social aos constrangimentos de natureza econômica pareceu negligenciar a dimensão subjetiva dos fatos sociais, marginalizada pelos valores da modernidade. Aqui, é fundamental diferenciar duas dimensões do debate sobre o desenvolvimento, que embora pareçam ter o mesmo significado, são substancialmente diferentes quanto aos seus fins: *desenvolvimento alternativo* e as *alternativas ao desenvolvimento*, oposição que Escobar discute brilhantemente em *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*, publicado em 1995. O primeiro implica a correção de algumas práticas, mas ainda opera dentro da lógica desenvolvimentista tradicional, enquanto o segundo busca superar a própria noção que se tem sobre o desenvolvimento, valorizando formas plurais de bem-estar, autonomia e organização social. O Programa de Substituição de Importações (PSI), conduzido pela CEPAL e aprimorado pelas lideranças latino-americanas durante a década de 1950 e 1960, é um exemplo de como adotar políticas alternativas com fins desenvolvimentistas não significa, necessariamente,

descolar-se do entendimento consensual sobre o próprio desenvolvimento, pois implicam uma ideia de que “algo precisava ser feito para chegar lá”.

As *alternativas ao desenvolvimento* já apontam para outro caminho: o da emancipação humana em todos os níveis da experiência social – econômica, política, cultural, teórico-acadêmica, discursiva, entre outros –, de modo que a própria ideia sobre o desenvolvimento seja desafiada. Foi a partir da década de 1980, portanto, que alguns estudiosos e ativistas começaram a expressar sua profunda insatisfação com o conceito e a prática do desenvolvimento (Ziai, 2007, p. 3), dentre os quais se destacam: Gilbert Rist, Majid Rahnema, Gustavo Esteva, Wolfgang Sachs, Arturo Escobar, Serge Latouche. Na perspectiva desses autores, influenciados pelas ondas filosóficas pós-modernas, pós-estruturalistas e decoloniais, a prática verdadeiramente emancipatória é aquela que desconstrói o discurso histórico, frequentemente mobilizado para que uns exerçam poder sobre os demais, mas que se reveste de valor universal.

Segundo Escobar (2007, p. 18), o termo “pós-desenvolvimento” foi usado pela primeira vez em um colóquio internacional em Genebra no ano de 1991, ao passo que poucos anos mais tarde já estava firmemente no imaginário de acadêmicos e ativistas críticos da área do desenvolvimento. No entendimento dos autores do pós-desenvolvimento, que inauguram o terceiro momento teórico ao qual Escobar faz referência – *a crítica cultural e discursiva* (o “paradigma do pós-desenvolvimento”) – a visão tradicional sobre o tema seria profundamente limitada e desconectada dos contextos históricos, ignorando não só o impacto do colonialismo nas relações desiguais de poder, como o fato de que diferentes culturas podem se relacionar com a natureza e com a produção de forma diferente daquela das sociedades industriais.

O conceito de pós-desenvolvimento, para Escobar, não implica dizer que vivemos de fato uma era do pós-desenvolvimento, mas que existem possibilidades de outras representações que não sejam mediadas pelos pressupostos tradicionais; a necessidade de transformar práticas de conhecimento e ação que rompam com a “economia política da verdade”; a urgência em reconhecer saberes e experiências locais como igualmente válidas e fundamentais, multiplicando e pluralizando os centros e sujeitos na produção do conhecimento; e a valorização dos movimentos sociais de resistência com práticas alternativas que possam emergir fora ou contra ao paradigma do desenvolvimento (Escobar, 2007, p. 20-21). Em outras palavras,

[...] a própria ideia de desenvolvimento está sendo desafiada de uma forma que não era prevista nem alguns anos atrás. Vozes da escola do ‘pós-desenvolvimento’ afirmam que, na melhor das hipóteses, o desenvolvimento fracassou, e na pior, sempre foi uma ‘fraude’, projetada para encobrir os danos violentos causados ao chamado ‘mundo em desenvolvimento’ e ao seu povo (Thomas, 2000 *apud* Ziai, 2007, p. 3).

O discurso é fundamental nas abordagens do pós-desenvolvimento, sobretudo, porque é a partir dele que se constroem os mecanismos efetivamente ideológicos e subjetivos da experiência social. Quando Truman anunciou o Ponto 4 da política externa estadunidense em seu discurso de posse presidencial citado anteriormente no capítulo, ele não só reduziu o desenvolvimento à experiência industrial e capitalista, mas naquele dia “dois bilhões de pessoas se tornaram subdesenvolvidas, [...] deixaram de ser o que eram, em toda a sua diversidade, e passaram a ser transformadas em um espelho invertido da realidade dos outros” (Esteve, 1992 *apud* Ziai, 2007, p. 5). Sachs (1992), em *Development Dictionary*, afirma que os conceitos associados ao desenvolvimento (crescimento, modernização, progresso, boa governança, industrialização, entre outros) constituem uma linguagem do poder que inferioriza sociedades inteiras, criando hierarquias sociais dependentes de tutela ocidental. Sendo assim, o discurso é guia para a ação e ação em si. A ideia da existência do subdesenvolvimento, presumiu (1) que toda a humanidade poderia ser classificada quanto ao seu grau de desenvolvimento; (2) que era necessária ação política econômica a nível internacional para responder ao subdesenvolvimento; e (3) apenas aqueles que lograram o sucesso do progresso econômico e técnico poderiam conduzir as sociedades em suas trajetórias de emancipação. O que os autores pós-desenvolvimentistas problematizam é “por que, como e com quais consequências, Ásia, África e América Latina passaram a ser definidas como ‘subdesenvolvidas’ e, portanto, como precisando de desenvolvimento?” (Escobar, 2007, p. 19).

A resposta parece simples. O discurso também constrói a realidade social, na perspectiva desses autores. O discurso conduz a consciência social à aceitação da verdade particular de quem o enuncia, é ele que estabelece e molda nossa percepção sobre o mundo e legitima a ação e, principalmente, o discurso se materializa em práticas sociais concretas, códigos ético-morais e em todo um aparato institucional que consolida nossa percepção sobre como o mundo é ou deveria ser. Localizar o discurso como parte do processo político e do desenvolvimento histórico é

compreender que ele está imbricado em dinâmicas complexas de dominação, ao passo que nossa emancipação implica “revelar o que um discurso tem tentado esconder, ou propor uma posição sobre as consequências decorrentes dele” (Rist, 2008, p. 3). Por este motivo, as teorias do pós-desenvolvimento também dialogam com perspectivas decoloniais. Quijano (2005) argumenta que a “colonialidade do poder” persiste na produção de saberes e hierarquias globais, baseadas em concepções racializadas sobre a realidade social, de modo que o próprio discurso de desenvolvimento é uma face moderna de dominação política. Dessa forma, o pensamento decolonial se conecta ao pós-desenvolvimento através das lutas políticas e posições epistêmicas de sociedades indígenas, negras e movimentos sociais observados no Sul Global.

No entanto, embora a crítica do pós-desenvolvimento seja sobre como a construção discursiva moldou e interferiu nas nossas identidades, Lie (2007) nos chama a atenção para o fato de que a ênfase demasiada no discurso pode induzir à percepção de que os indivíduos não têm capacidade de *agência*, isto é, são só objetos do desenvolvimento, em vez de conseguir resistir, adaptar e subverter seus projetos. Para o autor, é fundamental compreender que as populações locais são sujeitos ativos que interagem de maneira estratégica e, portanto, os espaços para os projetos de desenvolvimento são também espaços de luta, de disputa e de possibilidade de transformação (Lie, 2007, p. 47). Não obstante, os teóricos do pós-desenvolvimento entendem que há uma marginalização dessas comunidades no debate dominante, com a imposição de linguagens e práticas que desarticulam as culturas locais. Portanto, um caminho alternativo ao desenvolvimento, na perspectiva de seus defensores, passa pela valorização dos saberes dessas comunidades, cujas dinâmicas de desenvolvimento e relações sociais nem sempre estão ligadas à lógica do crescimento econômico, mas a diferentes formas de se relacionar não só em sociedade, mas com seus espaços, com redes de economia solidária e comunitária, autogestão e preservação ambiental com movimentos agroecológicos. Gudynas (2011) destaca que tais práticas questionam a centralidade dos indicadores econômicos, como o PIB, e apontam para noções mais amplas de bem-estar, baseadas na relação equilibrada entre a natureza e a sociedade.

Uma das críticas direcionadas ao pós-desenvolvimento, do ponto de vista antropológico, é a de que o foco demasiado nas culturas locais possa levar à “romantização” dessas comunidades, isto é, ignorando que existam estruturas

desiguais dentro destas comunidades, atravessadas por relações e conflitos complexos de gênero e raça, por exemplo (Escobar, 2007). De fato, os autores do pós-desenvolvimento se preocupam com os vícios epistemológicos desta homogeneização. No entanto, respondem a esta preocupação, argumentando que a defesa da autonomia não é uma representação ou retorno a uma pureza cultural, mas à capacidade de uma coletividade se autodefinir e produzir suas próprias formas de vida, negociando suas diferenças internas, como sujeitos não apenas membros de uma cultura, mas atores plurais com identidades múltiplas (Sauviat, 2007). Logo,

[...] quer os autores do pós-desenvolvimento romantizem a resistência das pessoas nas bases ou não, podemos esperar que algumas resistam e outras não. Quando as pessoas querem romper com o desenvolvimento, isso significa que querem romper com uma forma de heteronomia. É claro que isso não significa que elas necessariamente evitem outros tipos de heteronomia, mas é um passo na direção da autonomia, porque elas estão, de fato, se perguntando como querem viver, e esse ímpeto é criativo, onde elas estão tentando impor a si mesmas sua própria lei (Sauviat, 2007, p. 106, tradução própria).

Ziai (2007) acrescenta ao debate um questionamento importante: o pós-desenvolvimento é necessariamente um projeto progressista ou pode, em certas condições servir a agendas conservadoras, excludentes e autoritárias? O autor reconhece os riscos do relativismo cultural assim como Luciole Sauviat, apontando que o pós-desenvolvimento orbita uma tensão entre o *progressismo*, baseado na defesa do livre-arbítrio cultural e cosmológico, e o *populismo reacionário*, que se apropria da defesa intransigente da autonomia para negar não só o desenvolvimento, mas exaltar a tradição e perpetuar valores discriminatórios e opressivos. Para o autor, a prática não implica somente negar o desenvolvimento, mas apontar quais os caminhos possíveis para a construção de estratégias que articulem a justiça social e a defesa da diferença cultural, externa e interna, sem incorrer na inação. O pós-desenvolvimento, desafiado por esta ambiguidade, enxerga na democracia radical seus horizontes possíveis, isto porque:

As estruturas democráticas existentes são vistas como inadequadas, como limitadoras do direito à autodeterminação e como insuficientemente democráticas. Laclau e Mouffe descrevem seu projeto de 'democracia radical e plural' como a 'extensão das lutas democráticas por igualdade e liberdade a uma ampla gama de relações sociais' [...] Da mesma forma, o pós-desenvolvimento tenta estender as lutas por autodeterminação no Sul a esforços aparentemente benignos visando ao "desenvolvimento" e, em geral, a várias estruturas das sociedades modernas (Estado, mercado e ciência). O sistema político da

democracia representativa é visto como servindo principalmente aos interesses de uma elite ('Nas democracias modernas, uma pequena minoria decide pelo povo') (Ziai, 2007, p. 122, tradução própria).

É de fundamental importância, na perspectiva de Ziai (2007), estar ciente dos perigos do populismo reacionário, sem incorrer, no entanto, no reducionismo lógico da democracia representativa. A emancipação passa, necessária e fundamentalmente, pela construção coletiva e pela prática democrática concreta, em que os sujeitos participem do processo decisório e sejam capazes de interpretar e adaptar seus projetos com base nas realidades locais.

Depois do pós-desenvolvimento [...], a teoria do desenvolvimento certamente não é a mesma de antes. [...] o pós desenvolvimento pode ser uma base estimulante para criticar a teoria e a prática do desenvolvimento e pensar em alternativas. Mas, antes de celebrar a crítica ao pós-desenvolvimento, sua ambivalência deve ser levada em consideração. É de crucial importância estar ciente dos perigos do populismo reacionário, por um lado, e não desconsiderar o potencial emancipatório do projeto de democracia radical no pós-desenvolvimento, por outro (Ziai, 2007, p. 124, tradução própria).

O pós-desenvolvimento é, acima de tudo, uma crítica à ontologia capitalista. Não no sentido materialista-dialético do marxismo, que aponta para o socialismo como consequência inevitável do imperialismo, mas em seu formato e na crítica direcionada. No geral, o argumento pós-desenvolvimentista se distancia das teorias críticas do desenvolvimento de matriz marxista no que tange à tendência destas em reduzir a análise do capitalismo às dinâmicas econômicas, negligenciando a dimensão cultural na própria construção do desenvolvimento. Os autores do pós-desenvolvimento reconhecem que a *ideologia* do capitalismo é totalizante, o que não implica que a realidade social também seja, defendendo que os estudos de desenvolvimento precisam engajar dinâmicas sociais que não reproduzam diretamente a lógica da produção capitalista ou nos binarismos que dela decorrem: crescimento econômico *versus* subdesenvolvimento; evolução *versus* revolução; capitalismo *versus* socialismo; moderno *versus* atrasado, entre outros recursos narrativos. O pós-desenvolvimento, nas palavras de Gibson-Graham, é uma prática ontológica, no sentido de que nos convida a ver e reconhecer múltiplas formas de vida econômica que existem no mundo, é um abandono da ideia de que só há uma economia e um caminho para acessá-la (Gibson-Graham, 2007).

O pós-desenvolvimento não é uma fase ou momento da experiência humana tampouco uma cartilha conceitual que recai em reducionismos teóricos (parte das críticas ao pós-desenvolvimento estão centradas no fato de que ele recorre ao foco epistemológico de maneira demasiada, inviabilizando sua prática). É, antes de tudo, no entendimento de Nustad (2007), a desconstrução da dependência do desenvolvimento como única via possível. Traz à cena realidades situadas, sistemas de produção que já convivem – e sobrevivem – ao modo de produção capitalista: economias comunitárias; agroecologia; autogestão de recursos; sistemas baseados em redes de produção solidária; sistemas educacionais baseados em valores culturais locais e autônomos; manejo consciente dos recursos naturais e direcionados não ao lucro, mas à subsistência; dentre tantos outros exemplos que podemos citar aqui. Não se trata de invalidar o crescimento econômico como uma métrica relevante de desenvolvimento, mas de compreender que, em nome deste crescimento, saberes culturais podem ser desconsiderados do cálculo econômico.

O esforço crítico e reflexivo denuncia que o desenvolvimento, tal qual o conhecemos hegemonicamente, não foi capaz de cumprir com suas promessas, tampouco atingir os resultados proclamados pelas instituições internacionais modernas. Experimentamos uma grave crise climática causada pelo uso irracional e desproporcional dos recursos naturais em nome da produtividade e do lucro; a reprodução das desigualdades econômicas e sociais que satisfazem a necessidade de acumulação e reprodução contínua do capital e reforçam privilégios dos países industrializados; a falência dos princípios democráticos e participativos, com a manutenção de redes de exploração de classe, de raça e de gênero, reforçadas pela ascensão de movimentos conservadores, radicalizados e totalitários; e a penetração de velhos e novos mecanismos de subordinação ideológica e colonização, etc.

O pós-desenvolvimento é um campo possível de convite ao Norte Global a repensar o desenvolvimento para além da ajuda, piedade ou caridade (Haberman; Ziai, 2007). Ele é a desnaturalização de narrativas que alimentam a percepção de que há pessoas que precisam ser salvas ou ensinadas, possibilitando a construção de espaços coletivos de luta contra o patriarcado, o racismo e o consumo predatório (Haberman; Ziai, 2007, p. 223). Trata-se de um importante acúmulo ao debate metateórico e aos movimentos sociais, pois provoca a repensar nossa própria existência de forma criativa e voluntária, irrompendo com percepções inescapáveis e limitadas da metáfora ocidental. Neste sentido, como observa Rist (2008), o valor

dessa corrente está mais em expandir o campo de possibilidades na imaginação de futuros possíveis, do que apresentar modelos predeterminados.

1.4 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

A Cooperação Internacional consolidou-se como um dos principais instrumentos de governança global contemporânea, transformando-se nas últimas décadas em um sistema com uma diversidade de atores, discursos, instrumentos e arranjos institucionais voltados à promoção do desenvolvimento internacional. Milani (2018, p. 21), ao considerar a CID um campo político fundamental das relações internacionais, afirma que ela esteve permanentemente presente nas diferentes configurações da ordem global nas últimas décadas, recebendo grande impulso na sua institucionalização desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o século XXI, quando países emergentes têm usado esta ferramenta em suas agendas de política externa para reivindicar transformações no status de poder global. A partir da segunda metade do século XX, a CID experimentou esforços crescentes na criação de uma arquitetura institucional complexa, integrando-se à agenda internacional como instrumento de promoção do desenvolvimento e emergindo como uma prática que evoluiu da ajuda e assistência financeiras, centrada nos atores tradicionais, como Estado e entidades multilaterais, para a promoção de uma cooperação horizontal e ampliação da sociedade civil como agente de transformação social.

Não obstante, a institucionalização da CID foi um processo que esteve diretamente ligado às mudanças de paradigmas sobre o desenvolvimento. A incorporação de novos atores a sua estrutura – como o setor privado, entidades da sociedade civil e movimentos sociais, organizações filantrópicas, universidades, entre outros – foi um reflexo da ampliação dos horizontes teóricos sobre o desenvolvimento, que transitou de um paradigma fundamentalmente centrado em uma lógica econômica de progresso para abarcar uma dimensão social e cultural de desenvolvimento humano. Quer orientada por certa solidariedade internacional ou pelos interesses estratégicos nacionais (Milani, 2018), a agenda da CID instrumentalizou o imaginário sobre o desenvolvimento, tornando-se um campo de disputas não só teóricas, mas com implicações na prática política. Sendo assim, a

análise da evolução da cooperação como campo político das relações internacionais é fundamental, pois permite o diagnóstico de seus avanços e retrocessos históricos e amplia nossos horizontes analíticos sobre os desafios dessa agenda na contemporaneidade, em contextos de interdependência econômica e política, direitos humanos, sustentabilidade e globalização.

1.4.1 Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD)

A Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) se constituiu como o principal instrumento de transferência de recursos oficiais entre países financiadores e donatários. O contexto de seu surgimento remonta à reconstrução da ordem internacional pós-Segunda Guerra, momento pelo qual o sistema internacional foi profundamente influenciado pelo processo de reconstrução europeia e transição hegemônica. Naquele momento, a partir de um movimento estrategicamente liderado pelos EUA, a política internacional deu os primeiros passos para a consolidação de uma agenda especializada no tema do desenvolvimento, com foco na estabilidade e modernização econômicas como pilares da nova ordem internacional. Inicialmente, essa transferência de recursos financeiros focou na recuperação dos países europeus, através do Plano Marshall (1947-1952), que consistiu em um instrumento sistemático de assistência econômica, com concessão de empréstimos e apoio técnico na gestão dos recursos, de modo a estreitar as relações entre a política externa estadunidense e seus aliados no continente europeu, afastando-os da órbita do socialismo soviético. Entre os anos de 1947 e 1952, os Estados Unidos mobilizaram cerca de 4,5% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) para o Plano Marshall (Gilpin, 1987 *apud* Desiderá Neto, 2014, p. 122).

A experiência obtida com o Plano Marshall na construção de um cenário político de ajuda e assistência, foi fundamental nos processos que levaram à institucionalização da AOD nos anos seguintes. Até o início dos anos de 1950, período que Milani (2018, p. 44) chamou de fase de “incubação do desenvolvimento”, a criação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, o Grupo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) parecia apontar para um caminho de universalização do direito internacional,

tornando-se espaços centrais na definição de estratégias e mediação política entre os Estados. O surgimento desse aparato institucional antecipava a construção de espaços multilaterais que futuramente atuariam na gestão e coordenação dos recursos provenientes da AOD e preparavam terreno para a criação de agências especializadas no tema do desenvolvimento, tanto bilaterais como multilaterais. Foi diante deste contexto, que os termos “ajuda” e “desenvolvimento” se tornaram inseparáveis nos documentos oficiais e discursos diplomáticos do governo norte-americano (Milani, 2018, p. 42), como ilustrado anteriormente a partir do Ponto 4 do discurso de Truman em 1949. Dessa vez, no entanto, entre as décadas de 1950 e 1960, o foco seria redirecionado aos países periféricos em condição de subdesenvolvimento, alinhando a transferência de dinheiro, capital e tecnologia ao Sul Global com o paradigma da modernização. O estabelecimento de um aparato multilateral para a cooperação como instrumento de financiamento a projetos de infraestrutura, modernização e recuperação econômica, contribuiu para a construção de um edifício normativo, orientado à harmonização das políticas para o desenvolvimento e observância dos padrões de boa governança na política internacional. Desde então, a AOD tem sido uma área centrada em dois tipos de atores públicos: (1) instituições responsáveis pela gestão da AOD multilateral e (2) agências de cooperação que catalisam os interesses nacionais e definem suas próprias políticas cooperativas (Silva; Bernardo; Mah, 2021, p. 23).

Em 1961, foi criada a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o objetivo de instituir mecanismos de monitoramento de práticas econômicas voltadas ao desenvolvimento⁸. A organização atua como um fórum e centro de conhecimento para dados, análises e melhores práticas em políticas públicas, através de cooperação institucional e política com mais de 100

⁸ A OCDE, instituída em 1961, substituiu a então Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE) com o ingresso dos Estados Unidos e Canadá. Quanto a sua estrutura organizacional, a OCDE é dividida em três órgãos principais: (1) o Conselho, instância decisória composta por representantes de cada Estado-membro, incluindo a União Europeia; (2) os Comitês Substantivos, que desenvolvem padrões de solução aos desafios no tema de desenvolvimento, avaliando e revisando as ações políticas; e (3) o Secretariado, composto por mais de 3500 funcionários de diversas áreas do conhecimento, como economia, direito e tecnologia da informação, que trabalham para fornecer *insights* na orientação e formulação de políticas para o desenvolvimento. Cf. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD), [2025a].

países em todo o mundo (OCDE, s/p)⁹. Desde os anos de 1960, a OCDE, através do Conselho de Assistência para o Desenvolvimento (CAD), define os padrões para os tipos de assistência fornecidos e para a natureza dos projetos implementados, estabelecendo métricas e metas de ajuda externa (Desiderá Neto, 2014, p. 122-123). A origem do financiamento da OCDE/CAD é pública, proveniente do repasse de recursos dos seus países membros, majoritariamente do Norte Global¹⁰. Milani (2014, p. 113) sugere que “OCDE foi ator-chave no processo de institucionalização histórica da CID, uma vez que logrou mobilizar distintos países doadores e organizações multilaterais em torno da necessidade de harmonização de conceitos e de coordenação das políticas”. E formulou o conceito de assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) como os fluxos financeiros remetidos aos países e territórios listados como beneficiários do CAD da OCDE e às instituições multilaterais de desenvolvimento. Segundo o conceito desenvolvido pela OCDE, a AOD deve ser direcionada a prestadores oficiais pelos governos e de agências públicas que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar das sociedades. O valor total enviado deve somar no máximo 25% como recursos concedidos a fundo perdido, ou seja, que não tem a obrigação de reembolso.

Não obstante, o surgimento da OCDE veio acompanhado da criação de agências de cooperação como os principais vetores de política externa nacional na formulação e execução de práticas voltadas à ajuda internacional. A principal finalidade dessas agências, que atuam de forma articulada à OCDE/CAD, consiste na cooperação bilateral alinhada aos interesses nacionais dos países financiadores, isto é, uma combinação estratégica entre o discurso da solidariedade internacional com expectativas de projeção política nas relações internacionais. Elas são fundamentais na definição da agenda de desenvolvimento de seus respectivos países, pois estruturam institucionalmente as modalidades de ação e o montante dos recursos que será mobilizado para a AOD.

A centralidade que estas agências ocupam no espectro mais amplo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento suscita algumas questões

⁹ Cf. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD), [2025b].

¹⁰ Desde 1970, o CAD estabeleceu uma meta de 0,7% do PNB de seus países membros para a AOD (Desiderá Neto, 2014, p. 122).

relevantes no que tange à manutenção (ou intenção) de seus programas, posto que a ajuda externa oficial pode variar e ser influenciada pela mudança de prioridade em política externa e interna, assim como por condições geopolíticas internacionais que interferem no curso da ação política e na tomada de decisão (Milani, 2018). Além disso, o fato de a AOD ter se constituído originalmente como um instrumento vertical de assistência, de sentido Norte-Sul, levou à contestação de sua legitimidade ou eficácia na promoção do desenvolvimento internacional, críticas que foram amplificadas com a emergência de atores não tradicionais no sistema da CID, como países emergentes (China, Índia, Brasil, entre outros), cujas respectivas agências de cooperação, não-membros da OCDE/CAD, podem desafiar o status quo da cooperação internacional, propondo novos contornos também ao que se entende por desenvolvimento (Milani, 2018, p. 75). Isto porque o discurso da Cooperação Sul-Sul se consolidou em torno do compartilhamento de desafios estruturais semelhantes entre os países em condição de vulnerabilidade econômica, materializado em práticas de desenvolvimento mais adaptadas às especificidades históricas e locais (Milhorange, 2013), com discursos e narrativas coletivas de emancipação das condicionalidades impostas pelo regime tradicional de desenvolvimento¹¹.

1.4.2 Sociedade civil, filantropia e iniciativa social privada

Tradicionalmente, como apresentado ao longo deste primeiro capítulo, a principal fonte dos recursos destinados à promoção do desenvolvimento decorre do Estado, suas agências de cooperação bilaterais e por meio de instâncias multilaterais, como da OCDE/CAD e outras instituições de fomento. A construção de um regime de desenvolvimento institucionalizado através da atuação estatal coordenada e orientada pela narrativa neoliberal, tornou o Estado (com suas organizações de caráter multilateral) e o mercado os atores tradicionais do sistema

¹¹ Milani (2018) nos chama a atenção para o fato de que a construção de um regime simbólico em torno da CSS não implica necessariamente a ausência de interesses nacionais estratégicos dos países emergentes na formulação de suas políticas de cooperação com o Sul. Para o autor, em função de suas posições na ordem internacional, podem muito se aproximar das políticas adotadas pelos atores da CNS. Apesar da retórica da solidariedade, portanto, as relações no âmbito da CSS podem reproduzir hierarquias e desigualdades. Cf. MAWDSLEY, 2012.

de cooperação. Enquadrados em categorias de primeiro e segundo setor na CID, respectivamente, esses atores exerceram ao longo das últimas décadas papéis centrais no financiamento e implementação das políticas de desenvolvimento. Enquanto o primeiro tem atuado no estabelecimento de critérios, normas e aparatos regulatórios para a disponibilização de recursos públicos destinados à pauta, o segundo inclui empresas e multinacionais com fins lucrativos que atuam na geração de empregos, desempenhando também um papel significativo ao contribuir com investimento externo e expertise tecnológica, sobretudo em contextos de globalização econômica. Em termos de CID, ambos os setores têm sido por muito tempo as fontes hegemônicas de financiamento, dominando também as narrativas sobre o desenvolvimento.

Não obstante, a partir da década de 1980 e da penetração neoliberal nas principais instituições de governança global, o tema do desenvolvimento ganhou contornos específicos que direcionaram ao mercado um papel ainda mais relevante na CID, integrando de forma complexa a iniciativa privada às estratégias adotadas. A relação do primeiro e segundo setores tornou-se, em muitos casos, uma experiência marcada por critérios de avaliação da sua eficiência na promoção do desenvolvimento social. Entretanto, como a eficácia da ajuda do Estado passou a ser questionada pela narrativa neoliberal, atores não-estatais – como corporações de caráter privado - emergiram de forma a complementar o financiamento dos projetos de desenvolvimento, preenchendo supostamente o vazio deixado pela redução da atuação estatal no fomento às políticas públicas voltadas à justiça socioeconômica.

O Estado e o mercado frequentemente têm buscado uma sinergia através do estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP)¹², no intuito de consolidar projetos de grande escala em infraestrutura, transferência de tecnologia, cooperação técnica e desenvolvimento humano. Nesse sentido, a maior participação das empresas na realização de grandes obras ou prestação de serviços públicos acabou sendo impulsionada pelo modelo privatizante estimulado pelos programas de ajuste

¹² Para mais informações desde uma perspectiva feminista sobre o impacto das PPP, ver o livro da DAWN, *Corporate Capture of Development: Public-Private Partnerships, Women's Human Rights and Global Resistance*, organizado por Corina Rodríguez Enríquez e Masaya Llaveneras Blanco, reunindo a produção de autoras do Sul Global sobre os impactos das parcerias público-privadas nos direitos humanos das mulheres.

estrutural nas economias periféricas, descentralizando a gestão pública e estabelecendo novas tendências na relação entre o Estado e a sociedade civil (Jeger, 1996, p. 165). O resultado dessas parcerias, todavia, nem sempre oferece uma abordagem flexível e com foco nas necessidades reais da sociedade ou no engajamento das comunidades nos projetos realizados. A participação crescente da iniciativa privada em agendas tradicionalmente públicas suscita críticas quanto à legitimidade das parcerias estabelecidas, posto que essa relação pode e é atravessada por dinâmicas de poder, ocasionando muitas vezes a prevalência dos interesses corporativos sobre a esfera pública, revelando-se ineficaz quando existe a má distribuição dos benefícios para a sociedade ou pouca transparência na gestão e execução das PPP (Giddens, 2009, p. 63).

Ademais, devido à persistência do subdesenvolvimento na periferia global, a busca por maior efetividade impulsionou uma revisão crítica do regime tradicional de desenvolvimento, repensando a complexa integração entre o primeiro e o segundo Setor no enfrentamento dos desafios globais contemporâneos, como a pobreza, as desigualdades estruturais e as mudanças climáticas. Diante deste cenário, o crescimento da participação dos setores da sociedade civil, as chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC), ampliou a agenda temática da cooperação, refletida na construção de responsabilidades coletivas diante desses desafios (Edwards, 2014). O surgimento e atuação das OSCs como atores do sistema da CID estão relacionados à globalização das lutas sociais desde os anos de 1980, como parte de um fenômeno mais amplo de transnacionalização da sociedade civil, em que organizações locais estabeleceram redes institucionalizadas globais, pautando agendas de direitos humanos, sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero (Smith; Wiant, 2007). Esse protagonismo foi impulsionado tanto pelo enfraquecimento da capacidade estatal de prover bens públicos universais, quanto pelo fortalecimento de uma lógica de cooperação descentralizada, fragmentando o sistema da CID entre diferentes atores com fluxos financeiros, recursos, mobilização, narrativas e lutas sociais, ora convergentes, ora tensionados. As OSCs foram decisivas para incluir no debate tradicional pautas ligadas ao desenvolvimento humano, emergindo como alternativa crucial nas estratégias de desenvolvimento internacional mais adaptadas e conectadas com as demandas de suas comunidades desde seus territórios.

Face às limitações do Estado e do mercado, o Terceiro Setor¹³ emergiu como um campo de possibilidades promissoras que se relaciona de maneira complexa com as estruturas tradicionais. Sanchez (2002 *apud* Santos; Carrión, 2011, p. 1851) argumenta que a trajetória histórica da CID pode ser compreendida através de dois enfoques diferenciados entre o “tradicional” e o “moderno”. Enquanto o primeiro, segundo o autor, costuma estar associado a toda arquitetura da ajuda estendida durante a Guerra Fria, marcada pelos interesses ligados à questão da segurança nacional, o segundo tem seu marco inicial nos anos 1990, em que as organizações civis começaram a despontar com maior vigor, reivindicando mudanças na forma como até então se concebia a cooperação, propondo uma substituição gradual da lógica da caridade para a parceria. Neste contexto, grosso modo, o Terceiro Setor, composto por grupos organizados, fundações, fundos filantrópicos de caráter privado, sindicatos, associações, cooperativas e instituições religiosas, abarca causas de amplo impacto social com agendas temáticas diversas, atuando em temas como defesa do meio-ambiente, criação de redes de economia solidária, educação, saúde, defesa dos direitos de indígenas e quilombolas, apoio às causas feministas e LGBTQIAPN+, entre outros. As fontes de financiamento também são plurais: recursos públicos, transferidos por meio de incentivos ou isenções fiscais com políticas geridas pelas OSCs; doações ou campanhas públicas de arrecadação financeira; empreendimentos próprios, com prestação ou venda de serviços e produtos; filantropia tradicional; e Investimento Social Privado (ISP) (Rossetti, 2010, p. 268-269).

A filantropia no contexto contemporâneo, embora não seja uma fonte nova de financiamento para o desenvolvimento¹⁴, tem assumido um caráter estratégico, com

¹³ A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, como um conceito para designar um setor da sociedade civil no qual atuam organizações sem fins lucrativos voltadas à produção ou distribuição de bens e serviços (Smith, 1991 *apud* Alves, 2019). Cf. ALVES, 2002.

¹⁴ Guimarães (2022, p. 16) argumenta que durante a primeira metade do século XX, as iniciativas filantrópicas, com origens atreladas ao missionarismo cristão lideravam com folga o montante de recursos disponíveis, atuando como formuladoras de uma política autônoma de ajuda, selecionando suas próprias agendas e ecossistemas de financiamento com um pluralismo de programas e ideias que encorajava os governos, especialmente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, à adoção de iniciativas no campo da ajuda filantrópica internacional. Esse movimento não apenas inaugurou a ideia da filantropia como prática dotada de racionalidade político-administrativa, como estabeleceu um precedente para a atuação do setor privado e civil na solução de problemas de caráter público. Destacaram-se neste período fundações e instituições beneficentes criadas por grandes empresários de seu tempo, como Henry Ford e John D. Rockefeller.

maior ênfase no impacto social de suas iniciativas. A prática filantrópica, compreendida tradicionalmente como a doação voluntária de recursos financeiros, materiais ou humanos para causas humanitárias de interesse público, tem raízes históricas associadas tanto a tradições religiosas quanto a práticas seculares de solidariedade (Guimarães, 2022). No contexto contemporâneo, todavia, as iniciativas no campo da filantropia têm atuado de forma a complementar os recursos tradicionais de origem pública, adquirindo novo impulso ao que Pino (2014, p. 154) identificou como decorrente de três grandes fatores: (1) o sucesso e popularidade de muitas de suas figuras; (2) o dinheiro dedicado a atividades de caridade ou assistência pelo lema “*devolver à sociedade parte do que nos deu*”; e (3) campanhas midiáticas que estas doações envolvem, causando impacto positivo não só na opinião pública como nas oportunidades entre a ampliação de seus fundos e métodos de trabalho com as agências oficiais de cooperação. Dessa forma, filantropos globais com grandes fortunas, normalmente associados a grandes multinacionais ou *bigtechs*, além de figuras públicas atuantes no mercado do entretenimento¹⁵, passaram a atuar de forma destacável, disponibilizando quantias milionárias às causas humanitárias e filantrópicas, com impacto substancial na agenda da cooperação. Segundo Guimarães (2022, p. 19), este movimento passou a remoldar o papel da filantropia para o desenvolvimento, destacando que para um impacto sistêmico e transformador, o foco das organizações filantrópicas deve carregar estratégias mais sofisticadas de mudança social em áreas específicas de atuação.

Nesse cenário, emerge o conceito de Investimento Social Privado (ISP), caracterizado pelo repasse voluntário de recursos privados para projetos de interesse público. É parte integrante de um conceito mais amplo de filantropia, entretanto, diferentemente das práticas tradicionais, este tipo de investimento abrange ações sociais desenvolvidas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial, familiar ou comunitária focadas no desenvolvimento de projetos próprios e pelo apoio institucional às OSC's (Saez; Silva, 2019, p. 25). O ISP tem contribuído com inovações metodológicas em avaliação de impacto, métricas de eficácia e modelos de governança compartilhada, adotando estratégias que

¹⁵ Pino (2014) caracteriza este cenário como “Diplomacia das Celebridades”: o envolvimento de figuras públicas da música, cinema, televisão, literatura e outras áreas em práticas filantrópicas.

envolvem a utilização de metodologias de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação, inspiradas em práticas corporativas/empresariais com adaptação aos contextos sociais. Esta metodologia endereçada à aplicação de uma abordagem de negócios para a filantropia, denominada de *filantrocapitalismo*, isto é, uma prática focada na eficiência, efetividade e em metas de desempenho com risco equilibrado, disperso e coberto (Guimarães, 2022, p. 21). O foco estratégico consiste na tentativa de garantir a sustentabilidade dos projetos apoiados, especialmente em países em desenvolvimento. Os efeitos sociais do ISP podem ser observados na criação de novas possibilidades para populações em condições de vulnerabilidade, porque as iniciativas apoiadas por institutos e fundações privadas geralmente dão prioridade a áreas como educação, eficiência e sustentabilidade produtiva, saúde e meio ambiente, gerando resultados ainda mais amplos quando os aportes são feitos de maneira conjunta, mobilizando diferentes atores em torno de metas compartilhadas no campo do desenvolvimento (Kania; Kramer, 2011, p. 39).

Uma característica relevante deste tipo de investimento é a adoção de parcerias multissetoriais, integrando-se aos esforços de governos e organizações da sociedade civil. A lógica que sustenta a convergência destes diferentes atores parte da percepção de que problemas complexos, como pobreza, fome extrema e as mudanças climáticas, exigem soluções que transcendem os limites de atuação de um único setor, como do financiamento estatal (Silva; Bernardo; Mah, 2021; Moura; Visenstainer, 2021). Diferentemente das políticas públicas que operam dentro dos limites burocráticos e da regulamentação nacional, o ISP possui um campo de ação mais flexível, testando soluções e práticas que refletem na criação de modelos replicáveis em diferentes contextos e temáticas. Dessa forma, o ISP se transformou em um componente importante da arquitetura global do regime de desenvolvimento, criando pontes fundamentais com as agendas públicas tradicionais, mas construídas de forma coletiva também com as organizações da sociedade civil, através de práticas de *grantmaking*, por exemplo.

Grantmaking é um termo em inglês cuja tradução se aproxima de uma estratégia de atuação no campo da filantropia e do investimento social privado que pode ser adotada por diferentes atores, sejam eles fundações, associações, empresas ou fundos filantrópicos, consistindo no repasse de recursos financeiros (*grants*) de forma estruturada para organizações, como ONGs ou demais iniciativas de interesse público (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2020). Ações de *grantmaking*

possuem grande impacto nos projetos ligados às OSCs, pois seus recursos podem garantir a sustentabilidade dos programas desenvolvidos e uma modalidade de financiamento que privilegia a autonomia dos beneficiários, permitindo que implementem seus próprios projetos de forma coordenada e assistida com seus doadores. Embora essas iniciativas venham se multiplicando em escala global, ainda se trata de uma abordagem relativamente rara e há poucas pesquisas que analisam o impacto de seus resultados (Gibson, 2017; The Lafayette Practice, 2014 *apud* Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2020, p. 2).

As estratégias de *grantmaking* variam de acordo com os objetivos e áreas de atuação das fundações doadoras. Destacam-se neste campo as fundações filantrópicas, como a Fundação Ford, Fundação Rockefeller e, mais recentemente, iniciativas como a da Fundação Bill & Melinda Gates, que além de alocarem parte de seus recursos em iniciativas de impacto social, combinam sua atuação corporativa com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definida pela ONU em 2015 com metas de desenvolvimento econômico, social e ambiental a serem alcançadas até 2030. Dentre os objetivos definidos, concentram-se esforços globais para garantir a redução das desigualdades e erradicação da pobreza, igualdade de gênero, agricultura sustentável, consumo e produção com responsabilidade socioambiental e parcerias multissetoriais para implementação dessas estratégias (ONU, s/p)¹⁶. Destarte, Guimarães (2022), em seu estudo sobre o financiamento filantrópico e suas interseções com o desenvolvimento da agroecologia urbana, sugere como as iniciativas no campo do investimento social privado, sobretudo aquelas protagonizadas por organizações filantrópicas familiares, podem exercer papel fundamental na transição agroecológica responsável. Nas palavras da autora:

Sabe-se que a filantropia não deve e não vai resolver problemas da estrutura pública de apoio, mas seu papel em financiar grupos de *advocacy*, campanhas de conscientização e formação, associações e cooperativas de assessoria técnica de projetos e conceder apoios a desenvolvimento institucional de organizações de agroecologia urbana é fundamental. Dessa forma, organizações sem fins lucrativos conseguem promover pressões, tecnologias e conhecimentos necessários aos grupos sociais competentes a fim de, então, concretizar mudanças sistêmicas,

¹⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Home*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 3 jul. 2015.

inclusive – e principalmente – nas esferas governamentais e parlamentares (Guimarães, 2022, p. 54).

Essas iniciativas alinham-se de maneira estratégica à prática do *grantmaking participativo*, que surge a partir de movimentos de ativistas de base, representando um contraponto dos modelos filantrópicos tradicionais, quando descentralizam ou mesmo cedem o controle de tomada de decisão sobre a alocação dos recursos às próprias comunidades beneficiadas (Candid, 2020 *apud* Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2020, p. 2). Ademais, ao financiar iniciativas locais, de acordo com o relatório da Gife, de 2020, há um desafio que se refere à sustentabilidade dos projetos apoiados e, para evitar sua descontinuidade com o fim de recursos específicos de financiamento, é necessário que as fundações combinem o *grantmaking* com estratégias de fortalecimento institucional, estimulando a independência e profissionalização de seus donatários (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2020, p. 3). Dessa forma, é ele um instrumento fundamental para a CID, ao permitir a circulação de recursos, metodologias e narrativas entre diferentes contextos. Urge como uma potencial alternativa ao espectro tradicional de financiamento, com desafios permanentes de equilíbrio entre doadores e beneficiários para que garanta que as demandas e agendas locais sejam a prioridade.

Entretanto, a relação entre investidores sociais e organizações da sociedade civil se mostra particularmente complexa nos cenários atuais da CID. Do ponto de vista político, as OSCs exercem papel central como mediadoras entre as demandas sociais e as instâncias decisórias, como o Estado e organismos multilaterais, articulando-se com a iniciativa privada, em muitos casos, para tensionar a agenda internacional de desenvolvimento. Em termos normativos, a inserção desses agentes e instrumentos questionou narrativas predominantes, trazendo à cena a discussão de temas como representação e equidade social, além de ampliar as formas de atuação e financiamento, ao menos desestabilizando o monopólio dos atores tradicionais, gerando um sistema mais diversificado, de um lado, e fragmentado, de outro, com múltiplos centros de decisão (Silva; Bernardo; Mah, 2021, p. 40-41).

Contudo, apesar de compartilharem o propósito de promoverem avanços coletivos, OSCs e ISP divergem quanto à legitimidade de suas ações, pois respondem a lógicas distintas: as primeiras se legitimam como representantes mais diretas das demandas comunitárias, por meio de práticas de advocacy e

acompanhamento territorial, enquanto os segundos estão mais alinhados aos propósitos corporativos, sustentados por estruturas burocráticas e altamente técnicas orientadas aos resultados. Nesse contexto, organizações que buscam se profissionalizar e adotar padrões próximos à lógica empresarial acabam se beneficiando do acesso a financiamentos internacionais, em desvantagem em relação às iniciativas comunitárias que encontram obstáculos maiores para manter a sustentabilidade de seus projetos. Essa dinâmica reforça desigualdades internas no campo da cooperação, em que práticas mais alinhadas ao mercado recebem maior reconhecimento e recursos. Diante das altas e baixas nos volumes de ajuda externa em suas formas, o fortalecimento de comunidades engajadas em ações autônomas e sustentáveis torna-se essencial para impulsionar transformações socioeconômicas capazes de melhorar a qualidade de vida coletiva (Schearer, 1995, p. 1).

A CID atravessa um momento de redefinição, com a intensificação de crises de caráter social, econômico e político, especialmente com o avanço da agenda da extrema-direita que arrisca, de forma sem precedentes na história recente, direitos e pautas sociais conquistadas com muita luta e resistência nas últimas décadas. A agenda ultraconservadora ameaça ecossistemas de cooperação que não estejam alinhados às suas narrativas, com impactos progressivos nos recursos públicos administrados pelo sistema tradicional de AOD, uma vez que este é influenciado diretamente pelo redirecionamento em política externa e interna de seus países doadores, como foi discutido anteriormente. Neste sentido, recorre-se às considerações de Moura e Visentainer (2021, p. 10), para afirmar que qualquer estratégia de cooperação, filantropia, projeto, programa, mobilização de recursos não pode desconsiderar quem está no *front* na resistência à agenda de costumes a partir da interseccionalidade.

Não obstante, a resposta global à pandemia de Covid-19 evidenciou tanto a importância da solidariedade internacional quanto às limitações impostas por interesses nacionais e disputas no campo geopolítico. Instâncias multilaterais, como a ONU e a OMS, além de iniciativas de atores não tradicionais, seja por meios de ONGs que atuaram em causas humanitárias ou fundações privadas que financiaram pesquisas no desenvolvimento de vacinas e programas de saúde pública, mostraram como o sistema da CID, ao mesmo tempo em que avança em direções convergentes quanto ao reconhecimento da interdependência de suas agendas e atores, inovando

em seus processos e ampliando suas fontes de recursos, permanece tensionada por assimetrias de poder (Silva; Bernardo; Mah, 2021). Diante disso, o futuro da cooperação dependerá da capacidade de construirmos mecanismos mais democráticos de governança global e incorporarmos, de forma coordenada, efetiva e eficaz, a pluralidade de vozes necessárias para enfrentarmos os desafios do século XXI.

1.5 Considerações finais do capítulo

A discussão apresentada ao longo deste capítulo revela que a temática do regime de desenvolvimento não se limita a uma abordagem linear e unilateral, mas se constitui como um campo em constante disputa de sentidos. As diferentes perspectivas demonstram que a realidade não pode ser reduzida a categorias estáticas, já que envolve múltiplas interações entre agentes, estruturas e contextos históricos. Essa multiplicidade não enfraquece a nossa análise; ao contrário, reforça a importância de compreendermos os fenômenos em sua densidade, destacando as tensões e contradições que atravessam o debate do desenvolvimento internacional. O capítulo busca mostrar, dessa forma, a relevância de se trabalhar com um panorama que acolha complexidade da realidade social em vez de simplificá-la.

Um ponto principal que emerge a partir do trabalho realizado é a necessidade de questionar pressupostos que, à primeira vista, parecem legítimos, mas que, na verdade, escondem camadas profundas de disputas epistemológicas e políticas. O esforço do capítulo em desvelar os bastidores da construção ideológica do desenvolvimento e a cooperação internacional contribui para um olhar mais crítico sobre nosso objeto de estudo, evitando análises meramente descritivas ou sem embasamento. Essa postura revisionista evidencia como certas narrativas, quando não confrontadas, podem naturalizar desigualdades e reforçar hierarquias sociais. Este movimento de problematização, portanto, torna-se não apenas metodológico, mas também político, pois desestabiliza discursos cristalizados e hegemônicos. As categorias trabalhadas ao longo do texto não são apresentadas de forma isolada, o que revela a impossibilidade de compreendê-las de fora de um contexto de interdependência entre a teoria e as práticas sociais. Essa inter-relação produz novos sentidos e tensiona leituras mais tradicionais, ampliando o espaço para

interpretações inovadoras. Ao mostrar como tais categorias dialogam e, ao mesmo tempo, se chocam, o capítulo apontou para a diversidade de abordagens que é possível navegar a partir da análise crítica sobre a realidade e o potencial transformador que a pesquisa acadêmica possui na intervenção e transformação do pensamento social, questionando visões rígidas e históricas.

Outro aspecto relevante é a maneira como a dimensão histórica atravessa a discussão, fornecendo uma base conceitual e teórica indispensável para entendermos a conjuntura e os formatos contemporâneos que atravessam o debate do desenvolvimento. O resgate de contextos históricos e processos passados nos mostra que não há neutralidade na construção do conhecimento, já que cada momento histórico imprime marcas profundas que condicionam nossas formas de interpretar o mundo. Assim, a análise não se restringe ao presente somente, mas se situa em uma linha de continuidade e ruptura, pois entendemos a história como um processo dinâmico de avanços e retrocessos.

O capítulo chama a atenção ainda para a centralidade do poder na construção de narrativas, que pretendemos problematizar de forma sintética, diante da complexidade do debate. Não se trata apenas de identificar atores e estruturas, mas de perceber como o poder opera na produção de discursos, na definição de agendas e na legitimação de saberes específicos. Essa perspectiva evidencia que a análise é sempre atravessada por disputas e que compreendê-las é fundamental para não reproduzir lógicas de dominação, dialogando com debates contemporâneos sobre hegemonia e colonialidade. A articulação entre teoria e prática se mostra, portanto, um eixo importante de reflexão: é necessário criar conceitos a partir das práticas coletivas desde seus territórios de construção política. Essa postura reforça a relevância de uma análise situada, capaz de captar tanto as dinâmicas estruturais quanto as experiências cotidianas. A prática, neste sentido, não é apenas um campo de aplicação da teoria, mas também uma fonte de problematização e reformulação conceitual. Essa relação dialética fortalece a proposta do trabalho e amplia seu alcance.

Ao explorar as contradições internas do objeto analisado, o capítulo revelou não haver respostas simples ou soluções definitivas, mas uma parte constitutiva da realidade que queremos investigar. Reconhecer esta dimensão nos permite escapar da tentação de enquadrar fenômenos complexos em esquemas analíticos rígidos, ampliando nossos horizontes de reflexão crítica, permitindo-nos ainda uma

reinterpretação do mundo que seja um pouco mais fiel à densidade do real e da construção ideacional do real. O trabalho que se seguirá nos próximos capítulos não pretende harmonizar estas tensões, mas evidenciá-las como parte central das dinâmicas sociais analisadas. Além disso, o papel dos sujeitos envolvidos no processo analisado também merece destaque, já que eles não aparecem apenas como receptores passivos, mas como agentes que constroem, contestam e ressignificam práticas e discursos. Esse reconhecimento de agência contribuiu para uma leitura mais dinâmica, cujos indivíduos são vistos como parte ativa das transformações sociais. Desta forma, retiramos o olhar somente das estruturas para os processos, valorizando a ação e possibilidades de resistência das populações marginalizadas e vulneráveis.

Outra dimensão relevante é que a análise articula o global e o local, mostrando que estes dois níveis não são separados, mas entrelaçados. As dinâmicas internacionais influenciam diretamente as experiências locais e comunitárias e, muitas vezes, há permanências sutis que sustentam desigualdades estruturais mesmo em cenários aparentemente novos. Essa percepção nos impede de romantizar paradigmas alternativos, lembrando que a crítica teórica deve ser constante. Reconhecer tais permanências não enfraquece a busca por alternativas, mas fortalece uma reflexão mais cautelosa e atenta a essas ambiguidades. O enfoque nas assimetrias de poder permitiu também discorrer sobre como certos atores se beneficiaram estrategicamente de discursos e práticas para consolidar suas posições de privilégio. E a valorização de saberes historicamente marginalizados amplia nosso repertório de interpretações e questiona a hierarquia estabelecida pelo conhecimento dominante.

CAPÍTULO 2 – FEMINISMO TRANSNACIONAL E DESENVOLVIMENTO

2.1 Gênero, Feminismos e Relações Internacionais

Ao longo dos dois últimos séculos, os feminismos, enquanto movimentos históricos, políticos e acadêmicos, têm criticado sistematicamente a exclusão das mulheres dos processos de produção do conhecimento e, conseqüentemente, da vida social. Impulsionados pela mobilização política de mulheres comprometidas com a politização de suas demandas e com a produção acadêmica, os *Feminismos*¹⁷ consolidaram-se como práticas inseparáveis da ação política e do ativismo social, sobretudo a partir do século XX. Tal movimento esteve atrelado à análise da exclusão das mulheres dos espaços de poder – tradicionalmente reservados aos homens – e à percepção de que as desigualdades sociais baseadas em sexo e gênero, dentro da lógica capitalista, contribuíram para o silenciamento das mulheres tanto como agentes quanto como **objetos** do desenvolvimento científico e intelectual.

Zirbel (2021, p. 11) ressalta que, ao se examinar mais amplamente as lutas femininas ao redor do mundo, observa-se um diálogo entre mulheres de diferentes contextos étnicos, geracionais, sociais e nacionais, mesmo quando não compartilham as mesmas prioridades ou objetivos. Para a autora, o protagonismo dos feminismos nos debates públicos e na produção teórica só foi possível graças à atuação de mulheres situadas em diversas partes do globo, com vivências distintas de opressão e desigualdade. A trajetória dos feminismos incorporou, portanto, múltiplos contextos de apropriação do corpo e da vida das mulheres, constituindo-se como um campo de análise central para compreendermos as disputas da igualdade, da justiça social e dos horizontes políticos nas Relações Internacionais (RI).

É necessário reconhecer que a história dos movimentos feministas é marcada por tensões contínuas e transformações sociopolíticas e culturais que

¹⁷ O presente trabalho adota o termo *Feminismos* no plural por reconhecer que a produção do conhecimento que adota o gênero como categoria de análise pode comportar múltiplas combinações entre objetos e métodos na análise da opressão masculina, abarcando diferentes pontos de vista epistêmicos sobre o fazer científico.

afetam mulheres de diferentes origens, com impactos também distintos do ponto de vista de seus contextos sociais. Para o presente trabalho, é particularmente relevante revisitar a literatura sobre os feminismos e relacioná-los aos estudos de desenvolvimento, destacando a importância do reposicionamento das lutas por representação teórica e social dos movimentos de mulheres periféricas e de que modo suas agendas se relacionam com as mudanças paradigmáticas em Relações Internacionais, tanto em oposição ao silenciamento histórico perpetuado pelos discursos dominantes – carregados de simbologias masculinas sobre a realidade – quanto pelas críticas à ideia de uma categoria universal de “mulher”, preconizada pelo feminismo branco e liberal. No âmbito das Relações Internacionais, este processo implica repensarmos categorias tradicionais, como segurança, desenvolvimento e cooperação, e analisarmos suas implicações para os sujeitos historicamente marginalizados (Tickner, 1992). Ao enfatizarmos neste capítulo a historicidade das lutas femininas e a pluralidade de suas agendas, buscamos demonstrar como suas contribuições ampliaram as fronteiras disciplinares de RI, oferecendo alternativas críticas às concepções dominantes de desenvolvimento.

2.1.1 Da crítica ao feminismo do Norte Global à interseccionalidade

O feminismo do Norte Global se consolidou como grande influência do movimento feminista no século XX, inspirado na filosofia iluminista de igualdade formal e cidadania universal. Esta vertente ganhou força principalmente em países ocidentais, articulando suas reivindicações em torno dos direitos civis e políticos, defesa da educação e acesso ao mercado de trabalho. Frequentemente, a história do movimento feminista é ilustrada a partir da narrativa de “ondas”, utilizadas para identificar momentos de menor ou maior tensionamento social provocado por suas reivindicações, bem como mudanças em suas agendas políticas. Entretanto, a utilização dessa narrativa não está isenta de críticas, uma vez que ao dar excessiva ênfase nas lutas de mulheres de classe média e alta nos Estados Unidos (EUA) e Europa, incorre-se na marginalização de pautas pleiteadas por mulheres periféricas, cujas agendas foram igualmente importantes na construção coletiva da luta política e conquista por direitos. Apesar de sua utilidade analítica como expressão de um contexto particular de luta por representação, movimento que logrou importantes

conquistas para essas mulheres, a metáfora das ondas é questionada quanto a sua simplificação, como sugere Clare Hemmings (2011), ao destacar que ela perpetua uma hegemonia epistêmica centrada em um feminismo branco e ocidental, apagando as experiências de mulheres negras, pobres e periféricas, mesmo naqueles países com tradição de produção acadêmica e posição política dominantes.

Desde finais do século XIX, em meio às mobilizações operárias e sufragistas, os ideais de liberdade e igualdade de oportunidades, valores fundantes da filosofia iluminista ocidental, passaram a ser exigidos também pelas mulheres ocidentais, já que até então elas estavam excluídas do processo de efetivação desses direitos, resultando em uma atuação política organizada, com discurso próprio e reivindicações específicas das mulheres por cidadania (Martins, 2015, p. 232), período comumente identificado como *a primeira onda feminista*. A centralidade do pleito pela igualdade jurídica e do sufrágio universal nesse período evidenciou o caráter eminentemente ativista, mais do que uma elaboração teórica sistemática, cuja equiparação dos direitos dessas mulheres aos dos homens se deu, ao menos na questão do voto e representação, dentro dos limites da democracia liberal. Da conquista ao sufrágio na Inglaterra e nos Estados Unidos no início do século XX, a pauta também transbordou o eixo EUA-Europa, influenciando lutas por representação política em outras regiões, como no Brasil, cuja década de 1920 foi marcada por campanhas que levaram à conquista do voto feminino em 1932 (Martins, 2015, p. 232). É digno de nota, no entanto, que:

É comumente afirmado que as protagonistas da primeira onda eram mulheres de classe média. No entanto, a maioria das manifestantes presentes nas grandes manifestações que deram visibilidade a essa onda eram da classe trabalhadora, lutando contra as péssimas condições de vida e trabalho a que estavam submetidas. Em comum, partilhavam com as feministas de outras classes a esperança de que, uma vez obtido o direito de votar e o acesso aos lugares de decisão política, seria possível alterar as leis e as instituições que as exploravam e oprimiam como mulheres e como trabalhadoras (Zirbel, 2021, p. 15).

A *segunda onda feminista*, que se estendeu aproximadamente entre 1960 e 1980, foi marcada por uma mudança de foco: deslocou-se o olhar da esfera pública para uma crítica à opressão vivida no âmbito privado. Embora as mulheres tivessem conquistado maior visibilidade nos espaços públicos, não somente pelo voto, mas pelo direito à representação parlamentar, o padrão masculino ainda era tomado como referência universal da humanidade, o homem, detentor do poder e agente

privilegiado da produção cultural (Martins, 2015, p. 233). Sob o lema “o pessoal é político”, mote cunhado na década de 1960 pela ativista estadunidense Carol Hanisch, o movimento politizou os aspectos privados da vida cotidiana, desvelando as normas sociais que estruturavam desigualdades entre homens e mulheres no lar e no mercado de trabalho.

A defesa do acesso à educação e a denúncia da exclusão das mulheres desses espaços, foi uma das principais bandeiras do feminismo liberal do período, e baseava-se na premissa de que uma vez garantidas essas condições, as mulheres poderiam competir com maior grau de igualdade de oportunidades com os homens. Em *Mística Feminina*, publicado originalmente em 1963, Betty Friedan criticou o papel das instituições educacionais na formação de uma identidade feminina voltada exclusivamente ao ambiente doméstico e aos cuidados familiares, destacando como essa ideologia empurrava as mulheres para a vida privada (Friedan, 1963 *apud* Zirbel, 2021, p. 16). Assim, politizar o privado se tornava fundamental para a construção de uma consciência crítica feminina. Nos Estados Unidos e na Europa, o florescimento dos movimentos feministas se deu também em meio ao contexto de contracultura das décadas de 1960 e 1970, reacendendo a resistência de setores populacionais ao conservadorismo. Nancy Fraser (2009, p. 13) aponta que este movimento contribuiu para redefinir a organização social do capitalismo no período pós-Segunda Guerra¹⁸.

O engajamento com agendas progressistas possibilitou um novo fôlego à crítica feminista, que se entrelaçava com os esforços acadêmicos de desnaturalização das estruturas patriarcais e das redes de poder sexistas. Assim, teoria e militância tornaram-se inseparáveis, com o feminismo ganhando força nos

¹⁸ Nancy Fraser, em *O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História*, de 2009, alerta para a capacidade do capitalismo neoliberal de capturar pautas sociais, transformando-as em discursos de empoderamento individual e não comunitário. A autora se questiona se foi mera coincidência que a segunda onda do feminismo, a partir da década de 1960, tenha prosperado em conjunto com o neoliberalismo. Ela identifica que as críticas originárias do feminismo ao capitalismo organizado pelo Estado, especialmente aquelas abordagens mais influenciadas pela ótica do marxismo, foram ressignificadas para acomodar uma crítica ao próprio Estado interventor, tão caro à agenda neoliberal, legitimando o espírito de um capitalismo mais “flexível”, pelo menos no sentido formal e discursivo, às demandas culturais pelo reconhecimento da diferença. O foco demasiado no “reconhecimento pela diferença” em detrimento da dimensão redistributiva do capitalismo, segundo a autora, teria jogado mais a favor da direita e da agenda conservadora, uma vez que esta aperfeiçoou estrategicamente a política cultural para tirar a atenção de sua política de redistribuição regressiva. Cf. FRASER, 2007; 2009.

debates políticos globais. Essa articulação entre militância e academia, portanto, também se refletiu na política internacional. Na década de 1960, diversas convenções passaram a reconhecer suas especificidades, introduzindo a perspectiva de gênero na legislação internacional. Isso indicava uma estratégia feminista orientada para a esfera jurídica e institucional, sobretudo nos espaços multilaterais (Martins, 2015, p. 235). Esse movimento culminou na chamada “Década da Mulher” das Nações Unidas (1975–1985), voltada para a construção de uma agenda política global em torno das principais demandas femininas. Foram espaços decisivos para consolidar o feminismo como interlocutor das políticas sociais também no espectro das políticas de desenvolvimento, incorporando às agendas internacionais temas como justiça de gênero e justiça econômica. A partir deste cenário, Cruz (2007, p. 3) destaca que

[...] os anos 1970 marcam a explosão do desenvolvimento teórico feminista. A liberação das mulheres tenciona os direitos igualitários a algo mais. Naquele contexto de mudanças sociopolíticas, as mulheres possuem uma consciência feminista mais radical. A luta e as reivindicações saem do âmbito individualista e reformista para uma luta coletiva e revolucionária. Em outras afirmações, pode-se dizer que, particularmente na década de 1970, os movimentos feministas elaboraram amplas e profundas teorizações sobre a condição das mulheres e suas relações entre os homens, apresentando propostas de mudanças, tanto em uma feição cultural, de afirmação de valores e de novas mentalidades, quanto em uma feição de intervenção política.

A politização do privado, como uma das principais bandeiras do feminismo do período, reverberou o entendimento de que a opressão vivida no espaço privado se estendia ao controle dos corpos femininos. Neste contexto, as demandas se expandiram para inclusão ao direito de autonomia das mulheres sobre a reprodução, pleiteando o acesso a métodos contraceptivos e defesa do aborto legalizado¹⁹.

¹⁹ No que tange ao trabalho reprodutivo como uma face nas relações de produção no capitalismo, são notáveis os aportes teóricos de Silvia Federici. Em *Calibã e a Bruxa*, publicado em 1998, a autora examina em que medida o papel social destinado às mulheres foi fundamental no processo de acumulação primitiva do capital. Ela corrobora a visão marxista sobre a centralidade do trabalho na constituição das relações sociais capitalistas, no entanto, vai além, no sentido de viabilizar o resgate histórico das estruturas de dominação masculina, oculto nas abordagens mais tradicionais do marxismo, examinando assim, do ponto de vista das mudanças que o capitalismo ensejou na sociedade, seus impactos na posição social das mulheres e na reprodução da força de trabalho (Federici, 2017, p. 26). O papel de reprodutora de novos trabalhadores, confinou a mulher a um dispositivo moral baseado na vocação biológico-natural que reforçava a hierarquia de gênero reiterada pela instituição familiar, acomodando a supervalorização do homem nos espaços da

Logo, neste momento, questões como a violência doméstica e sexual, a reivindicação pelo domínio sobre o próprio corpo, a busca pelo prazer sexual e realização pessoal tornaram-se bandeiras recorrentemente levantadas pelo movimento feminista da segunda onda (Ferreira, 2019, p. 3). Essas pautas, embora de extrema importância para o movimento feminista de um modo geral, refletiam a ênfase nos valores liberais de autonomia individual e autodeterminação (Freeman, 2005, p. 112), deslocando a luta das mulheres para o espectro da individualidade que, em outras palavras, correspondia à ampliação dos direitos para a esfera privada, mesmo em nome de um pleito que universalizava o conceito de mulher. Ao mesmo tempo, parecia negar contextos plurais de opressão que separavam os impactos distintos do patriarcado entre mulheres brancas de classe média e alta das mulheres negras, pobres ou periféricas.

Apesar de suas contribuições, o feminismo de primeira e segunda onda foi alvo de críticas contundentes, especialmente no que tange aos seus limites em lidar com questões de classe e raça. Diante disso, é pertinente recorrermos às análises da socióloga e ativista feminista argentina María Lugones (2020), que denuncia como o feminismo hegemônico do século XX falhou em explicitar as conexões entre gênero, classe, raça e heterossexualidade como categorias entrelaçadas. Segundo a autora, o feminismo liberal construiu sua crítica em torno de uma imagem de uma mulher frágil, sexualmente passiva e restrita ao espaço doméstico, afastando as articulações entre raça e gênero como dimensões centrais da opressão. Para ela, a primeira e segunda ondas focaram em questionar um modelo de feminilidade branca, sem reconhecer as diferentes formas de subordinação impostas às mulheres racializadas, cujas experiências de opressão foram sistematicamente invisibilizadas.

produção e da intelectualidade – o espaço público – em detrimento do isolamento da mulher à esfera doméstica, tradicionalmente o lugar do cuidado, do ensino de valores e da emoção. No seio familiar, a definição de novos padrões de sexualidade e o “surgimento” de uma concepção de família pautada na autoridade e na propriedade do homem sobre sua esposa e filho, basearam-se na interdição da liberdade feminina, provocada pela vigilância e repressão dos impulsos sexuais. Em outras palavras, a moral capitalista, pautada na centralidade do trabalho, ensejou uma rígida divisão entre a produção e a reprodução, criando uma classe de mulheres tão despossuídas quanto os homens, mas que diferentemente deles, acabam sendo forçadas à condição de pobreza crônica, dependência econômica e à sua invisibilidade como trabalhadoras (Federici, 2017, p. 146).

Patrícia Hill Collins (2019), em movimento semelhante, chama a atenção para como a opressão privada tem recortes quando analisada sob a ótica racial. As imagens atribuídas às mulheres negras como agressivas, violentas e insubordinadas revelam um grande contraste com a feminilidade branca, tida como sensível, acometida pelo cuidado extensivo do lar e da educação dos filhos, segundo a autora. Até o ativismo feminista negro na década de 1970, as análises da maternidade negra eram, por exemplo, e em grande medida, dominadas por homens tanto brancos quanto pretos, que consideravam que as mães afro-americanas exerciam um papel anormal sobre as estruturas familiares supostamente deterioradas, acusadas de não disciplinar seus filhos ou tornar suas filhas pouco femininas (Collins, 2019, p. 291). Essa tensão política nos revela duas visões distintas da realidade: (1) enquanto o feminismo liberal propunha que a emancipação feminina seria possível mediante introdução das mulheres em espaços já tradicionalmente consolidados, com expansão de direitos e pela defesa irrestrita à igualdade com os homens; (2) perspectivas críticas apontavam que a igualdade formal, embora importante, não encerraria o debate sobre a justiça de gênero, tampouco reduziria as desigualdades que conectam o capitalismo às estruturas patriarcais-racistas.

bell hooks (2021) contribui para essa crítica ao apontar que o apagamento das questões raciais no feminismo liberal não foi um acaso, mas parte de um processo sistemático de negação racista. Isto é, mulheres brancas que desde a primeira onda lutaram por direitos civis e políticos estavam plenamente cientes das distinções raciais, mas optaram por suprimir essa consciência, descomprometendo-se politicamente com a *interseccionalidade* das opressões²⁰²¹. O discurso histórico de 1851 proferido por Sojourner Truth, abolicionista e defensora implacável do movimento antiescravagista e das mulheres afro-americanas é, sem dúvidas, o

²⁰ O uso do termo se aplica apenas em seu sentido literal e para fins narrativos. O conceito de interseccionalidade só foi introduzido e desenvolvido na literatura com Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980.

²¹ Angela Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe*, mostra sob quais condições o movimento sufragista feminino do século XIX se articulou com a luta antiescravagista nos Estados Unidos. Davis (2016, p. 51) informa que tanto as jovens operárias quanto as donas de casa de classe média frequentemente evocavam a metáfora da escravidão na tentativa de expressar suas respectivas opressões, tanto pelas condições análogas à escravidão nas fábricas, quanto pela denúncia de sua insatisfação no casamento. Para Davis, no entanto, aliança entre sufragistas brancas e o movimento antiescravidão se enfraqueceu progressivamente pela desconsideração das dimensões raciais da opressão, uma vez que a abolição da escravatura não representaria necessariamente uma igualdade efetiva com pessoas brancas a não ser em uma dimensão meramente formal.

episódio que melhor simboliza o progressivo descompromisso com as pautas raciais, evidenciando já na primeira onda as interseções existentes entre raça e gênero, embora tais questões tenham sido marginalizadas pelo feminismo liberal e pela literatura acadêmica que empurram a *interseccionalidade* para contextos identitários da terceira onda, período que discutiremos adiante.

E não sou mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem – quando consigo o que comer – e aguentar o chicote também! E não sou uma mulher? Dei à luz a treze filhos e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus me ouviu! E não sou mulher? (Truth, 1851 *apud* Silva; Carmo; Ramos; 2021, p. 106).

A *terceira onda feminista*, que tem seu marco no início dos anos de 1990, trouxe uma crítica ao essencialismo das ondas anteriores, preconizado pela tentativa de universalização do conceito “mulher”. Feministas de terceira onda foram capazes de afirmar a necessidade de articulação das diversificadas posições de um sujeito e reconhecer tanto o caráter histórico-discursivo da categoria “mulheres” quanto o potencial transformador das heterogeneidades identitárias e pluralidades culturais (Martins, 2015, p. 238). Não obstante, este período foi também marcado pela valorização dos sujeitos como construções subjetivas, definidos pela fluidez identitária e críticas contundentes às normas de gênero, evidenciando não somente as especificidades da opressão sexual, antecipando debates *queer*²² dentro do feminismo, quanto por sua crítica aos discursos da colonialidade que, articulados a diferentes marcadores de opressão – como raça, classe e gênero – denunciavam o racismo e o classismo dos feminismos hegemônicos.

Esta onda pode ser caracterizada pela desconstrução da ideia de uma experiência homogênea entre as mulheres, especialmente como resposta às limitações conceituais e interpretativas de sua predecessora centrada em uma agenda muito mais afinada aos interesses de classes dominantes. Kimberlé Crenshaw (1989) introduz o conceito de *interseccionalidade*, ressaltando que a identificação de diferentes marcadores de opressão possibilita ao movimento

²² *Queer* é um termo em língua inglesa originalmente utilizado para caracterizar pejorativamente os sujeitos com sexualidades e identidades de gênero desviantes da ordem binária tradicional, homem e mulher. A Teoria Queer, por sua vez, se reapropriou deste termo, analisando de que modo as relações estabelecidas entre gênero e sexualidade foram socialmente construídas.

feminista diálogos multifacetados, que evidenciam diferentes questões sociais e abrem espaço para a construção de frentes coletivas de resistência e ativismo. Crenshaw define a interseccionalidade como a conceituação de um problema que captura as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação e constitui aspectos ativos de desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177). A partir da lente analítica dessa ferramenta, a autora investiga se o marcador de gênero não teria sido evocado como o único recorte explicativo para as desigualdades das “mulheres”, excluindo outras experiências, como a opressão racial, e sua complexa interação com dinâmicas generificadas. Isso implicaria, na perspectiva da autora, um processo de *superinclusão* do problema de gênero como indistintamente um problema de todas as mulheres, ao mesmo tempo em que promove a *subinclusão* das desigualdades objetivas de pessoas pretas no feminismo hegemônico, cuja agenda não se identifica com a opressão racial (Crenshaw, 2002, p. 174-175).

No mesmo período da segunda onda, em diferentes regiões do mundo, mulheres se mobilizaram em lutas anticoloniais, denunciando as múltiplas formas de opressão a que estavam submetidas — como o racismo e o sexismo (Zirbel, 2015, p. 17), embora a literatura convencional pouco mencione a importância desse movimento para a construção de lutas coletivas e agregação às agendas feministas do período. Lélia Gonzalez, grande referência intelectual e ativista negra brasileira, reconhece as contribuições do feminismo ocidental, sobretudo por seu esforço em expor as bases materiais e simbólicas da opressão feminina sob o capitalismo patriarcal. Isso permitiu trazer à tona questões como a sexualidade, os direitos reprodutivos e a violência de gênero (Gonzalez, 2020, p. 38), como mencionamos anteriormente. Gonzalez também critica a falta de sensibilidade do feminismo europeu e norte-americano em relação às opressões de cunho racial, que foram muitas vezes ignoradas ou secundarizadas (Gonzalez, 2020, p. 38). Como também apontam Ferreira, Santos e Borges (2022, p. 29), as mulheres negras enfrentam — desde a época do sufrágio até os dias atuais — o entrelaçamento de racismo, sexismo e exploração econômica. Ainda que tenham participado das mesmas lutas por direitos civis, suas experiências de opressão foram sistematicamente invisibilizadas, especialmente dentro do feminismo hegemônico.

Por outro lado, algumas feministas de terceira onda enfatizaram a necessidade de desconstrução normativa e da heterossexualidade compulsória,

aproximando o feminismo *queer* dos paradigmas pós-modernos e pós-estruturalistas. Em *Problemas de Gênero*, publicado originalmente em 1990, Judith Butler sugere que o gênero, ao contrário de um determinismo biológico e natural, é produto de uma construção social performativa, comportando identidades fluídas, rompendo com o binarismo *homem e mulher* e resultando em um movimento que dialogou com feminismos de outras ordens na luta antipatriarcal. Para Butler (2018, p. 188),

[o] fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória.

Pode-se dizer, portanto, que a história do sujeito do feminismo transitou da construção para a desconstrução, admitindo a instabilidade semântica do conceito, em que se reconhece o caráter histórico-discursivo da categoria “mulheres”, mas mantém a convicção nas reivindicações identitárias e na ação política (Martins, 2015, p. 238). Dessa forma, os feminismos contemporâneos enfrentam o desafio de articular lutas globais sem reproduzirem colonialismos epistêmicos, reafirmando a importância de perspectivas interseccionais e decoloniais, entrecruzando ambientes disciplinares, mobilizados em torno da luta anti-imperialista e anticapitalista. No campo do ativismo político, a terceira onda²³ se apropria da globalização e das novas plataformas de comunicação para visibilizar diferentes feminismos somando-se ao engajamento político e militante tradicional, fomentando redes transnacionais de ativismo (Moghadam, 2005, p. 22). Este contexto transborda em ações políticas concretas, como manifestações, protestos e campanhas contra o assédio, a favor do aborto e da sexualidade livre, da reapropriação dos corpos femininos, do ativismo ambiental, e contra o racismo e a homo-, lesbo- e transfobia, em escala global – e além dessas, muitas outras agendas de empoderamento e resistência das mulheres.

²³ Ainda não há consenso se o ativismo digital inauguraria uma quarta onda feminista nas Ciências Sociais e no ativismo político. Consideramos neste trabalho que este tipo particular de prática ativista faz parte do bojo da terceira onda, redefinindo os métodos utilizados para a ação política feminista no cenário global contemporâneo.

Diante dos problemas, contribuições e desafios apresentados, a narrativa das ondas, apesar de limitada, teórica e política, possui uma força imagética capaz de criar conexões com o passado e com o futuro em meio à luta das mais variadas gerações feministas em sua grande diversidade, mas também nos permite pensar que o feminismo não desaparece nos momentos em que não há grandes movimentações na cena pública, pelo contrário, segue se organizando em atividades coletivas que ganham força para novos e significativos avanços (Zirbel, 2021, p. 27).

2.1.2 O gênero como categoria de análise nos estudos em Relações Internacionais (RIs)

As abordagens feministas se destacam no bojo das teorias críticas aos debates hegemônicos nas RIs, ao introduzirem o gênero como categoria central de análise (Monte, 2010). Nas perspectivas feministas, é essencial compreender que a exclusão do gênero como variável explicativa – assim como outras categorias enfatizadas no Terceiro Debate das teorias de RIs – teve impacto direto sobre o que passou a ser considerado como conhecimento válido dentro da disciplina. Dessa forma, o reconhecimento da importância de ampliar os horizontes teóricos é visto como um fator que contribui para o desenvolvimento científico e para a possibilidade de transformação do saber. No caso do feminismo,

[a]bordagens que usam o gênero como categoria de análise no estudo das relações internacionais procuram, nas instituições e normas do sistema internacional, explicações para a assimetria nas relações entre os gêneros e as instâncias de constituição de identidades de homens e mulheres. Em adição, as abordagens feministas têm em comum o fato de incluir em seu projeto científico uma dimensão política – não apenas a superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias, de gênero, classe ou raça, não estejam presentes (Monte, 2013, p. 68).

As teorias tradicionais das Relações Internacionais, ao buscarem naturalizar e prever os fenômenos sociais com base em modelos universalistas, deixaram de considerar as dimensões históricas e culturais das dinâmicas internacionais. Essa limitação teórica encobriu a parcialidade presente nas interpretações do mundo, já que se baseiam em visões específicas de poder que desconsideravam a questão do gênero. A leitura tradicional excluiu, por exemplo, o entendimento de que a

oposição entre masculino e feminino molda também a maneira como se concebe a realidade. Quando J. Ann Tickner (1992) revisita o conceito de “natureza humana”, central para os realistas, analisando obras como as de Maquiavel e Hobbes, tal perspectiva fica nítida. Segundo a autora, são visões que refletem experiências socialmente associadas ao universo masculino — como força, belicosidade, racionalidade e autoridade — em contraste com atributos considerados “femininos”, como emoção, fragilidade e dependência, ignorando um conjunto de experiências humanas que possam ampliar as maneiras de se pensar sobre as políticas interestatais (Tickner, 1992, p. 17-18). Monte (2010, p. 17) reforça a crítica de Tickner ao argumentar que a concepção de segurança que considera o Estado como referente quase exclusivo e prioritário acaba reforçando normas e práticas que estabelecem relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, isto é, indivíduos associados à masculinidade estariam em posições de privilégio social e epistêmico porque o discurso da segurança estatal também é componente de narrativas sobre características políticas e culturais sobre este grupo. Dessa forma, os estudos feministas que “emergiram” em RI, especialmente a partir dos anos de 1980, situam-se numa crítica profunda ao androcentrismo e a masculinidade hegemônica como norma de poder, desafiando não somente a desconsideração das mulheres como sujeitos da política internacional, mas também a natureza dos pressupostos que consolidaram o campo como saber científico autônomo.

Essa leitura crítica e ampliada dos valores fundantes da disciplina revela os efeitos das desigualdades de gênero sobre a produção teórica em RI e sustenta os argumentos das abordagens feministas. Peterson e Runyan (*apud* Monte, 2013, p. 69) identificam duas formas principais de utilizar o gênero como ferramenta analítica: (1) a posição das mulheres e (2) o poder de gênero. A primeira trata da exclusão histórica das mulheres de espaços dominados por homens, como o da política internacional; já a segunda examina como os referenciais de gênero moldam nossa percepção do mundo e o sentido que atribuímos às nossas ações. Isto significa dizer que a construção política dos gêneros e as diferenças entre eles no acesso aos recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade, enquanto o poder de gênero se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de interpretar o mundo são determinadas pelo gênero (Monte, 2010, p. 36).

A centralidade da segurança nas teorias realistas ajuda a explicar por que as primeiras intervenções feministas em Relações Internacionais se voltaram justamente à análise dessa categoria, especialmente no que se refere à intersecção entre estudos de gênero, paz e política internacional (Rosa, 2019, p. 3). Tickner aponta que as noções de guerra e conflito estão carregadas de significados masculinizados, como mencionamos. O realismo seria, portanto, uma forma de interpretar o mundo baseada em experiências e símbolos masculinos, reproduzindo um discurso feito por homens e para homens, que ignora outras perspectivas. A forma como a guerra é pensada, por exemplo, está impregnada de construções de gênero: a imagem do soldado-homem como protetor da pátria e das figuras femininas indefesas (mulheres e crianças) é recorrente, e com isso se perpetuam visões que subestimam a autonomia das mulheres enquanto agentes de sua própria proteção (Lopes, 2006, p. 14).

Cynthia Enloe (2014), uma das teóricas pioneiras em RI junto com Tickner, em *Bananas, Beaches and Bases*, procurou demonstrar como as mulheres foram marginalizadas nas análises de política internacional durante o desenvolvimento da disciplina. Para a autora, a invisibilidade das mulheres nestes estudos denota não somente o silenciamento epistêmico delas na produção de conhecimento científico, como ressalta a importância que as mulheres tiveram como trabalhadoras (muitas vezes exploradas e condicionadas à atividade laboral barata), consumidoras e diplomatas, entre outras ocupações, embora tenham sido desacreditadas de sua participação no contexto das relações internacionais, isto é, foi tirada delas a sua capacidade de agência, foram reduzidas à vítimas passivas dos contextos fenomênicos que caracterizam a política internacional. Em alusão à perspectiva feminista de que o “*peçoal é político*”²⁴, Enloe considera que o “*peçoal é internacional*”, e se questiona onde estariam as mulheres nas relações internacionais, entendendo que análises de política internacional que utilizem a lente do gênero precisam dar conta de diferentes contextos das mulheres, afastando-se da leitura convencional de que esses cotidianos seriam apenas realidades privadas e não políticas (Enloe, 2014, p. 3).

²⁴ Aqui, a autora faz alusão ao slogan associado aos movimentos de contracultura nos Estados Unidos durante os anos de 1960, mais particularmente às lutas feministas ocidentais de *segunda onda*. O mote foi cunhado pela ativista e teórica Carol Hanisch.

Corroborando Enloe, Christine Sylvester, em *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*, de 1994, denunciou como as narrativas de política internacional negligenciaram populações marginalizadas em seus contextos periféricos e herdados da colonização, com implicações ainda mais profundas para as mulheres. No entendimento da autora, essa subalternização foi parte fundamental do sistema internacional, embora tais fenômenos tenham sido secundarizados pelas interpretações hegemônicas. Em suas próprias palavras, a ideia de homem e mulher como sujeitos socialmente construídos foi baseada na politização de anatomias que, embora levemente diferentes, sustentou complexas estruturas de poder, com divisões específicas de trabalho, contextos de exploração e tratamento (Sylvester, 1994, p. 4). A ideia de que a teoria é a manifestação de um discurso historicamente situado e, portanto, repercute na prática construindo realidades, adverte também para o colonialismo epistêmico do pensamento ocidental, incluindo o próprio desenvolvimento teórico feminista. Nesse sentido, com base em Sylvester, os estudos em Relações Internacionais precisam situar e dar voz às narrativas marginais, como o feminismo decolonial, negro e *queer*, de modo a evitar o que Sueli Carneiro (2005), feminista brasileira, chamou de “epistemicídio”, ou seja, o apagamento dos saberes situados, que podem ser tão ricos para a análise da política global quanto as perspectivas clássicas.

Tratar nas RI a categoria do gênero e suas interseções com as opressões de raça e classe é utilizar ferramentas com mais diversidade de análise da política global com capacidade para observar os impactos que os fenômenos internacionais têm na vida das pessoas, sobretudo mulheres e crianças, fundamentais para a compreensão das hierarquias de poder. Quando a política internacional é analisada sob os diferentes pontos de vista das mulheres, não somente traz à cena dimensões sociais, culturais e históricas que estão na “borda” da realidade global, como nos convida a refletir sobre o papel que os estudos acadêmicos possuem na interdição desta realidade social.

A partir dessas interpretações, surgiram múltiplas correntes feministas reapropriadas para o estudo das Relações Internacionais²⁵, todas centradas no uso

²⁵ Feminismo Liberal, Feminismo Marxista, Feminismo Pós-Moderno, Feminismo Decolonial, Feminismo Queer, Feminismo Interseccional, Feminismo Islâmico, Feminismo Indígena, Feminismo Afro-Latinoamericano são algumas das vertentes do Feminismo nas Ciências Sociais, ressignificados para a análise das RI.

do gênero como ferramenta teórica. Essas abordagens se mostraram fundamentais na virada interpretativa promovida pelo pós-positivismo. Ainda que cada corrente tenha suas próprias escolhas epistemológicas e metodológicas — o que justifica o uso do termo “feminismos” no plural —, todas compartilham uma mesma base ontológica: a de que as práticas humanas e as relações com o mundo externo revelam interesses profundamente generificados, refletindo e reproduzindo os mecanismos de poder no sistema internacional. Para ilustrar essa diversidade interna, Ventura e Kritsch (2017, p. 25-26) destacam que a produção feminista em RI admite uma ampla gama de combinações entre objeto de estudo, problema de pesquisa, teorias, métodos e metodologias. Apesar dessa diversidade, há um consenso entre essas abordagens: o gênero é um elemento indispensável na análise da opressão estrutural e, por isso, a agenda feminista propõe redefinir — ou ao menos questionar criticamente — os conceitos e sujeitos reconhecidos como legítimos no campo científico:

Uma pesquisa pode, por exemplo, questionar a estrutura interna das explicações tradicionais de um campo mobilizando conceitos como gênero e sexo sem, contudo, problematizar as metodologias que são constitutivas do cânone das RI. Ou então, é possível questionar o tipo de objeto que as teorias tradicionais das RI reconhecem como constitutivos e próprios do campo a partir do ponto de vista de agentes — as mulheres, por exemplo — que são reiteradamente excluídas(os) por essas divisões disciplinares, sem, todavia, produzir explicações diferentes sobre o fenômeno em questão. Uma terceira combinação possível é aquela posição que questiona a estrutura interna das teorias, suas análises e explicações, suspende a validade das divisões disciplinares que definem qual objeto é legítimo para o campo e produz resultados diferentes daqueles definidos como tradicionais (Ventura, Kritsch, 2017, p. 26).

Os feminismos, ao questionarem a naturalização da marginalização das mulheres tanto na realidade social quanto na produção científica, evidenciaram a relação intrínseca entre poder e conhecimento. Por esse motivo, podem ser corretamente posicionados no espectro pós-positivista da disciplina (Tickner, 1997, p. 619). Apesar das distintas interpretações sobre como o gênero influencia os sujeitos e as práticas internacionais, a literatura feminista exemplifica o que Dias e Arcangelo (2017) denominaram de indisciplinarização das Relações Internacionais — um processo que confronta a tradição androcêntrica da área e busca evidenciar as formas de violência, tanto física quanto simbólica, a que mulheres estão submetidas em escala global.

Não menos importante, uma produção teórica feminista, realmente comprometida com a transformação social, precisa se dirigir também à crítica interna, atenta ao fato de que qualquer debate sobre a construção política e intelectual dos feminismos periféricos deve se preocupar com a formulação de estratégias autônomas, como sugere Chandra Mohanty (2020, p. 7). Segundo a autora, os discursos ocidentais universalizantes, reproduzidos também por mulheres do Norte Global, invisibilizam diferenças históricas, produzindo estereótipos de mulheres do Sul como vítimas passivas da política internacional e do subdesenvolvimento. Esta crítica é fundamental para repensarmos a relação que se estabelece entre o poder, o gênero e o desenvolvimento, e nos aponta caminhos que incorporem vozes e lutas marginais, articulando seus contextos locais à construção de diálogos que desafiem as fronteiras nacionais e tensionem as agendas hegemônicas na política internacional.

2.2 Epistemologias feministas

O debate sobre epistemologias feministas ganhou força especialmente a partir da segunda onda, reforçado pela crítica radical aos valores filosóficos fundantes da ciência moderna, como a suposta universalidade de seus pressupostos e necessidade de distanciamento do observador de seu objeto. Como vimos ao longo deste capítulo, os feminismos denunciaram a parcialidade dos saberes dominantes, criticando o modelo clássico de ciência como retrato da experiência masculina, que enviesou a interpretação da realidade a partir de posições epistêmicas privilegiadas dos homens brancos. O estudo das epistemologias feministas, embora marcado por um conjunto de tensões e possibilidades de diálogo que discutiremos adiante, reforça a ideia de que o sujeito está intrinsecamente ligado às suas experiências corpóreas e históricas, atravessadas por coordenadas interseccionais tanto na construção quanto na legitimação do seu conhecimento. De fato, instrumentada por um olhar desconstrucionista de gênero, a crítica feminista avançou da denúncia de exclusão das mulheres do universo científico para o questionamento dos próprios pressupostos da ciência moderna, virando-a de cabeça para baixo ao relevar que ela não é e nunca foi neutra como advogava ser (Sardenberg, 2001, p. 1).

As epistemologias colocam em dúvida a legitimidade da noção de um sujeito cognoscente abstrato, defendendo, em contrapartida, um compromisso político orientado à transformação da realidade social. Nessa perspectiva, ressaltam a relevância de olhares situados, que deem centralidade às experiências corporificadas de quem produz conhecimento, especialmente aqui as mulheres e dissidências de gênero. Patrícia Hill Collins (2019, p. 402) caracteriza o campo da epistemologia como uma teoria abrangente do conhecimento, isto é, aquela que investiga os padrões usados para avaliar o conhecimento ou o motivo pelo qual acreditamos que aquilo em que acreditamos é uma verdade “absoluta”. Collins, no entanto, sugere que longe de ser um estudo apolítico da verdade, a história da ciência moderna indica como as relações de poder determinaram a forma como acreditamos que o mundo é. Em outras palavras,

[...] as epistemologias feministas concordam que o conteúdo das hipóteses científicas pode ser influenciado pela proporção de homens e mulheres na ciência. Ou seja, essas teóricas entendem que a existência de mais pesquisadores homens do que pesquisadoras mulheres altera a escolha dos problemas que são considerados como cientificamente relevantes e, também, a descrição e explicação desses fenômenos (Lima, 2021, p. 254).

Entretanto, a construção de uma *Teoria Feminista* abarca tensões que vão desde a escolha de seus métodos, objetos e posições metodológicas – que representam preocupações genuínas do ponto de vista de quem produz conhecimento –, quanto a de realização de seus estudos em um ambiente regido por valores que estruturam a comunidade científica – aqueles mais afinados com os interesses masculinos ou construídos com base nestes privilégios históricos. Desse modo, o que se segue é a tentativa das feministas de apresentarem novas formas de entender a natureza da realidade e do conhecimento, bem como a relação entre o investigador e o que há de ser conhecido (Cruz, 2007, p. 8).

Os estudos feministas são desafiados a romper com visões que incorrem na categoria da “mulher” como sujeito universal e isso se deve, sobretudo, à hegemonia do feminismo tradicional nos círculos acadêmicos, mais ou menos aceita porque parte de uma posição epistemológica privilegiada (e indo além, de posições culturais e socioeconômicas hegemônicas). A pergunta que segue esses desafios é a mesma colocada por Sandra Harding (1993, p. 10): “Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido, que não somente reproduzam, como uma imagem de espelho, as categorias e projetos

que mistificam e distorcem discursos dominantes?”. Para a autora, não passa de um delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita ou paradigma de “ciência normal”, com pressupostos conceituais aceitos universalmente, haja vista que as categorias analíticas feministas devem ser instáveis em um mundo necessariamente instável (Harding, 1993, p. 11).

À medida que o gênero é construído socialmente e, assim constituído, e é também variável a partir de diferentes contextos culturais, uma teoria feminista também será, já que a produção científica partirá de diferentes pontos de vista femininos baseados em suas experiências particulares de opressão. Harding (1993) aponta para a necessidade de encarar essas disputas não como um processo de identificação de questões a serem resolvidas, mas oportunidades de propor melhores problemas e a uma crítica feminista particularmente fértil em que categorias do pensamento ocidental sejam passíveis de revisão. Em outras palavras,

[...] pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar este saber que se quer politizado (Sardenberg, 2001, p. 3).

Expostas estas tensões e desafios, o objetivo desta seção do capítulo é apresentar as três principais correntes epistemológicas do feminismo, resultados diretos das insurgências femininas observadas ao longo das três ondas discutidas anteriormente: (1) o *feminismo empiricista*, (2) a *teoria do standpoint* (ou de ponto de vista), e o (3) o *feminismo pós-moderno*. Sobressaem autoras como Patrícia Hill Collins, Sandra Harding, Chandra Mohanty, Donna Haraway e outras, cujas obras são mobilizadas para refletir criticamente sobre o diálogo entre estas diferentes epistemologias e de que modo elas podem contribuir para valorizar saberes coletivos e desafiar regimes de poder epistêmicos. É importante pontuar que esta análise não pretende esgotar o debate acerca dessas correntes, nem discuti-las em sua riqueza de processos e métodos, mas propor que a tensão entre elas pode ser produtiva, desde que, como afirmou Harding (1986; 1991), sejam mediadas por princípios como responsabilidade e justiça social. Serão destacados os fundamentos e as contribuições de cada uma dessas correntes, para, em seguida, analisar o compromisso político que elas carregam em transformar realidades de opressão.

O *feminismo empiricista* é uma vertente do feminismo que se reapropria do empirismo positivista para discutir a opressão sexual e de gênero através de categorias “observáveis”. A utilização de métodos científicos tradicionais, especialmente o recurso a medidas quantificáveis, serve ao propósito do feminismo empirista de aprimorar os estudos teóricos, aproximando as mulheres da comunidade científica. Sua fundamentação está arraigada na racionalidade e objetividade da ciência, cujo objetivo é superar manifestações sexistas de investigação teórica (Cruz, 2007, p. 9). É comumente associado ao feminismo liberal, especialmente da segunda onda, embora outras vertentes também possam ser enquadradas inicialmente nesta categoria, haja vista que seus estudos derivam da mesma estrutura epistemológica hegemônica: a utilização de métodos cientificamente já estabelecidos no desenvolvimento teórico e na consciência investigativa. Esta corrente é constantemente criticada, especialmente pelos paradigmas pós-modernos, por reafirmar conceitos e metodologias da ideologia liberal, reiterando os mesmos valores fundantes da ciência moderna, que excluiu as mulheres como sujeitos legítimos produtoras de conhecimento.

Para Harding (1993, p. 14), o feminismo empiricista embora tenha possibilitado o conhecimento sobre o mundo através de uma perspectiva ampliada, supôs a irrelevância da identidade social do observador para a qualidade dos resultados da pesquisa, incorrendo no entendimento de que “ser mulher” é uma categoria universal, ao invés de subverter os próprios critérios de ciência que ela pretende estimular. Em sentido prático e político, esta pretensão à objetividade e universalidade afastou a teoria do seu objetivo emancipatório, reforçando um ideário de “irmandade global” ou “feminismo pela igualdade” sem grandes comprometimentos com identidades plurais e experiências diversas. Em geral, suas reivindicações de conhecimento acabam satisfazendo os critérios políticos e epistemológicos dos contextos hegemônicos em que se encontram, representando interesses e processos de atribuição de credibilidade específicos (Collins, 2019, p. 404).

A perspectiva do *standpoint* ou *de ponto de vista*. Esta epistemologia tem base no feminismo negro e marxista e reforça a necessidade de produzir conhecimento ancorado em posições situadas, isto é, que partem de uma perspectiva específica para desenvolver conhecimentos menos distorcidos da realidade. Do ponto de vista marxista, este feminismo buscou analisar os contextos sociais através

de um recorte materialista-histórico, analisando de que modo gênero e classe se entrecruzam para a manutenção de regimes exploratórios e do *status quo* capitalista. Mohanty (2020) articula gênero, classe, nação e raça, denunciando em que medida o feminismo hegemônico se apropria e coloniza as complexidades das mulheres periféricas, sem o devido reconhecimento da heterogeneidade cultural, levando a uma noção redutora e homogênea do feminismo de “Terceiro Mundo”. Collins (2016) chama a atenção para a importância que um saber situado possui ao contribuir com *insights* valiosos sobre a realidade social através de suas experiências particulares de exclusão. A autora, em análise sobre a participação das mulheres negras no cotidiano de família tradicionais brancas nos Estados Unidos, aponta que estas mulheres, ao desempenharem funções domésticas e tornarem-se membras “honorárias” destas famílias, possuíam perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros, muito menos aos grupos dominantes, proporcionando um ponto de vista especial sobre o *self*, à família e à sociedade (Collins, 2016, p. 99)²⁶. A partir desses referenciais, o feminismo do ponto de vista questiona se a produção sobre o conhecimento, partindo de diferentes ângulos, não poderia contribuir para uma análise mais ampla sobre a realidade, desde que orientado a uma conscientização coletiva que coloque sujeitos subalternizados em diálogo e troca de percepções, ideias e experiências.

O *feminismo pós-moderno* se fundamenta na ideia de que os discursos contribuíram para a construção efetiva de realidades, com uma pretensa neutralidade científica que silenciou experiências corporais e saberes subalternos. Este tipo de abordagem enfatiza a importância de descentralizar narrativas dominantes, promovendo, em particular, a descolonização das filosofias modernas e a crítica a sua hipervisibilidade no campo da ciência. No bojo das principais críticas ao sujeito universal transcendental, o fato de abrirem mão da história do sujeito e da perspectiva metateórica, as feministas pós-modernas acreditam que o

²⁶ Collins (2016) confere às mulheres afro-americanas o status de *outsider within*. Com base numa leitura histórica da vida dessas mulheres no cotidiano de famílias brancas, a autora revela como este envolvimento possibilitou a estas mulheres uma posição epistêmica privilegiada sobre a vida da branquitude, mesmo autoconscientes de que nunca fariam parte verdadeiramente dessas famílias, permanecendo como *outsiders*. Esta posição reforça, segundo a autora, a utilidade deste ponto de vista, por sua peculiar posição de proximidade e distanciamento e pela habilidade que este contexto proporciona às mulheres negras em identificar padrões que dificilmente seriam percebidos por aqueles imersos nas situações.

esforço decolonial possibilita oferecer resultados distintos e conhecimentos diferenciados à sociedade sem, necessariamente, prejudicarem o desenvolvimento científico, posto que o pós-modernismo tenta transcender os princípios presentes da investigação tradicional das ciências sociais (Cruz, 2007, p. 10). Sendo assim, valorizam práticas investigativas que possibilitem políticas emancipatórias interligadas às dimensões culturais e a construção social de suas realidades. Não obstante, as feministas partidárias desta corrente, corroboram em parte uma visão mais radicalizada do pós-modernismo, aquela que aponta para (Flax, 1992 *apud* Sardenberg, 2001, p. 7) a “morte” do homem, da história e da metafísica, referindo-se à desconstrução de conceitos como o da natureza humana – sendo essencialmente a natureza do homem; da história – um discurso construído por homens para reafirmar suas posições de poder; e do conhecimento em si – impossível de apartar do sujeito que o produz.

Harding (1993, p. 19), teórica do *standpoint*, em sua crítica à epistemologia pós-moderna, defende que esta tendência dentro do feminismo parece apoiar uma posição relativista inadequada por parte dos grupos dominados, uma posição que conflita com a percepção de que a realidade da política sexual exige lutas políticas ativas, ao invés de apoiar um relativismo retrógrado que gera dúvidas nos sujeitos subjugados a respeito da legitimidade de seu próprio poder. Donna Haraway (1995), em diálogo com Harding, atenta para os riscos de um relativismo absoluto das perspectivas pós-modernas, embora seus estudos tenham grande influência desta corrente. Em *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, publicado em 1995, Donna Haraway propõe uma epistemologia responsável e identificada com seu objeto, de modo que o saber subjetivo, isto é, o modo como o conhecimento é socialmente construído, possa incorporar particularidades que assumam uma responsabilidade analítica, com objetividade corporificada e parcial, não renunciando a aparatos metodológicos objetivos. Isso significa dizer que concepções localizadas fortalecem a objetividade do conhecimento, desde que possam ser contestadas ou desconstruídas. Para os estudos feministas, esta observação é particularmente importante, pois considera que sujeitos subalternos também não estão isentos de práticas discriminatórias ou opressivas e que o conhecimento é uma possibilidade de desconstrução de suas próprias dinâmicas de exploração e autocrítica. Nas palavras da própria autora,

[t]er uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente, mesmo que ‘nós’ ‘naturalmente’ habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação, isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições ‘inocentes’. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo o conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo (Haraway, 1995, p. 22-23).

Como vimos, essas correntes podem interagir de modo complexo, mas ao mesmo tempo, os debates causados por elas transformam a forma como imaginamos o conhecimento, a partir de um espectro que rompe com a neutralidade ao convocar a ética do saber com a justiça social. Da crítica à “má ciência” do feminismo empiricista²⁷, à desconstrução dos discursos não como realidade dada, mas socialmente construída do pós-modernismo, fica claro de que não há soluções imediatas para a superação de todas as distorções na produção da ciência, mas que se faz igualmente necessário persistir na investigação de projetos científicos alternativos, especialmente nos que buscam inversão de poderes, mudança nas relações sociais e construção de uma sociedade em que sejam consideradas as muitas histórias, as muitas experiências e os muitos saberes (Cruz, 2007, p. 13).

É fundamental construir conhecimento sem reafirmar o exclusivismo acadêmico, fazendo com que o desenvolvimento científico feminista seja um projeto articulado aos movimentos sociais de forma coletiva, ativa e militante. A este processo, Hill Collins denominou de “escola-ativismo”. Acadêmicas feministas reafirmam seu compromisso com o nexo entre produção teórica e prática política, engajando-se em movimentos de coalizão que localizem antagonismos comuns para a convergência de agendas diversas localizadas em diferentes “bordas” sociais. Do

²⁷ Sylvester (1994) argumenta que a utilização de metodologias da ciência empirista pelas acadêmicas feministas compostas é defendida através de eixos como boa ou má ciência. Na retórica desta epistemologia, a boa ciência seria o campo da crítica, na medida em que revela os valores fundantes das Ciências Naturais e Sociais, sendo, portanto, uma ferramenta potencialmente útil para recuperar as contribuições feministas, enquanto a má ciência compreende o fato de que, ao utilizarem os recursos da ciência moderna, parecem não enxergar que seus métodos estão imbricados nos valores masculinos que fundaram a noção de modernidade.

ponto de vista do feminismo negro, do qual fala a autora, trata-se de utilizar a interseccionalidade não somente como ferramenta analítica que reconheça a heterogeneidade das lutas de mulheres em diferentes contextos diaspóricos, mas também uma ferramenta política compromissada com a ética do cuidado e com uma solidariedade ativista flexível, unindo comunidades com poderes diferenciados ao migrar o esforço epistemológico para lugares em que os sujeitos, especialmente as mulheres, são *outsiders* (Collins, 1998, p. 233). Debater essas epistemologias é fundamental não somente na construção de um pensamento autônomo feminista, ainda que comporte diferentes métodos e objetos, mas na constituição de um pensamento comprometido com a transformação social, em que a ciência sirva para libertar a todas as pessoas. Evidencia ainda a necessidade de políticas mais inclusivas com métodos de avaliação que capturem as múltiplas dimensões da vida das mulheres e de grupos marginalizados, tensionando conceitos centrais de desenvolvimento, como crescimento econômico, segurança e bem-estar.

2.2.1 Feminismo Transnacional

O feminismo transnacional critica o feminismo liberal ocidental, denunciando sua cumplicidade histórica com projetos colonialistas, desenvolvimentistas e neoliberais. É uma abordagem que rejeita o sujeito universal “mulher” e propõe uma leitura interseccional das opressões que incidem sobre os corpos e territórios femininos. Como afirma Mohanty (2008), o feminismo transnacional se baseia na solidariedade construída sobre a diferença e não sobre a homogeneidade. A partir dessa reflexão sobre as diferenças, fundamenta-se em uma articulação feminista que conecta as ações locais às estruturas globais. Trata-se de um projeto epistêmico, político e ético que deseja ampliar os marcos dos direitos e da justiça a nível internacional.

O feminismo transnacional não se estabelece em uma escola única, mas sim em um campo político-teórico em disputa. Parte, como afirmado anteriormente, de uma afirmação das mulheres do Sul Global enquanto agentes de suas vidas e não como vítimas passivas (Mohanty, 1988). Mohanty (1988), em seu texto clássico *Under Western Eyes*, afirma que o feminismo ocidental muitas vezes constrói a mulher do “Terceiro Mundo” como um outro exótico e subalterno, desprovida de

contexto histórico e voz política. Em oposição a isso, propõe uma solidariedade transnacional “consciente das relações de poder, comprometida com as diferenças e com a transformação coletiva” (Mohanty, 2008, p. 146). Além disso, autoras como Oyěwùmí (2021) questionam os próprios marcos do gênero como categoria analítica universal – em termos inclusive de como eles se constituem –, mostrando como essa noção é profundamente marcada pela modernidade ocidental e não se aplica, por exemplo, a várias cosmovisões africanas onde tais papéis de gênero não existiam, como é o caso da autora, que é nigeriana de origem iorubá.

Nas próximas subseções serão aprofundadas e apresentadas algumas das dimensões desenvolvidas pelo feminismo transnacional, seja pelas suas próprias redes, seja pelas elaborações conceituais e teóricas sobre a relação de gênero e economia.

2.2.1.1 Redes Feministas Transnacionais

As Redes Feministas Transnacionais (RFTs) são uma das principais expressões organizativas da corrente feminista transnacional. Constituem-se como espaços de articulação de sujeitas diversas – mulheres negras, indígenas, migrantes, rurais, urbanas, pessoas lésbicas, bissexuais, trans, não binárias e intersexo – que atuam em defesa da vida, dos territórios, dos saberes e da justiça global. Funcionam como espaços de intercâmbio, formação e incidência política, desafiando tanto os espaços institucionais quanto os limites dos próprios feminismos ocidentais (Alvarez, 2014). Reafirmam, como sinalizado anteriormente, a potencialidade do uso de plataformas de comunicação e de estratégias políticas em espaços multilaterais, bem como a construção de base desde os movimentos sociais.

2.2.1.1.2 Categorias e Características

Entre as categorias centrais que atravessam essas redes estão a interseccionalidade (Collins, 2000), a descolonialidade (Lugones, 2008) e a ecologia de saberes (Walsh, 2009). Essas redes operam com práticas horizontais, de construção coletiva e escuta radical. Muitas surgem em reação à cooperação internacional verticalizada, propondo modelos baseados no cuidado, na reciprocidade e no fortalecimento da autonomia dos movimentos locais. Como

afirma Katherine Melchor Hall (2020), é preciso tensionar as formas pelas quais a cooperação internacional impõe lógicas de governança que burocratizam a luta feminista. As redes transnacionais propõem, em contraposição, uma forma de cooperação política e não apenas técnica ou financeira. Para fins desta pesquisa, nos ajudam a conectar o debate a teoria com a prática, a fim de informar a análise do objeto desta pesquisa.

2.2.1.1.3 Feminismo Transnacional na América Latina e Caribe

Na América Latina e Caribe, o feminismo transnacional é profundamente marcado pela herança das lutas anticoloniais, populares e negras. Autoras como Ochy Curiel (2007) e Espinosa Miñoso (2014) apontam que a experiência das mulheres racializadas da região é central para pensar outras epistemologias feministas, enraizadas nos territórios e comprometidas com o bem viver. Os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe²⁸ (EFLAC) são expressões dessa articulação regional que conecta a crítica ao desenvolvimento com alternativas feministas populares e descoloniais (Alvarez, 2014). É rico e diverso o movimento latinoamericano de nossa região e assume um papel importante a nível internacional enquanto referência para outros países, tanto no que tange estratégias políticas e teorias, quanto também na construção de alianças apesar das fronteiras que nos separam (linguísticas, culturais, financeiras e tantas outras). É extensa a lista de iniciativas que representam essa diversidade, mas destaca-se aqui uma grande liderança, reconhecida internacionalmente, que está no território de Honduras, que representa o chamado latinoamericano feminista a partir da relação indissociável com a natureza e com a autonomia coletiva:

Nossa libertação começa porque podemos plantar o que comemos. Isso é soberania alimentar. Precisamos produzir para trazer autonomia e a soberania dos nossos povos. Se continuarmos apenas consumindo, não importa o quanto gritemos e protestemos. Precisamos nos tornar produtores. Trata-se de mexer no bolso, a forma mais certa de superar nossos inimigos. Também se trata de

²⁸ EFLAC são eventos bienais ou trienais que reúnem lideranças feministas de toda a região latino-americana e caribenha a fim de promover acúmulo teórico, sinergia e conexões de estratégias para ação a nível regional e internacional. A primeira edição aconteceu em Bogotá, na Colômbia, em 1981. Ver mais: <https://redclade.org/especiais/encuentro-feminista-latinoamericano-y-caribeno-15-eflac-y-la-agenda-de-la-educacion/>. Acesso em: 18 set. 2025.

recuperar e reafirmar nossas conexões com a terra, com nossas comunidades, com nosso território (Espinosa Miñoso, 2014).

Esta seção não se pretende enquanto um espaço de apresentação de tantas dimensões que são elaboradas por feministas na sub-região. São diversas as organizações, as redes, as alianças, as articulações que estruturam o movimento aqui.

2.2.1.1.4 Feminismo Transnacional Na África

Na África, o feminismo transnacional se constrói em diálogo direto com os processos históricos de resistência à colonização, ao *apartheid* e às imposições do neoliberalismo. Autoras como Amina Mama (2001) e Oyèrónké Oyěwùmí (2021) questionam a universalidade da categoria “gênero” e denunciam os modelos de desenvolvimento impostos por instituições multilaterais, destacando como raça, classe e colonialismo moldam a vida das mulheres africanas e suas formas de organização política. Nesse contexto, o African Women’s Development Fund (AWDF), criado em 2000, representou uma das primeiras iniciativas de financiamento autônomo feminista no continente, reposicionando o debate sobre redistribuição de poder e recursos no campo da filantropia.

Segundo Filomina Steady (1981), o feminismo africano enfatiza a autonomia feminina, a cooperação, a centralidade da maternidade e dos vínculos comunitários, propondo uma visão própria que se distancia de leituras ocidentais universalizantes. Para Amina Mama (2001), trata-se de uma práxis política enraizada em análises das condições políticas, econômicas e sociais que estruturam a vida das mulheres africanas. Esses movimentos, autônomos em sua forma e conteúdo, surgem como resposta às injustiças de gênero, visando transformar tanto as relações pessoais e subjetivas quanto a economia política.

O pensamento feminista africano articula teoria e ativismo como dimensões inseparáveis. Como observa Mekgwe (2008), o feminismo no continente é simultaneamente movimento social e corpo de ideias, propondo transformações estruturais para que as mulheres sejam reconhecidas como cidadãs plenas em todas as esferas da vida. Um marco dessa trajetória foi a adoção da Carta dos Princípios Feministas para as Feministas Africanas, em Accra, Gana, no ano de 2006, durante

o Fórum Africano Feminista (FFA). A Carta resultou de um processo coletivo que reuniu centenas de ativistas, pesquisadoras e organizações em África e na diáspora, preocupadas com as ameaças crescentes aos direitos das mulheres no continente. O documento estabeleceu princípios de responsabilidade e auto-regulação, oferecendo um ponto de partida consensual para grupos e ativistas — feministas declaradas ou não — que defendem os direitos das mulheres. Como afirma Ayesha Imam (2009), a Carta funciona como um guia ético e político para fortalecer o espaço autônomo feminista africano.

Ao reafirmar que as identidades feministas africanas são múltiplas e variadas, mas sempre centradas nas vidas das mulheres do continente, a Carta encerra de forma categórica: “Nós somos feministas. Ponto final.” Essa formulação expressa a afirmação radical de um sujeito político coletivo que se posiciona frente às múltiplas formas de opressão, sem concessões ou qualificações externas. Assim, o feminismo transnacional na África combina crítica epistemológica, prática ativista e inovação política. Evidencia que as lutas feministas não podem ser separadas das histórias locais de resistência e que sua força está justamente na capacidade de articular autonomia, solidariedade comunitária e transformação estrutural.

2.2.1.1.5 Feminismo Transnacional Na Ásia e Oceania

Na Ásia e Oceania, o feminismo transnacional tem se articulado em torno de pautas como a justiça climática, os direitos das trabalhadoras migrantes e a resistência ao militarismo. Redes como a Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN) – organização com contribuições de grandes lideranças no debate da *Women and Development (WAD)* – vêm desde o final dos anos 1980 construindo um espaço de formulação e articulação crítica a partir do Sul Global. Outro ator fundamental na região é a Asia Pacific Forum on Women, Law and Development (APWLD), com forte incidência nas políticas internacionais, incluindo o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob uma ótica feminista (APWLD, 2016).

A atuação dessas redes denuncia os impactos da globalização neoliberal sobre as mulheres asiáticas e propõe uma “justiça transformadora”, que combina economia feminista, espiritualidade, saberes comunitários e soberania popular.

Como enfatiza Gita Sen (2019), a construção de alternativas feministas requer escuta interregional, os direitos e o meio ambiente, articulação entre movimentos e enfrentamento direto das estruturas de poder econômico e político por meio das instituições.

Nesse contexto, o campo do financiamento feminista também assume centralidade. Em setembro de 2019, cerca de 150 ativistas mulheres, jovens e trans da Ásia e do Pacífico se reuniram em Bangkok para debater os desafios e possibilidades do financiamento feminista na região. O encontro, organizado por oito fundos de mulheres membros do capítulo Ásia e Pacífico da rede Prospera – International Network of Women's Funds, reuniu organizações de base, aliadas regionais e financiadoras para discutir poder, recursos e os processos de negociação envolvidos (Srivastava, 2019).

Esse encontro destacou tensões específicas da região: historicamente, os recursos para ações de justiça social vieram de fontes governamentais ou do Ocidente, enquanto a cultura filantrópica local esteve fortemente ligada à religião ou a causas de caridade. Assim, a organização em torno dos direitos humanos de mulheres e pessoas trans frequentemente desafia tradições enraizadas, colocando o feminismo em confronto com práticas culturais e estruturas de poder que ainda determinam a circulação de recursos.

Portanto, o feminismo transnacional na Ásia e Oceania não apenas articula agendas políticas de resistência, mas também atua em um palco de disputas por financiamento e legitimação política, onde gênero, desenvolvimento e direitos humanos se entrelaçam. Trata-se de um processo político que evidencia como o debate feminista se constrói em meio a apropriações, tensões e negociações – tanto no campo das ideias quanto na arena concreta dos recursos.

2.3 Gênero como categoria dos Estudos de Desenvolvimento

As diversas correntes feministas partem de perspectivas distintas em relação ao que deve ser construído enquanto política para transformar a condição de mulheres e dissidências. Em termos gerais, como discutido no capítulo anterior, a ideia hegemônica de desenvolvimento é baseada em princípios modernos e essa

modernidade é elaborada por e para uma figura universal, o homem branco do Norte Global. A partir do tensionamento a essa maneira de construir conhecimento e política, então, avançamos para conhecimentos localizados de mulheres e suas diversidades, especificamente no debate dos “desenvolvimentos situados”, baseados nas experiências, circunstâncias, desejos e necessidades identificados a partir de um desenvolvimento não universal (Peet; Hartwick, 2009, p. 250).

Destarte, as mulheres são trabalhadoras dentro e fora de casa, porém não estão incluídas no desenvolvimento enquanto sujeitas, mas somente como força de trabalho. Onde estão as mulheres no desenvolvimento? Localizá-las neste campo é trazer à luz aspectos antes invisibilizados em relação ao trabalho que viabiliza a produtividade e consequentemente o crescimento econômico e, assim, aquele ideal de desenvolvimento. Olhar as experiências de informalidade na cidade e no campo, a dimensão reprodutiva – ou seja, a relação entre produção e reprodução da vida –, o trabalho que mulheres assumem na indústria exportadora e outras realidades que são produto do desenvolvimento foram algumas consequências dessa movimentação e mudança de paradigma (Peet; Hartwick, 2009, p. 265).

Com a ideia de níveis de realidade, apresentada por Hartsock (1985), a partir da teoria do ponto de vista, é possível aprofundar a análise da realidade, bem como explicar as superfícies e as aparências delas. Segundo a autora, essa posição ontológica nos ajuda a compreender o ponto de vista feminista como muito próximo do ponto de vista da classe trabalhadora, porém ainda assim mais profundo, já que quando focado na experiência das mulheres se volta também ao trabalho de reprodução da força produtiva. Ou seja, a vida para além da relação laboral, na fábrica, que é garantida pela mediação das mulheres com o trabalho reprodutivo (Peet; Hartwick, 2009, p. 252).

No livro *Gender, Development and Globalization: Economics as If All People Mattered*, de Benería, Berik e Floro (2015), as autoras identificam que os principais problemas de inserir gênero nos debates de desenvolvimento têm a ver com 1) o perigo da instrumentalização, ou seja, a inclusão de gênero em atividades de programas e projetos para objetivos que não necessariamente avançam em termos de igualdade de gênero e na melhora da condição da vida das mulheres; 2) o “*gender mainstreaming*”, que significa a inserção do debate de gênero no desenvolvimento em atividades e programas de maneira simplista, reduzindo as dimensões de empoderamento e avanço para a equidade, despolitizando a

perspectiva feminista que essa mudança deve gerar na implementação política; e 3) a possibilidade de homogeneização das categorias de homem e mulher, ou seja, a desconsideração das dimensões de desigualdade de classe, raça e etnicidade, na verdade, são políticas que se caracterizam por estratégias que não significam uma mudança na ordem socioeconômica vigente.

Atentas a estas questões, avançamos para a apresentação das diversas correntes de debate que unem essas duas temáticas para analisar se e como esses problemas aparecem nesses processos.

2.3.1 Mulheres no Desenvolvimento (WID, em inglês)

Na perspectiva Mulheres no Desenvolvimento (WID, na sigla em inglês) a ideia central é incluir as mulheres no desenvolvimento como ele é (Mueller 1987 *apud* Peet; Hartwick, 2009, p. 255). Tem como contexto a sensibilização da ideia de que as mulheres precisavam estar incluídas no desenvolvimento para obter maior renda e garantir a subsistência delas e de seus filhos. Assim, apresenta a demanda da necessidade de políticas dos governos nacionais e internacionais, bem como o engajamento de entidades como a United States Agency for International Development (USAID) e a Ford Foundation na criação e no financiamento de iniciativas para responder a isso. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara a Década da Mulher – entre 1975 e 1985 – e também o estabelecimento do Fundo de Desenvolvimento das Mulheres das Nações Unidas (UNIFEM), em 1975, que se transforma posteriormente na ONU Mulheres, na junção com outras agências do sistema ONU.

A WID é uma abordagem que considera crescimento econômico como desenvolvimento, reafirmando a modernização enquanto objetivo e depositando no Estado e nas instituições governamentais a responsabilidade dessa inclusão. É uma proposta que trata das demandas das mulheres (e não das demandas feministas) como uma forma de aprimorar esse desenvolvimento. Ou seja, reconhece os principais problemas que elas enfrentam nessa estrutura socioeconômica, especialmente a partir do levantamento de dados sobre a morte materna, a situação de famílias chefiadas por mulheres, a feminização da pobreza e outras questões similares, a fim de criar programas de apoio dentro da estrutura dominante.

Críticas a esta abordagem demonstram a sua ineficácia. Apontam, na verdade, que o que se identifica é que as mulheres tiveram uma piora em sua posição relativa em termos de acesso a recursos, carga de trabalho, saúde, nutrição e educação (Peet; Hartwick, 2009, p. 256) depois da implementação dessas políticas. O que nos aponta para uma reflexão: é um avanço para a situação socioeconômica das mulheres estarem “incluídas” – como se já não estivessem sempre, porém de maneira invisível – nesse desenvolvimento? O que essa inclusão é capaz de proporcionar senão uma instrumentalização desses corpos e debates desde uma perspectiva liberal e liberalizante da vida?

Caroline Moser (1993), em *Gender Planning and Development: Theory, Practice and Training*, diferencia cinco variantes na abordagem WID que refletem mudanças nas políticas das agências de desenvolvimento ocidentais. São elas (1) a abordagem assistencialista que teve enfoque nos papéis reprodutivos das mulheres e em questões populacionais relacionadas a esse aspecto, como taxa de natalidade; (2) a abordagem da equidade, que refletia as demandas por igualdade pautadas na Década das Nações Unidas para a Mulher; (3) a abordagem antipobreza que teve como principal objetivo a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no acesso a atividades geradoras de renda e na economia como ela está colocada, o que segundo Chowdhry (1995) representava a continuidade da designação apenas da esfera privada e doméstica às mulheres, mantendo o distanciamento de assuntos políticos e econômicos; a (4) abordagem da eficiência, que segundo Moser estava alinhada com programas de ajuste estrutural do FMI, enfatizando a participação das mulheres em economias reestruturadas; e, por fim, a (5) abordagem do empoderamento que apontava para as demandas do “feminismo do Terceiro Mundo”, a organização base e a necessidade das mulheres de transformar leis e estruturas por meio da abordagem de baixo para cima (*bottom-up*). A questão, entretanto, que fica colocada por Moser é que, mesmo com os potenciais de cada uma dessas abordagens das WID, todas trazem a mulher enquanto vítimas e não como agentes de suas vidas (Peet; Hartwick, 2009, p. 257).

Chowdhry (1995) sintetiza algumas das principais críticas à WID: a afirmação dos discursos colonial e liberal, especialmente a construção de uma “mulher pobre”, como um objeto de pena e de remorso do mundo desenvolvido e um ponto a partir do qual se alcançar a inclusão. Segundo o autor, “WID basicamente se aliou ao feminismo liberal, apesar de usar a imagem de uma mulher

pobre para evocar simpatia e obter financiamentos” (*apud* Peet; Hartwick, 2009, p. 257).

No campo do financiamento para o desenvolvimento esta narrativa foi muito usada a fim de legitimar ações em países do Sul Global que perpetuam a exploração laboral e subjetiva da existência dessas mulheres em um “mundo em desenvolvimento”. Nesse sentido, Young (1993 *apud* Peet; Hartwick, 2009) denuncia a existência de figuras como “modelos” de mulheres a serem seguidos, sendo aquelas que ganharam notoriedade e reconhecimento na esfera pública para “encorajar” e – o termo exaustivamente utilizado atualmente – empoderar a integração dessas mulheres ao *mainstream* do desenvolvimento. E é relevante pensarmos em que imagem é essa, quem pode alcançá-la um dia e como a dimensão cultural é mobilizada como um instrumento de racismo e adequação de mulheres a um padrão.

A WID teve foco na categoria “mulher” deixando de lado qualquer questão relacionada ao debate de gênero e criando uma sombra de análise social e econômica sobre estas dimensões²⁹ (Peet; Hartwick, 2009, p. 258). Este discurso também promoveu práticas de desenvolvimento que ignoravam diferenças, conhecimentos tradicionais indígenas e locais, legitimando a narrativa de que são os estrangeiros que trarão resoluções para os problemas do Sul, o que estava totalmente dentro do que as políticas de ajuda dos EUA tinham como estrutura (Marchand; Parpart, 1995). Integrar mulheres no desenvolvimento basicamente ensinou a linguagem burocrática e práticas textuais de projeto³⁰ ao que foram identificados como “profissionais da WID”. Por ser uma abordagem alinhada com o feminismo liberal, esse afastamento também é fundamental para a manutenção das ideias de subordinação de mulheres do Sul Global como parte do avanço do sistema global de acumulação (Peet; Hartwick, 2009, p. 258). Apesar das críticas, essa perspectiva segue presente em diversas organizações e propostas políticas,

²⁹ Houve um avanço relevante no que diz respeito ao levantamento de dados sobre a situação econômica das mulheres. O que demonstrou um processo profundo de feminilização da pobreza, provocando uma série de ações relevantes direcionadas às mulheres em situação de pobreza. Cf: Peet; Hartwick, 2009, p. 256.

³⁰ Práticas textuais de projeto aqui se referindo ao processo de muitas organizações adaptam sua linguagem para uma inclusiva para mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais e outras identidades (LGBTQIA+) sem necessariamente incorporarem novas políticas.

principalmente em organizações internacionais, instituições multilaterais e políticas governamentais.

2.3.2 Mulheres e Desenvolvimento (WAD, em inglês)

Com base no feminismo socialista, critica-se a abordagem das Mulheres no Desenvolvimento (WID). O foco em Mulheres e Desenvolvimento (*Women and Development*, WAD) se volta para as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero. O principal grupo referenciado desta abordagem é a DAWN (*Development Alternatives with Women for a New Era*), organização cuja atuação é especialmente notável a nível internacional, mas também local na Ásia, e traz à tona as ideias de mulheres do chamado “Terceiro Mundo” para o centro, afirmando que a WID é insuficiente para alcançar termos de transformação real na vida das mulheres, em especial mulheres não brancas e empobrecidas. Para elas, é necessário que exista uma combinação das ações diretas para o combate à pobreza das mulheres, por exemplo, com estratégias de longo prazo para garantir lugar às decisões populares ou *bottom-up* sobre desenvolvimento e economia.

A WAD criticou os argumentos mobilizados pela WID porque geralmente não questionam o sistema econômico que produz as desigualdades de gênero, o que na abordagem WAD é feito de maneira estrutural. É pautada, neste sentido, uma transformação do processo de desenvolvimento por meio de políticas de redistribuição da riqueza e da criação de empregos decentes, por exemplo, como formas de se atingir a igualdade de gênero (Benería; Berik; Floro, 2015, p. 33).

Segundo Sen e Grown (1987), referências na WAD, a voz das mulheres deve ser incluída na definição do que é desenvolvimento. Não por acaso, as autoras afirmam a necessidade de que a exportação deixe de ser uma prioridade e sejam favorecidas as necessidades internas, bem como sejam reduzidos os gastos militares e regulado o funcionamento das grandes corporações. Todas essas ideias implicam uma transformação estrutural na política econômica e não somente ajustes pontuais para a inclusão de mulheres, como na WID (Peet; Hartwick, 2009, p. 266). As autoras argumentam que mulheres pobres oprimidas fornecem uma perspectiva poderosa para examinar os efeitos de programas de desenvolvimento e suas estratégias porque elas conhecem o que é a pobreza de verdade. Apesar disso, o

trabalho reprodutivo³¹ destas mulheres sempre foi desvalorizado. A relação onde o trabalho diário resulta apenas em pobreza é explicado pela interseção de gênero e classe, refletindo a estrutura econômica e política desigual herdada do colonialismo. Assim, surgem conflitos fundamentais entre o bem-estar econômico das mulheres e os processos dominantes de desenvolvimento, que frequentemente marginalizam suas necessidades e precarizam sua sobrevivência.

A abordagem WAD, portanto, enfatiza as mulheres inseridas nas estruturas internacionais de desigualdade de classe, provocando a reflexão para além da ênfase exclusiva no patriarcado. Entretanto, críticos apontam que, tanto WAD quanto WID, muitas vezes agruparam as mulheres de maneira homogênea, sem considerar adequadamente as diversidades de raça, classe e etnia — embora análises como as de Sen e Grown (1987) representem uma exceção nesse sentido. Além disso, existe o desafio prático e teórico de promover transformações estruturais profundas, dimensão que permanece presente. Sen e Grown (1987) também foram criticadas por algumas correntes por retratar as mulheres pobres do Terceiro Mundo a partir de uma perspectiva ainda centrada no feminismo ocidental, apesar de serem mulheres orientais, o que poderia reduzir a complexidade de suas experiências. Pensadoras pós-estruturais inspiradas em Spivak (1988) afirmam que é necessário abandonar a posição de privilégio que é conferida às mulheres do Primeiro Mundo e aprender com a enorme heterogeneidade das mulheres do Sul Global (Peet; Hartwick, 2009, p. 267). Nessa crítica, as “visões alternativas” propostas por Sen e Grown (1987) foram consideradas insuficientes para oferecer uma ruptura genuína com o desenvolvimento hegemônico, pois permaneciam imersas em um pensamento androcêntrico ocidental (Hirschman, 1995 *apud* Peet; Hartwick, 2009).

Apesar disso, a perspectiva WAD representa um avanço importante ao colocar no centro as estruturas econômicas e sociais que moldam as desigualdades de gênero e promover um olhar crítico sobre o tipo de desenvolvimento ao qual as mulheres são convidadas a se integrar, apontando para a necessidade de

³¹ O trabalho reprodutivo é o conjunto de atividades fundamentais para a manutenção e reprodução da vida e da força de trabalho. No sistema capitalista, esse trabalho não é remunerado e historicamente é designado a mulheres. O trabalho reprodutivo não abrange somente as tarefas domésticas, o cuidado com idosos e crianças e o cuidado comunitário, também abrange a dimensão reprodutiva gestacional. Cf. Federici, 2004; Davis, 1981; Fraser, 2016.

transformações estruturais e de uma escuta ativa das múltiplas vozes das mulheres, especialmente das mais marginalizadas.

2.3.3 Gênero e Desenvolvimento (GAD, em inglês)

A perspectiva de Gênero e Desenvolvimento (GAD) tem seu marco nos anos 1970 como resposta crítica às limitações das abordagens anteriores, especialmente WID e WAD. De acordo com Young (1993 *apud* Peet; Hartwick, 2009), sua origem está vinculada a um grupo de mulheres do Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento da Universidade de Sussex, no Reino Unido, que buscava compreender as raízes estruturais da subordinação feminina no processo de desenvolvimento. Esse grupo articulou contribuições das análises marxistas sobre mudança social com uma abordagem feminista sobre o patriarcado, propondo um marco teórico capaz de considerar as relações de poder entre homens e mulheres como elemento constitutivo das dinâmicas econômicas, políticas e sociais (Young, 1993, p. 134 *apud* Peet; Hartwick, 2009, p. 267).

Enquanto a WID tende a aceitar a divisão sexual do trabalho como um dado estático, defendendo apenas a valorização das atividades desempenhadas pelas mulheres, a GAD problematiza a própria estrutura que estabelece essa divisão. Nessa perspectiva, a separação de papéis entre homens e mulheres não é natural, mas sim, na verdade, uma construção social de gênero que produzia dependência e desigualdade, devendo, portanto, ser transformada. Nesse sentido, o foco se deslocou da “inclusão das mulheres” para a transformação das relações de gênero, com vistas à superação das hierarquias estruturais. Essa proposição corroborou a percepção de que as mulheres não constituem um grupo homogêneo.

A abordagem GAD incorporou, desde o início, uma visão interseccional – ainda que o termo não fosse amplamente utilizado à época – reconhecendo que experiências e condições de vida das mulheres são atravessadas por marcadores como classe, raça, etnia, religião e localização geográfica (Peet; Hartwick, 2009, p. 268). Ao integrar essas múltiplas dimensões, GAD ampliou a capacidade analítica para compreender como as desigualdades se manifestam de forma diferenciada entre mulheres.

O caráter holístico da abordagem permitiu compreender que as formas de desigualdade de gênero estão imbricadas em estruturas sociais mais amplas e culturalmente específicas (Peet; Hartwick, 2009, p. 268). Gênero, nessa perspectiva, não é uma variável isolada, mas uma dimensão constitutiva de hierarquias sociais historicamente construídas. Assim, a GAD reconhece mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais e outras identidades LGBTQIA+ como sujeitas ativas e agentes de transformação social, assim como enfatiza a necessidade de transformar as próprias estruturas que restringem sua autonomia. A abordagem também reconhece o papel do Estado como ator central na promoção da emancipação das mulheres, não apenas pela formulação de políticas públicas que assegurem direitos, mas também como espaço de disputa política e transformação social. Ao propor uma visão que integra as relações de gênero ao debate sobre poder, economia e cultura, GAD se consolidou como uma das abordagens mais influentes no campo dos estudos de gênero e desenvolvimento, permitindo que as análises superassem a dimensão exclusivamente econômica para abarcar as complexas interações entre desigualdade, cultura e estrutura social (Peet; Hartwick, 2009).

2.3.4 Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento (WED)

Também nos anos 1970, ganha força no debate internacional a perspectiva de Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento (WED), marcada pela interconexão entre opressões de gênero e exploração ambiental. Inspirada por reflexões ecofeministas³², essa abordagem identificava paralelos estruturais entre o controle masculino sobre os corpos das mulheres e o controle sobre a natureza. Muitas teóricas ecologistas partiram de uma compreensão crítica da relação entre ciência, industrialização e papéis de gênero, revelando como ideias essencialistas sobre o “feminino” e o “masculino” sustentaram tanto a organização patriarcal da sociedade quanto os paradigmas científicos e econômicos hegemônicos. O

³² O ecofeminismo é um movimento teórico e prático que combina reflexões sobre as dimensões de gênero e ecologia. Denúncia, em linhas gerais, como a exploração das mulheres e de outros grupos subalternizados estão fundamentadas em uma mesma origem sistêmica patriarcal, colonial e capitalista.

desenvolvimento hegemônico levado a cabo nos países do chamado Terceiro Mundo, moldado por matrizes coloniais ocidentais, impôs novas formas de relação com o mundo natural, frequentemente desestruturando práticas e saberes tradicionais. Essas imposições, além de desconsiderarem a diversidade cultural, estavam profundamente marcadas por desigualdades de gênero. Como sintetiza a literatura, “como vítimas da violência do desenvolvimento patriarcal, as mulheres resistiram a esse “desenvolvimento” para proteger a natureza e preservar a sua própria subsistência” (Peet; Hartwick, 2009, p. 269). Nesse sentido, a perspectiva ecológica proposta por WED buscava simultaneamente libertar a natureza da exploração infinita, característica do modelo moderno de crescimento, e as mulheres, da marginalização estrutural.

Entre as autoras centrais dessa abordagem, destaca-se Vandana Shiva (1988), que denuncia a visão de natureza como fonte de escassez e de tecnologia como fonte de abundância — lógica dominante nas teorias de desenvolvimento. Segundo a autora, essa concepção gera rupturas culturais e ecológicas profundas, cujos efeitos incluem degradação ambiental, aumento de conflitos e violências, além de impactos diretos sobre a saúde e o equilíbrio dos ecossistemas. No campo da Ecologia Política Feminista, Rocheleau, Thomas-Slayter e Wangari (1996) identificam três eixos centrais de análise: (1) os saberes ambientalmente generificados, relacionados à construção de uma “ciência da sobrevivência” que emerge de práticas voltadas ao cuidado com lares, ambientes de trabalho e ecossistemas; (2) os direitos ambientais generificados, que englobam o acesso e controle sobre propriedade, recursos e territórios; e (3) a política ambiental generificada, que abarca a participação das mulheres em lutas coletivas pela defesa de recursos naturais e na formulação de agendas políticas ambientais (Peet; Hartwick, 2009, p. 270).

A perspectiva WED dialoga criticamente com o conceito de desenvolvimento sustentável. Para Wendy Harcourt (1994), este poderia ser um espaço de contestação da equação “desenvolvimento = crescimento econômico”, desde que articulado a uma metodologia feminista. A ideia é ampliar a noção de desenvolvimento para incluir preocupações com degradação ambiental, pobreza e participação social. No entanto, Harcourt adverte que, mesmo dentro de concepções alternativas de economia, seria necessário “desmistificar” práticas e discursos para revelar e enfrentar o sexismo presente.

Outro ponto central de crítica em WED é a hierarquização dos saberes, que dialoga muito com o debate apresentado anteriormente neste capítulo. Esta olha para a tradição ocidental que valoriza o conhecimento teórico em detrimento do conhecimento prático e situado. Para feministas, esse processo histórico de substituição da prática local pela teoria, reproduzido também no Sul Global, contribuiu para desvalorizar os papéis historicamente exercidos pelas mulheres no cuidado e na preservação do ambiente. Harcourt (1994) argumenta que a economia do desenvolvimento ocidental, ao desprezar a natureza e ao não tratar outras culturas com dignidade, tem muito a aprender com modos alternativos de organização social, em vez de perpetuar a lógica de sua suposta superioridade. A WED não apenas quer expor a relação intrínseca entre desigualdade de gênero e degradação ambiental, como também busca a valorização de saberes e práticas locais, a centralidade da participação das mulheres nas decisões sobre recursos e territórios, e a necessidade de um paradigma de desenvolvimento enraizado na justiça ambiental e de gênero. Para tal, baseia-se na histórica liderança de mulheres na luta pela defesa socioambiental, com exemplos em todo o mundo a partir de diversas cosmovisões.

2.3.5 Pós-modernismo e Desenvolvimento (PAD)

A abordagem de Pós-modernismo e Desenvolvimento (PAD) representa uma tentativa de articular um feminismo pós-moderno mais acessível e politizado ao contexto dos debates sobre desenvolvimento. Tem como proposta criar espaços para vozes historicamente marginalizadas, conforme defendido por bell hooks (1984), e romper com a construção de um “outro” único e homogêneo atribuído às mulheres do Sul Global — visão criticada por Mohanty (1991) nos debates travados nos marcos de WID e GAD. Essa ruptura inclui superar a representação das mulheres apenas como vítimas, deslocando o foco para a diversidade de experiências, perspectivas e formas de agência. A aliança entre pós-modernismo e feminismo se estabelece, nesse contexto, por meio da crítica compartilhada ao sujeito universal e dominante da episteme modernista, questionando sua pretensa neutralidade e desvelando suas bases racistas, cristãs, cisheteropatriarcais e classistas. Ao evidenciar essas estruturas de poder, a abordagem PAD amplia a

crítica ao desenvolvimento para além da dimensão econômica, trazendo para o centro do debate as ausências, as invisibilidades e as normas ideais que moldam as políticas e práticas hegemônicas desde o debate pós-moderno (Peet; Hartwick, 2009, p. 272).

Para além do que já está colocado na “terceira onda” dos feminismos, aqui especificamente é fundamental destacar o que Jane L. Parpart (1995) especifica em termos de construção do desenvolvimento a partir da figura fundamental dos “especialistas em desenvolvimento” (*experts*). Segundo a autora, essa figura, apresentada como aquela capaz de solucionar todos os problemas do mundo subdesenvolvido a partir de conhecimentos técnicos, representa uma posição privilegiada enraizada no pensamento iluminista ocidental por ser o detentor do saber (não coincidentemente, em geral, uma figura que se espera masculina) que representa esse desenvolvimento, esse avanço, esse crescimento econômico – ou pelo menos como alcançá-lo.

Apesar da – sempre presente – crítica a uma perspectiva pós-moderna feminista devido ao seu distanciamento da vida real e popular de, especialmente, mulheres racializadas e empobrecidas, esta corrente compreende que existem diferenças entre o poder do discurso e que é necessário para dentro de um contexto de imposição do desenvolvimento construir espaços de diálogo aberto e consultivo que sejam capazes de empoderar e articular mulheres do Sul a partir de suas necessidades e agendas (Parpart e Marchand, 1995 *apud* Peet; Hartwick, 2009).

As diferentes abordagens analisadas — WID, WAD, GAD, WED e PAD — revelam alguns caminhos das críticas feministas ao paradigma dominante de desenvolvimento. Os mais utilizados ou adotados por organizações internacionais foram WID e WAD, já que WID emergiu de círculos do feminismo liberal e incorporou a análise de Boserup (1970) sobre mulheres e desenvolvimento, e WAD nasceu de uma crítica direta tanto ao feminismo liberal quanto à teoria ortodoxa do desenvolvimento, representando uma contraposição.

Esses debates pavimentam ainda hoje o caminho para perspectivas mais amplas e interseccionais, que, ao longo das décadas, deslocaram a análise da mera inclusão das mulheres no desenvolvimento para a problematização das estruturas de poder, das epistemologias e dos paradigmas que sustentam tanto as desigualdades de gênero quanto os modelos de desenvolvimento dominantes.

2.4 Marco Feminista Transnacional Negro

Diante da riqueza de possibilidades e debates apresentados pelo feminismo transnacional, destaco aqui a contribuição de Katherine Melchor Quick Hall (2020) para a definição metodológica de análise desta pesquisa. A autora feminista negra e pesquisadora das Relações Internacionais, em seu livro *Naming a Transnational Black Feminist Framework: Writing in Darkness* apresenta um enquadramento metodológico de análise que não somente dialoga com as referenciais apresentadas anteriormente, como fundamenta a análise a partir de um posicionamento analítico ativista ao qual me identifico e valorizo como um avanço no campo dos instrumentos analíticos feministas para as relações internacionais. A autora, que também debate as alternativas ao desenvolvimento em sua análise, nos apresenta manifesto que se engaja com os legados vivos do feminismo negro para destacar quais são as omissões históricas dos estudos em Relações Internacionais (2020, p. 1).

Na verdade, as raízes mais profundas da disciplina são bastante racistas, como Henderson (2013) descreveu da seguinte forma: o racismo não apenas informou os paradigmas da política mundial; ele foi fundamental para a conceitualização de sua principal referência teórica: a anarquia. Os teóricos do contrato social enraizaram sua conceitualização do estado de natureza em um mais amplo ‘contrato racial’ que dicotomizou a humanidade racialmente e estabeleceu uma hierarquia de supremacia branca em suas concepções fundacionais de sociedade (Hall, 2020, p. 146).

O livro tem como objetivo nomear o que é o engajamento do feminismo negro no internacional (2020, p. 2). Para tal, com o referencial de Lélia Gonzalez, a autora desenvolve sua pesquisa a partir da reflexão de *Amefricanidade*³³, em referência à diáspora negra e às populações indígenas das Américas, a fim de afirmar uma reflexão a partir das histórias de resistência como povos colonizados, o que no projeto de Hall é entendido como uma luta compartilhada. É importante notar que não se trata de uma reflexão que parte de uma compreensão baseada nos Estados contemporâneos como categoria de análise. Em vez disso, a autora compreende que as regiões são fundamentais para uma compreensão da realidade,

³³ A categoria política-cultural da amefricanidade. Cf. Gonzalez, 1988.

pelas suas histórias e referenciais de luta dos povos oprimidos, violentados e marginalizados.

O transnacional, portanto, enquanto categoria, se constitui para a autora com muito mais sentido visto que são relações que antecedem, na verdade, as relações entre Estados, uma vez que, especificamente, mas não somente, sua pesquisa trata do povo negro indígena Garífuna no território da América Central. Assim, o Marco Feminista Transnacional Negro é destinado a orientar pesquisadores, ativistas e pesquisadoras-ativistas que se dedicam aos estudos internacionais e transnacionais. Com referencial no feminismo afrodiaspórico na Colômbia (Vergara Figueroa; Arboleda Hurtado, 2014) e em uma agenda feminista negra de diáspora na América Latina (Perry, 2009).

Os princípios orientadores do Marco Feminista Transnacional Negro são: #1 Interseccionalidade; #2 Ativismo Acadêmico; #3 Solidariedade; #4 Fronteiras e limites; e #5 Posicionamento Radicalmente Transparente. A autora elabora esses conceitos para o seu marco a partir do estudo de caso realizado com a comunidade Garífuna de Honduras e com base nos conceitos de feministas negras brasileiras, a fim de ilustrar como esses princípios são encarnados na prática. O marco é um fruto do diálogo direto entre a teoria e prática de mulheres no território, a partir de compromissos profundos da autora com a construção de conhecimento dentro das RI que seja capaz de, além de romper com as estruturas do campo, estruture novos parâmetros de análise. Para os fins da realização das análises dos documentos selecionados para essa pesquisa, propõe-se uma pergunta orientadora para cada um dos princípios.

#1 Interseccionalidade

A interseccionalidade para a autora é um dos principais fundamentos epistemológicos, como citado anteriormente, do feminismo negro. É a teoria crítica que fundamenta a análise simultânea de experiências na interseção de múltiplas categorias - por exemplo raça, classe e gênero. A escola feminista negra tem desenvolvido a partir dos diálogos com Collins (2009) a "matriz de opressão" no lugar de qualquer análise que parta de um eixo único de opressão. A proposta de análise interseccional nos permite, segundo Hall, descortinar o sistema de privilégio

branco, nomeando as experiências das pessoas brancas, em especial de homens brancos de elite (Hall, 2020).

A partir da interseccionalidade, a metodologia desenvolvida pela autora tem o primeiro princípio que busca compreender de que maneira, na análise realizada no campo de estudo em questão, é possível compreender as dimensões de condição social a partir dessas categorias. Com base na proposta de Hall, irei utilizar este princípio como primeira dimensão analisada nos documentos selecionados, a partir da seguinte pergunta:

São apresentadas no documento analisado informações capazes de informar sobre as múltiplas categorias de opressão (raça, classe, gênero, deficiência...)?

#2 Ativismo Acadêmico

O segundo princípio da metodologia de Hall é o "Scholar Activism" que pode ser traduzido como ativismo acadêmico. Conceituado também por Collins (2015) como o momento em que a interseccionalidade se torna uma prática política, já que é o momento em que as pessoas que estão realizando projetos de pesquisa assumem a sua posição militante. Tratam-se de projetos que vão criticar injustiças sociais ao caracterizar desigualdades sociais complexas, imaginando alternativas e propondo estratégias de ação para a transformação (Hall, 2020). Caracteriza-se para a autora como um princípio complementar indissociável do primeiro, que é a interseccionalidade. Para a autora, a construção de conhecimento deve ser comprometida com análises que sejam capazes de olhar múltiplas dimensões para que realmente sejam transformadoras.

Para a presente análise de pesquisa, será usada a seguinte pergunta para este princípio:

No que tange a produção de conhecimento e sistematização de dados, de que maneira essa informação produzida tem compromisso com a interseccionalidade, a defesa da justiça e a promoção de direitos?

#3 Solidariedade

A solidariedade no Marco Feminista Transnacional Negro é o terceiro princípio. Nele, Hall (2020) tem como referencial a reflexão de bell hooks (1984, p. 64): “solidariedade não é o mesmo que apoio”. Segundo hooks (1984), para experimentar a solidariedade é necessário existir uma comunidade de interesses, crenças compartilhadas e objetivos comuns que são capazes de unir uma irmandade. “O apoio pode ser pontual. Pode ser oferecido e retirado com a mesma facilidade. A solidariedade requer sustentação, comprometimento contínuo” (hooks, 1984, p. 64 *apud* Hall, 2020, p. 9). Portanto, na construção conceitual de Hall, a solidariedade implica o comprometimento com ideias e comunidades que vivem para além de uma pesquisa específica ou um projeto ativista em curso, porque a solidariedade complica as noções tradicionais dos projetos de pesquisa que podem ser simplesmente realizados, encerrados, sem maiores implicações para o pesquisador e para a comunidade pesquisada. Hall (2020) avança na elaboração deste conceito, já que para o desenvolvimento do marco metodológico é importante olhar para a diversidade das experiências. Para isso, recorre a Mohanty (2003 *apud* Hall, 2020, p. 10) que definiu as características da solidariedade:

Defino solidariedade em termos de mutualidade, responsabilização e reconhecimento de interesses comuns como base para relacionamentos entre comunidades diversas. Em vez de pressupor uma opressão comum imposta, a prática da solidariedade coloca em primeiro plano comunidades de pessoas que escolheram trabalhar e lutar juntas. Diversidade e diferença são valores centrais aqui — a serem reconhecidos e respeitados, e não apagados na construção de alianças.

Dessa maneira, para fins dessa pesquisa e como debateu Hall, é relevante para a análise captar a dimensão de que, em que medida, feministas do Norte são capazes de assumir compromissos com as feministas do Sul Global e se manterem firmes nesse compromisso. Com esse parâmetro, a seguinte questão será usada para a análise dos documentos selecionados:

Como é possível notar compromissos de solidariedade no documento analisado?

#4 Atenção a fronteiras e a limites

O quarto princípio é atenção às fronteiras e aos limites. Isso significa um desafio proposto pela autora: as noções de fronteira e limites em geral são ultrapassadas pelos grupos, como por exemplo povos indígenas e negros. Isso, em uma perspectiva transnacional localizada, como já foi apresentado anteriormente, é um fundamento do que é o transnacional e, em especial, para o desenvolvimento do marco metodológico da autora, a dimensão de regiões é mais importante, assim como ter atenção a quais separações são feitas, isto é, reconhecê-las justamente para superá-las em nossa análise. Há uma dimensão física, geográfica, desta proposta, mas também há uma dimensão sociológica sobre as condições de vida e as realidades que existem em cada lado das fronteiras/limites (Hall, 2020, p. 11). Para a aplicação desta dimensão na pesquisa, será usada a seguinte pergunta:

É possível notar na análise desse documento as divisões, as distâncias e as diferenças entre pessoas, grupos, organizações, regionalidades ou qualquer outra dimensão que se relacione com a noção de fronteira e limite?

#5 Posicionalidade Radicalmente Transparente

O quinto princípio é o da Posicionalidade Radicalmente Transparente que, por si já diz muito sobre o que é. Trata-se da demanda direta de que pessoas pesquisadoras sejam explícitas sobre a natureza política dos seus projetos e as propostas de solidariedade que pretendem ou não pretendem forjar a partir do seu trabalho.

De que maneira eu percebo a minha interação com o documento analisado?

A análise iniciada no primeiro capítulo é retomada nesta seção à luz da perspectiva da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e das abordagens feministas, que articulam crítica à verticalização das políticas de cooperação e valorização de práticas baseadas no cuidado, na reciprocidade e no fortalecimento da autonomia dos movimentos locais. Nesse sentido, a relação entre academia e ativismo se revela central, pois permite compreender as tensões entre conhecimento teórico e experiência prática na construção de alternativas feministas ao desenvolvimento hegemônico. A metodologia proposta por Hall (2020) oferece

ferramentas para investigar essas dinâmicas, evidenciando como as redes transnacionais operam como espaços de articulação política, resistência e solidariedade, tensionando modelos de cooperação internacional que frequentemente impõem lógicas burocráticas e tecnocráticas à luta feminista. Assim, as redes transnacionais surgem como arenas em que se experimentam práticas de governança mais horizontais, políticas e colaborativas, contrapondo-se às formas convencionais de financiamento e intervenção. A partir desta conexão, partimos com as questões elaboradas a partir do Marco Feminista Transnacional Negro para que no Capítulo 3 seja desenvolvida, a partir da aplicação dos mesmos em documentos elaborados por Fundos Feministas e Fundos de Mulheres, a análise sobre suas práticas estarem ou não alinhadas às políticas alternativas ao desenvolvimento.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS FUNDOS DE MULHERES E FUNDOS FEMINISTAS

O terceiro capítulo desta pesquisa tem como objetivo a realização da análise de cinco documentos elaborados por Fundos de Mulheres e Fundos Feministas à fim de avaliar em que medida estes fundos realizam práticas políticas alternativas ao desenvolvimento a partir do referencial metodológico do *Marco Feminista Transnacional Negro*, de Hall (2020), e do debate do pós-desenvolvimento, ambos apresentados nos capítulos anteriores.

Diante do contexto apresentado nos capítulos 1 e 2, no que tange especialmente à colonialidade do poder (Quijano, 2005) e à agência (Lie, 2007), assim como o relevante trabalho que vem sendo desenvolvido na dimensão teórica conceitual sobre feminismo e o debate de gênero, os fundos feministas e os fundos de mulheres se apresentam como um objeto importante para a análise de como esses conceitos se apresentam na prática.

Praticando a posicionalidade radical proposta por Hall (2020), para fins desta pesquisa, a escolha de falar sobre os fundos feministas surge justamente da percepção e relevância prática do seu trabalho nos territórios. Com base na atuação feminista junto a lideranças territoriais, bem como na articulação com lideranças indígenas, afro-americanas e africanas, observa-se que o tipo de financiamento realizado por esses fundos era capaz de responder de maneira muito direta a situações de risco. Ou seja, no caso de lideranças ameaçadas de morte devido a sua atuação em defesa dos direitos das mulheres e da natureza, são os fundos feministas que assumem, em alguns exemplos, um apoio rápido, direto e desburocratizado. Ao mesmo tempo, conhecendo essa estrutura de cooperação internacional para o desenvolvimento, surge o questionamento de como é possível fazê-lo em uma estrutura financeira.

Será feita a revisão de documentos elaborados por organizações-membro da Rede Internacional de Fundos de Mulheres Próspera. Os princípios-guia propostos pela metodologia e apresentados no capítulo anterior serão usados para análise dos seguintes documentos: *Feminist Funding Principles* e *Rays of Resistance 2024*, ambos publicado pela Astraea, seguido do *Relatório de 40 anos do Fundo*

Internacional Mama Cash, lançado em 2024; o manifesto *Onde está o dinheiro para o movimento de mulheres negras?* do Fundo Feminista Negra; e o documento *Principles for Feminist Funding in Practice: 5 year trend 2016-2020*.

Quadro 1 – Documentos selecionados para análise

	TÍTULO	AUTORIA
I	Feminist Funding Principles - Acknowledgments	Astraea Lesbian Foundation for Justice
II	Rays Of Resistance Annual Report 2024	Astraea Lesbian Foundation for Justice
III	Change That Lasts 40 Years Impact	Mama Cash
IV	Onde Está O Dinheiro Para O Movimento Negro Feminista	Black Feminist Fund
V	Principles for Feminist Funding in Practice: 5 year trend 2016 - 2020	Prospera International Network of Women's Funds

Fonte: elaboração própria.

O objetivo é compreender se os Fundos de Mulheres e Fundos Feministas viabilizam, a partir de reflexões-práticas feministas transnacionais, um modelo alternativo ao modelo de desenvolvimento tradicional e neoliberal. Os documentos foram selecionados a partir de pesquisa prévia sobre os fundos feministas e os fundos de mulheres existentes. Após análise, a partir da interseccionalidade, foram identificados que três fundos seriam capazes de apresentar uma diversidade de recortes relevantes para a análise a ser realizada.

Os primeiros fundos feministas criados nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, respectivamente Astraea e Mama Cash, poderiam contribuir com um recorte de gênero e orientação sexual na luta por direitos, assim como apresentar dados relevantes da capacidade de manutenção e impacto de suas ações após 40 anos de existência. De maneira complementar, o Fundo Feminista Negra, apesar de ter sido criado relativamente recentemente, traria uma peça fundamental à análise: o recorte racial sobre o financiamento no mundo. Informações que nessa qualidade não estão disponíveis em documentos de outros Fundos.

Além dos documentos produzidos por esses três fundos, o relatório da Rede Internacional de Fundos de Mulheres foi escolhido para complementar o recorte global do que é conceituado sobre os fundos, já que a Prospera é a rede mais relevante nesse sentido.

Na análise a ser desenvolvida, o marco será um instrumento de análise para observar em que medida as definições públicas sobre fundos feministas e fundos de mulheres estão demonstradas com dados nas informações elaboradas por eles. Nesse sentido, há um perceptível subfinanciamento em diversos campos de luta, que é presente nos relatórios analisados e que será trabalhado dentro do contexto maior de financiamento. O que levanta a seguinte questão: o que é possível fazer frente a esse subfinanciamento? Para compreender este cenário, é especialmente importante perceber como mulheres negras, meninas e as comunidades trans têm financiamento ou não, e de que maneira as informações estão disponíveis.

3.1 O cenário do financiamento para o desenvolvimento internacional

Relações são constituídas de diálogo. Quando se trata da relação entre financiador e financiado há sempre muito o que dizer. No livro *Inclusive Aid: Changing Power and Relationships in International Development*, organizado por Leslie Groves e Rachel Hilton em 2004, o capítulo 9 é uma carta fictícia escrita a partir da perspectiva de uma liderança do Zimbábue para a sua “amiga doadora”. Intitulada ‘*If It Doesn’t Fit on the Blue Square It’s Out!*’ *An Open Letter to My Donor Friend*, a carta de Everjoice Win percorre o caminho da frustração e da indignação de uma liderança territorial com uma *expert*, Christine – a “amiga doadora” –, com quem se relaciona há anos. Win reflete sobre a transformação da relação entre elas e as dinâmicas de relação de poder ao se tornarem financiadora e financiada, diferente do momento em que se encontraram pela primeira vez ainda jovens, quando a estrangeira realizou trabalho voluntário no território. Alguns pontos são especialmente interessantes em se tratando do tema deste capítulo e da relação de gênero, raça e classe que se escancaram. Afinal, a carta é fictícia, mas pode-se dizer, baseada em histórias reais.

O ponto central da carta é o debate sobre o conhecimento. Nos capítulos anteriores, foi discutido como o conhecimento é uma importante dimensão de

disputa de poder e como essas estruturas articulam o debate do conhecimento para fundamentar relações racistas, patriarcais, coloniais e violentas. Na carta, Win discorre sobre como os padrões de acompanhamento, solicitação e de relato para o doador estrangeiro servem inteiramente a eles e não às comunidades. Como está no título da carta: “se não cabe no quadrado azul, está fora”. Isso significa que as informações relacionadas ao projeto territorial devem estar enquadradas em um sistema no qual esses “quadrados azuis são os espaços para preenchimento sobre as atividades com um número de palavras limitado”. Em uma comunidade no Zimbábue, em que a oralidade é fundamento, Win afirma: “Não fazia sentido para muitos de nós que falamos ndebele ou shona. Em nossas línguas, nos expressamos em parágrafos, e não em frases ou sentenças curtas. Somos um povo oral. Também não pensamos em caixinhas” (Groves; Hilton, 2004, p. 125).

Esse conhecimento, que deve ser formatado em caixas, reduzido a um padrão internacionalizado, traz também consigo os jargões, que são ostensivamente presentes em conversas, mas também em relatórios e comunicações públicas. Win aponta como esses jargões se tornam motivo de piada no território dela, como se fosse um jogo de palavras em que você vai usando e trocando de maneira repetida, mas que na verdade reflete uma estrutura de poder muito concreta: sem usar as palavras certas, não se acessa apoio. E para usá-las de maneira correta é preciso minimamente compreendê-las - inclusive na língua inglesa original desses jargões - e, para compreendê-las, é preciso assimilar, de alguma maneira, as estruturas. Essa assimilação, porém, pode representar o apagamento das narrativas de um povo, sua comunidade e seu território.

Minha linguagem também mudou. Foram-se as várias palavras que eu costumava usar para descrever a realidade das mulheres nesta parte do mundo. Agora eu jogo o que chamo de ‘jogo das palavras’. Prestação de contas, transparência, sociedade civil, boa governança, redução da pobreza, engajamento com o Estado, crítico, de ponta, partes interessadas, participação, advocacy. Eu poderia continuar e continuar. Essas são as palavras que agora usamos. Sim, acreditamos nesses conceitos. Trabalhamos em torno deles. Mas é quase como se, se não usássemos essas palavras, falhássemos no teste (Groves; Hilton, 2004, p. 125).

Através da aplicação do princípio da transparência proposto por Hall (2020), como uma profissional que atua em organizações da sociedade civil, é importante também sinalizar como a autora deste trabalho se relaciona com essa história. Apesar de não ser representante de uma instituição internacional de financiamento,

a autora representa uma organização intermediária, onde há necessidade de aprender a usar a linguagem dominante. A autora costuma brincar que todos deveriam aprender 15 palavras e usá-las ao longo das frases para estar entre financiadores e acessar recursos. Estar no “meio” não é confortável, ainda mais quando a pessoa vem de territórios periféricos e não dos centros de poder. Neste lugar, não é sobre saber negar essas linguagens ou aprender a usá-las, mas sim sobre jogar o jogo. E esse jogo, que a gente aprende ao se relacionar com o financiamento estrangeiro, é muito presente na carta de Win, um jogo que é necessário jogar para acessar financiamento.

A “capa” de especialista também faz parte desse jogo:

Eu poderia ter caído da cadeira quando você se apresentou assim: ‘Meu nome é Christine. Sou especialista em gênero, com especialização no sul da África’. Isso já era em 1997. Perguntei-me como, em tão pouco tempo, você havia se tornado ‘uma especialista’. Quanto à especialização no sul da África, eh, minha querida? Quando você morava no Zimbábue, tinha feito uma viagem de Natal por Moçambique, Botswana e Zâmbia, tudo em três semanas. Isso faz alguém se tornar especialista no sul da África? Eu moro neste país há bons 34 anos e nunca adquiri coragem para me chamar de especialista em Zimbábue (Groves; Hilton, 2004, p. 124).

A ideia de se tornar especialista é emblemática neste momento porque está marcada por uma construção de oposição à duas experiências: uma visitante estrangeira, que recebe e se afirma com esse título publicamente, ao mesmo tempo se valendo disso para acessar e ocupar os lugares de poder; a outra, uma pessoa daquela região, que jamais se colocaria desta maneira por perceber inclusive um grau de responsabilidade sobre isso.

Você estava apenas imitando o que ouvi de muitas pessoas da sua parte do mundo. Lá parece ser uma exigência se exaltar, enquanto aqui embaixo somos ensinados a ser modestos (Groves; Hilton, 2004, p. 124).

Nesse sentido é fundamental a sinalização que Win faz em relação à profunda diferença entre o ocidente e o seu território, no sul da África. A forma como as experiências são mobilizadas são radicalmente diferentes. Nesse caso, em especial, chama a atenção o que é necessário para que uma pessoa se torne especialista sobre o território ao qual ela não pertence e como isso é um padrão criado, vivido e legitimado por instituições do Norte Global para o funcionamento de todo um campo do desenvolvimento.

Quando chega o momento em que Christine assume o papel de doadora, vemos a chave da mudança mais intensa. A informação chega como uma boa notícia, afinal, se tratava de uma pessoa conhecida entre elas e, portanto, teria maior capacidade de compreendê-las. Porém, na verdade, ela se apresenta como uma nova pessoa nesse papel: não há mais entusiasmo, vontade de aprender e nem a parceria com as mulheres locais.

Agora ela já não tem mais perguntas. Tem, na verdade, todas as respostas e uma postura crítica ao trabalho desenvolvido no território, que demonstrava sua percepção: o trabalho das mulheres no território não é suficiente (Groves; Hilton, 2004, p. 124).

Everjoice relata que se tornou mais uma para a qual é necessário assumir um papel, jogar um jogo de palavras e repetir o processo. O ponto evidenciado não é apenas o acesso a recursos ou a manutenção dos financiamentos, mas, sobretudo, o modo como os processos de aprendizado servem aos doadores e não aos grupos apoiados. Está embutido o entendimento de que o que é considerado suficiente para promover a mudança social será definido por quem está de fora, e não por quem habita o território.

Além disso, o tempo dedicado a agradar e fazer o que os financiadores querem, representa, segundo Win, um gasto de tempo que poderia ser dedicado à elaboração interna sobre os processos de aprendizagem. Ou seja, com os tipos de relatórios que são exigidos, em suas plataformas e linguagens que não estão alinhadas às comunidades locais, não sobra tempo para as lideranças elaborarem, com a qualidade que elas têm, sobre suas práticas. O que antes poderia ser proximidade e cooperação se revela uma camada de relação colonial:

Eu também mudei. Já não me sinto à vontade para compartilhar informações com você. Agora eu ‘presto contas’ a você. Digo o que acho que você quer ouvir. Foco nos projetos que você está financiando. [...] Sobre o que mais há para falar? Estou com muito medo de falar demais, para o caso de eu dizer coisas erradas (Groves; Hilton, 2004, p. 126).

A carta é finalizada com uma afirmação emblemática: “O desenvolvimento não é sobre palavras e procedimentos. É sobre mudar a realidade da vida das pessoas” (Groves; Hilton, 2004, p. 127). O tom é justamente para não diminuir a experiência de vida e política a formatos “desenvolvidos” que não criam soluções e criam, na verdade, problemas pois aprisionam e consomem energia, não permitindo avançar no trabalho que realmente importa. O texto ainda aponta para a

necessidade de que os financiadores se dediquem a desenvolver maneiras de compreender as realidades locais em termos linguísticos e de percepções de mundo que são parte desses territórios, ao invés de se aterem à formulários fechados. A autora reivindica que a comunicação que viabiliza essa relação conte com esforços dos dois lados e não somente daquele que recebe o dinheiro.

As próximas seções exploram os fundos que afirmam responder as questões presentes na relação financiador x financiado. Os fundos feministas e os fundos de mulheres elaboram sobre essas questões e reivindicam a construção de novas práticas de financiamento a partir de suas defesas políticas. Além disso, nos próximos tópicos tem-se como esses fundos se apresentam no debate e em seus próprios documentos.

3.2 Definição de Fundos de Mulheres e Fundos Feministas e financiamento feminista

Segundo Travers (2020), Mama Cash define os fundos como “fundações públicas que apoiam soluções lideradas por mulheres para as raízes causais da injustiça social”. A Rede Prospera, rede internacional desses fundos, sintetiza:

Fundos Feministas e de Mulheres são fundações públicas de arrecadação de fundos que trabalham para concretizar o poder de movimentos de base de mulheres, meninas, pessoas trans, não-binárias e intersexo ao redor do mundo, proporcionando a elas recursos financeiros contínuos e outros tipos de apoio para realizar sua visão de justiça social (Travers, 2020, tradução própria).

Os fundos se colocam como responsáveis também sobre as comunidades que servem, como Hessini (2020) afirma em seu artigo, como uma característica que reafirma a relação indissociável entre os fundos e o movimento feminista. O livro *Que Sentido Tem a Revolução Se Não Podemos Dançar?*, de Jane Barry e Jelena Djordjevic, publicado pelo Fundo de Ação Urgente pelos Direitos Humanos das Mulheres em 2007, se debruça no que é essencial para esses fundos: as ativistas. A partir de pesquisa realizada com mais de 100 ativistas de 45 países, o livro percorre as principais questões relacionadas ao cuidado de lideranças e nos permite contato com reflexões que contribuem para esta pesquisa, como o motivo pelo qual lideranças começam a realizar um trabalho ativista:

Começam com um sonho. Paixão. Empurrão. Impulsionadas pela discriminação, guerra, injustiça... pela urgência de tomar partido, de dizer... basta. Em geral, não há muito mais do que isso. Como disse Rakhee Goyal: O que nos leva a isso é a nossa paixão. Nos apaixona mudar o mundo para as mulheres. Vemos que é urgente, que tem que ser feito hoje mesmo. Essa paixão permite dar tudo de nós para consegui-lo (Barry; Djordjevic, 2007, p. 10-11).

Esse processo organizativo se transforma a partir do tempo e da atuação territorial destas lideranças:

No início usas a tua própria casa como escritório. Trabalhas todas as horas livres que podes conseguir; em geral, depois que já concluíste o teu 'trabalho diurno' e quando o resto da família já foi dormir. Pouco a pouco, somam-se outras atividades. Em geral, sem salário ou por um salário ínfimo. [...] Quando, por fim, descobrem como conseguir apoio e financiamento externos, como fazer o trabalho concreto que as motiva e apaixona tanto, no início só pedem dinheiro **para poder fazer mais**. Mais iniciativas, mais trabalho para chegar a mais gente (Barry; Djordjevic, 2007, p. 11).

O argumento de Barry e Djordjevic (2007) é que o trabalho de ativismo por direitos humanos das mulheres se torna, com o tempo, uma pechincha, já que muitas vezes esse trabalho não é remunerado e quando há alguma condição de remuneração, ela não corresponde ao trabalho que é realizado de maneira digna.

Quando se trata dos fundos de mulheres que arrecadam recursos, essa é uma “cultura” característica do movimento feminista também. Portanto, também está presente na cultura desses fundos. Poucos recursos, poucos direitos trabalhistas, muitas horas de trabalho, cobranças e responsabilidades para além de uma relação laboral. Para as autoras, trata-se de um tipo de trabalho para a ação política. Quando pensamos na postura radical política dos fundos de mulheres, em contraposição a uma leitura crítica das práticas da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) e da filantropia no campo da cooperação internacional, essa realidade deveria ser diferente.

Mas, o ativismo por direitos humanos não funciona assim. Não é empresarial. Não é desenvolvimento. Não tem um modelo único. Para ser verdadeiramente eficaz, o ativismo tem que ser flexível. Isso quer dizer que ativistas podem adotar várias formas diferentes. Às vezes, o ativismo é algo extremamente organizado e estruturado. muitas vezes, é esse tipo de trabalho pelos direitos humanos de alto nível que resulta muito conhecido, como o que costuma fazer a Anistia Internacional, Human Rights Watch, a Organização Mundial contra a Tortura e similares. Mas na maioria dos casos, o ativismo pelos direitos humanos é algo sem estrutura, algo que flui, que sobe e desce como a maré, respondendo a desafios novos e velhos. Como os movimentos de base, ou os protestos espontâneos, ou as ativistas que trabalham por sua

própria conta isoladas, nas sombras (Barry; Djordjevic, 2007, p. 19).

Diante do exposto, na análise a ser realizada, é relevante observar como essa relação de trabalho dos fundos e de financiamento de ações e organizações coloca camadas que podem ajudar ou complicar o entendimento do trabalho, do ativismo e dos recursos. Considerando a criação e atuação desses fundos em um contexto de luta social, algumas definições não são dadas e nem elaboradas academicamente. Elas são processos de compreensão coletiva da prática política. Com isso, será usado de maneira combinada os termos Fundos Feministas e Fundos de Mulheres, para me referir aos fundos que integram esse campo de atuação (em alguns momentos, referenciada como filantropia social feminista) que são liderados por e para mulheres e que financiam organizações de base e movimentos nacionais de maneira flexível, sustentável e a partir da confiança mútua e responsabilidade (Hessini, 2020).

Os fundos feministas surgem para a mobilização, implementação e distribuição dos seus próprios recursos, assim como para a incidência no sistema filantrópico a fim de mudar a maneira como são distribuídos os recursos disponíveis (Hessini, 2020). No contexto pós-conferência de Beijing, foi inaugurado o período de *gender mainstreaming* (citado no capítulo anterior), que foi um momento de investimento de governos em temáticas relacionadas à igualdade de gênero e empoderamento feminino. Apesar dos investimentos, são muitas as críticas feitas por feministas que analisam a maneira como essas políticas foram estruturadas e implementadas (Barton, 2005 *apud* Hessini, 2020). Ainda segundo Hessini (2020), essas críticas denunciam projetos que eram verticais e técnicos desde uma perspectiva individualista, do empoderamento financeiro de mulheres a nível individual, despolitizando a abordagem e não trabalhando desde as pautas feministas. Muitos Estados, na verdade, não ultrapassaram o *gender mainstreaming*, mas os poucos que o fizeram, compreenderam a importância de praticar financiamento direto a organizações feministas. Alguns governos, como o holandês e o norueguês, avançaram com expressivo investimento em organizações feministas em outros países, o que inspirou também outros governos nórdicos, mas pouco avança além disso, já que ele não é feito por muitos outros governos.

Durante o período de realização desta pesquisa, aconteceu na cidade de Sevilha, na Espanha, a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento

para o Desenvolvimento (FFD4). Foram lançados documentos preparatórios mobilizadores sobre o financiamento feminista e foi realizado um encontro paralelo durante o evento³⁴. No documento *Walking the Talk: Towards a 'Common Ask' For Resourcing Feminist Movements*, publicado em agosto de 2024, foram listadas algumas das principais questões relacionadas a este campo, já que a conferência foi um momento estratégico de incidência, uma vez que a última havia sido realizada em 2015, em Addis Ababa, Etiópia.

Uma das primeiras questões é a dificuldade de encontrar dados quantitativos sobre investimentos em igualdade de gênero e movimentos feministas. A verdade é que, apesar de algumas iniciativas realizarem esse tipo de levantamento³⁵, ainda há dificuldade de identificar o que é destinado para áreas programáticas específicas que atuam nestes temas e o que está no campo do *gender mainstreaming*, que basicamente significa assumir uma perspectiva de transversalizar o debate de gênero em todas as áreas, usando uma linguagem sensível e levantando dados sobre a participação de mulheres, mas não necessariamente atuando na promoção dos direitos humanos das mulheres para além de dimensões protocolares.

Este é um debate importante, já que muitas vezes a intenção de cumprir requisitos captura recursos destinados para esse tema, mas sem relação com a luta política.

Tem sido comum ver propostas de projetos utilizando parte da terminologia empregada em Pequim, como igualdade de gênero e empoderamento, mas os próprios projetos frequentemente se concentram em apoiar a agência de mulheres individualmente dentro do sistema econômico e social existente (Walking the Talk Consortium, 2024, p. 362).

O relatório também apresenta dados relevantes para compreendermos o cenário global de financiamento. Apenas 4% da AOD bilateral passível de

³⁴ Durante os dias 27 e 28 de junho foi realizado o Fórum Feminista reunindo diversas lideranças para debater cooperação internacional para o desenvolvimento em relação à Conferência que estava sendo realizada. Cf. CIVIL SOCIETY FINANCING FOR DEVELOPMENT MECHANISM, 2025.

³⁵ Existem diversas fontes de dados, incluindo o Sistema de Relatórios de Credores (CRS) do CAD-OCDE, a Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda (IATI) e o Sistema de Rastreamento Financeiro (FTS) do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). Ver o Anexo 3 para uma visão geral das definições utilizadas pelo CAD-OCDE, dos dados reportados e dos desafios. A Rede sobre Igualdade de Gênero do CAD-OCDE (GenderNet) e o Donor Tracker fornecem análises sobre os investimentos em igualdade de gênero, ambos baseados nos dados do CRS (Common Ask Framework, 2025, p. 8).

alocação³⁶ (o que representa USD 5,9 bilhões) foi destinada aos programas que tinham igualdade de gênero como objetivo principal no período de 2021-2022. Um total semelhante ao período anterior (2020-2021) segundo o GenderNet. Houve uma queda no valor da AOD destinada a apoiar organizações e movimentos de direitos das mulheres, bem como instituições governamentais. O valor foi para uma média de USD 631 milhões por ano em 2021-2022, em comparação com USD 891 milhões em 2019-2020. Excluindo os volumes destinados a instituições governamentais, como ministérios das mulheres, o valor foi de USD 453 milhões em 2021-2022. Isso representa apenas 0,7% da AOD para igualdade de gênero e 0,3% do total da ajuda bilateral passível de alocação (Walking the Talk Consortium, 2024).

O documento observa também os dados disponíveis no campo da filantropia. Segundo a GenderNet, em 2021, foram analisados os dados de 31 fundações com o total de USD 7,6 bilhões fornecidos para fundações. Desse total, apenas 6% tiveram como objetivo principal a igualdade de gênero e, em 19%, o tema aparecia como objetivo secundário. Ainda nesse sentido, o Fundo Feminista Negra identificou em seu relatório de 2023 que apenas 0,1% - 0,35% do financiamento global de fundações foi direcionado para mulheres, meninas e pessoas trans negras. Do financiamento em direitos humanos, apenas 5% foram destinados a mulheres, meninas e pessoas trans negras e 0,22% do financiamento climático foi para organizações feministas, sendo apenas dois países africanos entre os dez países que receberam apoio (Walking the Talk Consortium, 2024).

Segundo os dados levantados pelo relatório de 2024 produzido pelo *Indigenous Funders for Indigenous Peoples* e do Foro Internacional de *Mujeres Indígenas*, entre 2016 e 2020, cerca de USD 28,5 bilhões foram doados para apoio a meninas e mulheres, mas somente 1,4% desse total (USD 392 milhões) foram destinados especificamente para mulheres indígenas. Do total destinado ao financiamento para mulheres e meninas indígenas, somente USD 62,8 milhões foram para organizações de povos indígenas, o que significa que a maior parte deste

³⁶ AOD bilateral possível de alocação são aqueles que podem ser atribuídos a setores ou temas específicos, como saúde, educação, igualdade de gênero, meio ambiente ou outros. O AOD bilateral não alocável são aqueles que não podem ser vinculados por setor ou tema, mas que vão para custos administrativos, perdão de dívidas ou algum aporte financeiro ao orçamento do país que recebe.

financiamento é recebido por organizações que não são lideradas por indígenas. Entre o financiamento ambiental, segundo o Global Greengrants Fund, dos USD 4,3 bilhões destinados em 2017, apenas 1,2% (USD 53,1 milhões) foi destinado a mulheres e meio ambiente. Ainda menos desse total, apenas 0,05% (USD 2,3 milhões) foi direcionado para a intersecção de mulheres, meio ambiente e violências de gênero. Lembrando que, na luta ambiental, as mulheres são vítimas de perseguição e ameaças a sua integridade física (Walking the Talk Consortium, 2024).

A AWID (2021), na publicação *Where is the money for feminist organizing? Data Snapshots and A Call to Action*, constatou que, em 2017, apenas 0,42% das doações de fundações foram alocadas para direitos das mulheres. Ou seja, USD 422,3 milhões de um total de USD 99 bilhões. Neste mesmo relatório, com informações do Fundo Global para as Mulheres, foi apurado que 48% das organizações de direitos das mulheres e feministas do Sul Global relatam que tiveram menos de 30 mil dólares por ano disponíveis para seu funcionamento. Além disso, organizações de direitos das mulheres (WROs) recebem apenas 0,13% do total da AOD.

Analisando os dados, sem muita dificuldade, pode-se afirmar que, diante do cenário global de financiamento (incluindo a diversidade de modalidades apresentadas), o total destinado ao avanço da condição dos direitos humanos das mulheres, das meninas e das pessoas trans é significativamente baixo em comparação com outros campos financiados.

Na análise dos documentos, é válido observar como o trabalho feminista e com mulheres financiado tem sido realizado. Entre 2011 e 2015, foi registrada uma queda em mais da metade do financiamento para grupos de mulheres³⁷, apesar do trabalho ser notável pelos resultados alcançados inclusive pela maneira como o financiamento chega a essas organizações.

A forma como o financiamento opera é tão importante quanto aquilo que é financiado. A própria estrutura dos fundos de mulheres apoia organizações, ativistas e movimentos de maneiras enraizadas em suas próprias necessidades e prioridades, sendo flexível e interconectada. Muitos fundos de mulheres buscam romper com as dinâmicas desiguais de poder entre doadores e

³⁷ FORD, Liz. Funding for women's rights groups in poor countries falls by more than half. *AWID*, 8 set. 2016. Disponível em: <https://www.awid.org/news-and-analysis/funding-womens-rights-groups-poor-countries-falls-more-half>. Acesso em: 18 set. 2025.

beneficiárias, oferecendo financiamento plurianual, estrutural e sustentável. Fundos como o FCAM, FRIDA e Femjust adotam modelos de concessão participativa. Também é característico dos fundos de mulheres incluir as organizações-parceiras financiadas nos processos de tomada de decisão e nas estruturas de governança. O objetivo aqui é deslocar explicitamente o poder e a tomada de decisão entre financiadores e parceiras beneficiárias (Hessini; Bluthgen, 2019, p. 368).

A prática de financiamento participativo é muito ressaltada como parte de financiamento feminista, já que confere maior possibilidade de construção coletiva e dialógica entre outros sujeitos do chamado ecossistema de financiamento feminista. A Rede Prospera afirma diretamente sobre as práticas:

Fundos Feministas e de Mulheres praticam uma filantropia baseada na confiança, democrática e decolonial, o que significa que ativistas estão no centro do nosso trabalho, onde os Fundos ouvem, veem e respondem intencionalmente às necessidades dos ativistas. Os Fundos membros da Prospera disponibilizam recursos para os movimentos de maneiras que respondem diretamente às agendas, necessidades e contextos dos movimentos (tradução própria).

A possibilidade de resposta direta, rápida e que compreende as necessidades de ação para o movimento feminista a nível local é diferenciada e parte de uma demanda que vem dos territórios, bem como de uma relação de confiança estabelecida entre financiadoras e parceiras. Isso não significa, por outro lado, que não existam tensões entre grupos financiados e financiadoras, porém há um compromisso de transformação. Novamente, no livro de Barry e Djordjevic (2007), as autoras abordam o impacto que as condicionalidades dos financiamentos têm no trabalho desenvolvido por essas lideranças.

Tais práticas também estão no âmbito da desburocratização do acesso aos recursos para potenciais beneficiários locais, a fim de garantir que eles cheguem a mais territórios e comunidades que não estão incluídos nos circuitos tradicionais do campo da filantropia e da cooperação internacional.

Os fundos de mulheres têm avançado significativamente na influência sobre o panorama filantrópico em geral, exigindo mais e melhores recursos e deslocando poder para o Sul Global e o Leste Global. Eles têm defendido que mais recursos sejam direcionados diretamente para organizações e movimentos locais de direitos das mulheres; que sejam desenvolvidas novas parcerias entre financiadores do Norte e do Sul; e que as comunidades locais tenham propriedade sobre os recursos e sobre a forma como eles são utilizados. Os fundos de mulheres reconhecem que cada comunidade possui poder, conhecimento e recursos locais para enfrentar os desafios que enfrenta (Hessini, 2020, p. 368).

Os Fundos de Mulheres e os Fundos Feministas se somam às pautas de movimentos feministas a nível transnacional. É também com a criatividade e ousadia de mulheres que conhecem seus territórios e territórios de comunidades parceiras que se sustenta esse trabalho, já que elas são pessoas que entendem as especificidades e a importância de um financiamento que possa acolher e lidar com os impedimentos jurídicos que essas organizações enfrentam. Além das diferenças entre leis nacionais, assim como a influência de governos para entrada ou não de recursos para a sociedade civil, existem também aquelas organizações que estão em países onde não é possível a recepção de recursos do exterior. Essa é também uma das questões visibilizadas pelo debate produzido pela AWID: como sobrevivem as coletividades de mulheres e feministas em países em que não é possível a entrada de recursos financeiros para o desenvolvimento?

Dinheiro é também um tabu. Entre mulheres lutando por direitos como o fim da violência e o acesso à saúde, por exemplo, pode ser ainda mais sensível. Como categorizado pelas autoras Barry e Djordevic (2007), se torna uma pechincha em termos de salário e uma expressão grande do que essas organizações são capazes de fazer com pouco - ou tão menos recursos, quando comparadas a outras organizações de luta por direitos.

O patriarcado ensina a mulheres e pessoas LBTs que é obrigação prover cuidado tanto para si mesmas quanto para terceiros. Muitas vezes presenciamos o esgotamento de mulheres ativistas, com o chamado *burn out*, se doando de forma intensa por vários motivos, mas sem dúvida um deles é porque foram ensinadas desde a infância a cuidar do outro e a não colocar limites. Seja pelo apelo que se baseia no fazer por amor (à causa) e não enquanto mais um trabalho (sendo, neste caso, um trabalho de exercício da cidadania e acesso a direitos), que, como tal, deveria ser remunerado e formalmente reconhecido.

Esse tabu colaborou para que, durante muitos anos, essas pautas estivessem invisibilizadas e existisse uma dificuldade em construir essa demanda específica em espaços internacionais de articulação política. Ou seja, além do machismo e racismo institucionalizado, é necessário um movimento de combate ao estigma relacionado ao dinheiro para se poder chegar ao momento que se vive hoje neste campo (Ravindran, 2023), já que tal trabalho não é visto como digno de remuneração. Nessa lógica, seguindo Federici (2017), alguns trabalhos são considerados gratuitos por se associarem à “natureza feminina” de cuidar. hooks

(2021, p. 174) aborda essa questão em *Tudo Sobre o Amor*, ao afirmar que “quando alguém pensa que uma mulher que serve 'se doa porque é isso que as mulheres fazem', nega sua humanidade completa e, assim, falha em ver a generosidade inerente aos seus atos.” Ela ainda acrescenta que “O pensamento machista muitas vezes obscurece que as mulheres fazem a escolha de servir, que elas se doam a partir de um lugar de livre-arbítrio, não porque seja seu destino biológico”. Federici (2017), por sua vez, explica que, historicamente, são as funções relacionadas ao servir — o próprio ato de servir — que têm sido desvalorizadas, resultando em trabalhos não remunerados ou mal remunerados.

Por isso, é justo e necessário que se disputa recursos e poder:

O paradoxo é que, mesmo quando organizações de mulheres e LBT são drasticamente subfinanciadas, elas estão avançando com algumas das estratégias mais progressistas para imaginar e implementar um mundo mais justo e equitativo. Um exemplo é nosso compromisso em financiar grupos mais próximos das comunidades que atendemos. Isso é fundamental. Os fundos feministas são liderados por integrantes dos próprios movimentos — LBT, indígenas, trabalhadoras sexuais, mulheres jovens — que eles apoiam e possuem a confiança, as relações e as capacidades para oferecer suporte a movimentos locais de maneiras mais impactantes do que os doadores tradicionais. Esses fundos também deram origem a outros fundos — como os de Trabalhadoras Sexuais, Trans e Intersexo — para direcionar financiamento a algumas das comunidades mais atacadas e mais carentes de recursos (Federici, 2017, p. 372).

São muitas as formas de parceria neste campo a nível internacional, mas um exemplo relevante é a Aliança pelos Movimentos Feministas (Alliance for Feminist Movements): uma iniciativa com o propósito de aumentar e melhorar o apoio político e financeiro aos movimentos feministas. A Aliança é um espaço único coliderado que reúne a sociedade civil e fundos, a filantropia privada, os governos, e outros aliados. É um espaço de construção de relações e para aprofundar a coordenação de ações coletivas e o aprendizado mútuo. A Aliança se formou no ano de 2021 (Ravindran, 2023, p. 9).

São diversos os exemplos de coalizões iniciadas pelo movimento feminista enquanto uma metodologia para mobilização de ações e destinação de recursos financeiros. Essa é uma das estratégias que estão constituindo as práticas de Fundos de Mulheres e Feministas. Para que seja possível criar o “Ecossistema de Financiamento Feminista”, como os próprios fundos chamam, são realizados

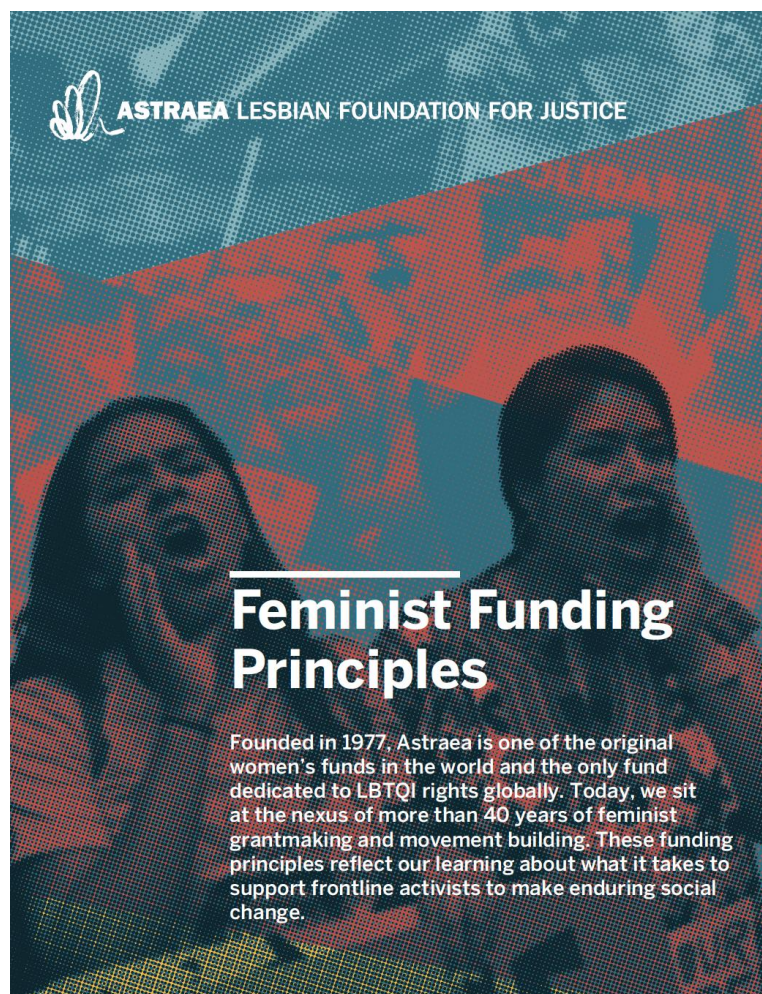
encontros entre movimentos, coletivos e organizações financiadas com financiadores para promover essa rede.

A Associação para o Desenvolvimento dos Direitos das Mulheres (AWID) realiza um trabalho de *advocacy* intenso no campo de reflexão sobre a origem dos financiamentos destinados a organizações da sociedade civil organizada. Na entrevista *Advocacy for resourcing feminist and women's rights movements: an interview with the association for women's rights in development*, realizada em agosto de 2022, uma das estratégias de incidência que elas usaram nesse campo foi para questionar “Onde está o dinheiro para o movimento das mulheres?”. Desde então, este mote vem sendo usado por outras organizações para pautar de que maneira o financiamento trata a dimensão interseccional. De maneira articulada, esta ação tem sido incisiva e alcançou relativo avanço e notoriedade no campo.

3.3 Análise dos documentos

3.3.1 Documento I - Feminist Funding Principles

Figura 1 – Capa do *Feminist Funding Principles*



Fonte: Astraea Lesbian Foundation for Justice (2019).

O documento I da análise é a publicação *Feminist Funding Principles*, elaborado por Astrea Lesbian Foundation For Justice. Astraea é um dos primeiros fundos dedicados ao direito de pessoas LBTs a nível mundial. Fundada em 1977, é uma fundação pública sediada nos EUA, que arrecada todo o recurso investido em seu trabalho, ou seja, não há uma fortuna que origina o fundo. Com raízes na comunidade e nos movimentos LGBTQI+, Astraea realiza parcerias com

fundações, indivíduos e governos para garantir o alcance de recursos àqueles que mais precisam dele. A organização afirma:

Fundamentamos nossa concessão de recursos no feminismo — uma identidade política que desafia normas opressivas e relações de poder. Enraizando nosso feminismo na justiça social, apoiamos especialmente os movimentos e a liderança de pessoas negras, indígenas, pessoas de cor e do Sul Global (Astraea Lesbian Foundation for Justice, 2019, p. 3).

No documento são apresentados os dez princípios básicos de Fundos de Mulheres:

Quadro 2 – Dez princípios básicos de Fundos de Mulheres segundo o *Feminist Funding*

Principles

10 PRINCÍPIOS BÁSICOS DE FUNDOS DE MULHERES	
1	FINANCIAR AS PESSOAS MAIS IMPACTADAS PELA OPRESSÃO DE GÊNERO
2	FINANCIAR ORGANIZAÇÕES QUE TRABALHAM COM DIREITOS DAS MULHERES E OS MOVIMENTOS LGBTQI
3	APLICAR UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA DESMANTELAR FORMAS DE FINANCIAMENTO COMPARTIMENTADAS, OU SEJA, DIVIDIDAS EM MUITOS TIPOS E CONSEQUENTEMENTE COM VALORES MENORES
4	FORNECER FINANCIAMENTO CENTRAL FLEXÍVEL E SUSTENTÁVEL PARA ATIVISTAS
5	FINANCIAR ESFORÇOS PARA PROMOVER MUDANÇAS SOCIAIS E CULTURAIS, JUNTAMENTE COM MUDANÇAS LEGAIS E POLÍTICAS
6	APOIAR A CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS QUE CRUZEM TEMÁTICAS/QUESTÕES E REGIÕES GEOGRÁFICAS
7	IR ALÉM DA CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS: ACOMPANHAR AS ATIVISTAS COM CAPACITAÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS
8	INVESTIR EM SEGURANÇA HOLÍSTICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA
9	APOIAR TRABALHOS NO CRUZAMENTO DO ATIVISMO FEMINISTA, DIREITOS DIGITAIS E LIBERDADE NA INTERNET
10	PARCERIA COM FUNDOS LIDERADOS POR MULHERES E OUTROS ATIVISTAS PARA GARANTIR QUE O FINANCIAMENTO ALCANCE A BASE

Fonte: elaboração própria

Nos princípios expostos foram elaborados aspectos de identidade política da constituição dos Fundos Feministas e Fundos de Mulheres. Algumas palavras chamam atenção nesse sentido, tanto a perspectiva inclusiva de gênero, quanto a de uma prática de acompanhamento aos grupos, além da atuação em rede e da

formação - não só teórica e política, mas também em termos de gestão, por exemplo - das pessoas e organizações beneficiadas. Como afirma Elizabeth M. Gillespie (2019), os fundos de mulheres têm uma série de características que os diferenciam do financiamento convencional governamental e de organizações internacionais de desenvolvimento pois assumem um papel central no ecossistema de financiamento dos direitos das mulheres, principalmente porque são extremamente próximos aos movimentos aos quais eles servem, e tem análises políticas e informações precisas para influenciar a filantropia a identificar questões e investir de maneira mais radical (Hessini, 2020).

A Astrea é uma das seis organizações fundadoras da Rede Prospera iniciada no ano 2000 - junto ao Mama Cash e ao Global Fund for Women. Esses Fundos originados nos Estados Unidos e Europa, decidiram instituir uma organização centralizada para gerar os Fundos de Mulheres - do maior ao menor – com mais oportunidades de colaboração e apoio para fortalecer e aumentar o impacto deste que é chamado o Ecossistema de Financiamento Feminista, conforme o documento nomeia e se evidenciará com maior profundidade no desenvolvimento das análises. Atualmente são 49 Fundos que integram a Rede Prospera, presentes em 172 países.

A seguir, a análise guiada pelas perguntas elaboradas a partir do *Marco Feminista Transnacional Negro*.

Pergunta #1 - São apresentadas no documento analisado informações capazes de informar sobre as múltiplas categorias (raça, classe, gênero, deficiência...)?

O documento analisa o financiamento feminista a partir de um olhar interseccional, reconhecendo que as opressões não se dão de forma isolada, mas se sobrepõem. São destacadas explicitamente as categorias de raça, gênero, sexualidade, classe e deficiência, referenciado especificamente o conceito de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw (2002), em especial nos princípios 1 e 2. Há também uma ênfase em populações negras, indígenas, pessoas de cor e do Sul Global, além de pessoas LGBTQI+ e não-conformes de gênero, sinalizando um esforço para considerar múltiplas camadas de opressão.

Pergunta #2 - No que tange à produção de conhecimento e sistematização de dados, de que maneira essa informação produzida tem compromisso com a interseccionalidade, a defesa da justiça e a promoção de direitos?

Ao longo do documento, a interseccionalidade está presente como princípio estruturante, o que reflete na forma como apresenta as informações e os princípios no documento, bem como os dados e a análise do financiamento. Há um compromisso com a justiça ao apontar que apenas uma fração mínima da ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) e dos recursos privados chega de fato às organizações de base que trabalham com igualdade de gênero e direitos LGBTQI+. Ao sistematizar esses dados, o documento evidencia desigualdades na distribuição de recursos e reforça a necessidade de redistribuir dinheiro como mecanismo de redistribuição de poder, garantindo que agendas e prioridades sejam definidas por quem enfrenta as opressões diretamente. Além disso, na medida em que estão elaborados os princípios para os fundos, há uma produção de conhecimento engajada com a defesa de direitos a partir da atuação dessas organizações.

Pergunta #3 - Como é possível notar compromissos de solidariedade no documento analisado?

A solidariedade aparece de diferentes formas. Primeiro, na prioridade em financiar organizações lideradas por grupos historicamente marginalizados, reconhecendo sua legitimidade e capacidade de gerar transformação. Segundo, na defesa do financiamento flexível e de longo prazo, que permite que organizações definam suas próprias agendas e tenham estabilidade para enfrentar contextos adversos. Terceiro, na proposta de fortalecer movimentos transnacionais e entre diversos temas, estimulando parcerias, redes e espaços de troca entre ativistas. Além disso, a ênfase em segurança holística e justiça restaurativa mostra um cuidado com o bem-estar coletivo e com práticas de cura enraizadas em tradições negras, indígenas e de pessoas com deficiência, reafirmando a solidariedade como prática política e de resistência.

A solidariedade também está presente no investimento em processos de acompanhamento e formação dos grupos financiados. Não somente a garantia de recursos, no formato como é defendido, mas também o fomento a espaços de

formação e qualificação do trabalho, bem como de articulação internacional, são formas de cuidado e de promoção da autoestima destes grupos a partir de seus potenciais.

A atuação em rede também reafirma essa dimensão de solidariedade, uma vez que o entendimento não é isolado, mas sim construído a partir de coletividade: “de 2011 a 2015, os membros da Rede Próspera mobilizaram US\$ 313,5 milhões e apoiaram 5.127 organizações de direitos humanos de mulheres em 173 países” (Astraea Lesbian Foundation for Justice, 2019, p. 12).

Pergunta #4 - É possível notar na análise desse documento as divisões, as distâncias e as diferenças entre pessoas, grupos, organizações, regionalidades ou qualquer outra dimensão que se relacione com a noção de fronteira e limite?

O documento reconhece divisões tanto estruturais quanto geográficas. Ele mostra que, embora haja compromissos globais de financiamento para igualdade de gênero, a maior parte dos recursos não chega às organizações de base, revelando uma distância entre grandes doadores (fundações, governos) e movimentos locais. Também explicita a desigualdade entre Norte e Sul Global, indicando a necessidade de direcionar recursos para lideranças e organizações que operam em contextos periféricos. As diferenças entre categorias de identidade (raça, gênero, sexualidade, deficiência, classe) também são apresentadas não como fragmentações isoladas, mas como interseções que criam barreiras adicionais e, ao mesmo tempo, reforçam a importância de estratégias coletivas para atravessar essas fronteiras.

Nesse sentido, também é interessante notar que no documento são trabalhadas dimensões de defesa de processos de autonomia e autogestão territorial, compreendendo a dimensão dos limites da atuação de um fundo feminista em relação aos territórios, afirmando o respeito e a autogestão enquanto princípios também. Esta dimensão também está mobilizada na defesa de fundos flexíveis que permitem a estruturação das organizações, bem como a decisão autônoma da destinação deles: “aqueles que estão mais próximos dos problemas que precisam ser resolvidos estão melhor posicionados para definir suas próprias prioridades e determinar para onde os recursos serão destinados” (Astraea Lesbian Foundation for Justice, 2019, p. 8).

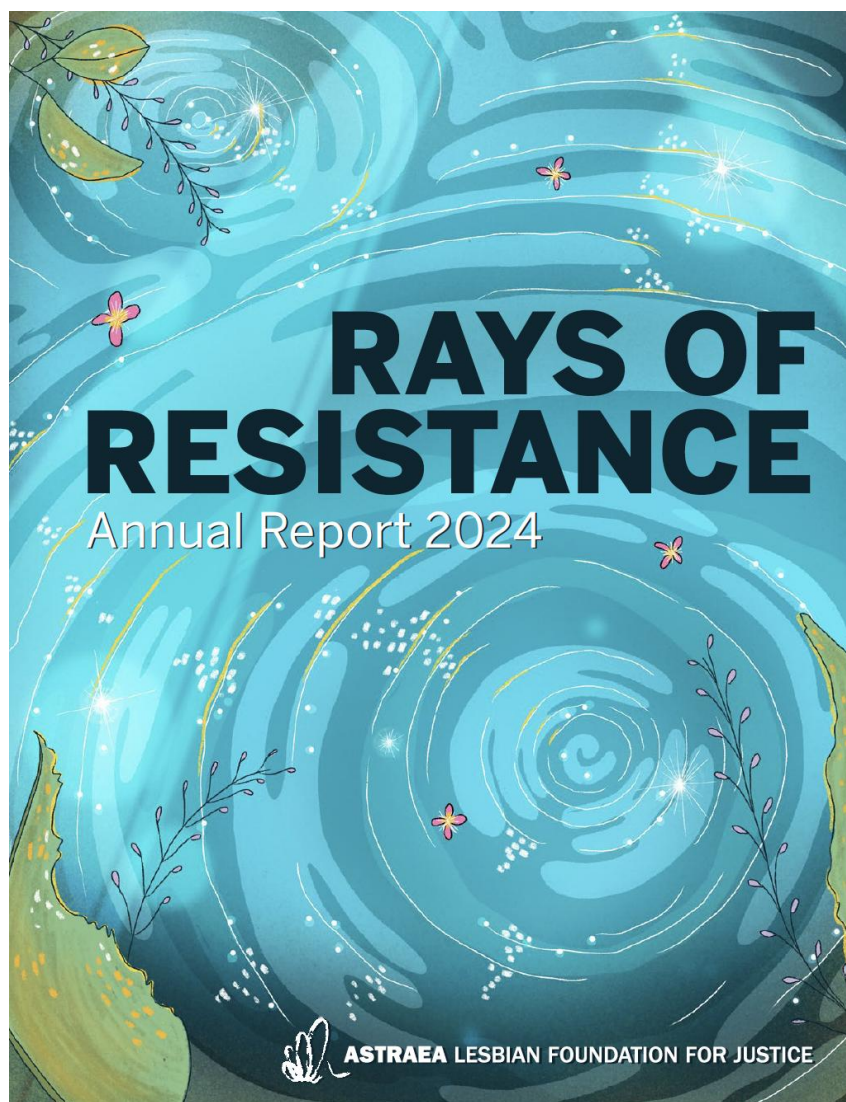
Outra dimensão bastante presente na defesa dos princípios dos fundos de mulheres e dos fundos feministas é a promoção de financiamentos de longo prazo, que no caso da Astraea tem duração de 5 a 10 anos: 80% dos financiamentos realizados são renovações, já que há uma compreensão do fundo que para o avanço real é necessário apoios que não sejam focados somente em projetos, com duração de 12 meses, mas apoios de longo prazo que permitam o desenvolvimento no território daquele processo organizativo. Esse compromisso de longo prazo também tem como objetivo responder a uma das questões apresentadas a partir dos dados levantados sobre o cenário global do financiamento a mulheres, feministas e pessoas trans, intersex e outras identidades, que é o subfinanciamento. São, muitas vezes, as organizações que menos recebem recursos aquelas que são capazes de realizar um trabalho que abrange mais dimensões temáticas e interseccionais.

Pergunta #5 - De que maneira eu percebo a minha interação com o documento analisado?

Como uma mulher lésbica, tenho uma identificação direta com as defesas feitas pelo fundo Astraea, assim como também valorizo o compromisso de construção coletiva desde os processos de financiamento de longo prazo. A experiência do fundo Astraea de incubadora de novos fundos, como é o caso do International Trans Fund, que desde a sua fundação recebeu apoio e formação do Astraea, demonstra também o protagonismo neste campo dos fundos feministas de pessoas LBTs. Acredita-se que o fato de serem essas as lideranças feministas que começam esse movimento, especialmente mulheres lésbicas, há um compromisso radical, já que a violência patriarcal contra esses corpos é intensa. Há ainda um compromisso, e a liderança de pessoas negras, o que também contribui de maneira importante para a posicionalidade do fundo. É marcante a data de criação do Astraea, que remonta aos anos 1970, assim como o fato de ser uma organização que depende da captação ativa de recursos, uma vez que não conta com um investimento inicial privado, o que se acredita que possa contribuir para o desenvolvimento de relações de liderança e poder com maior consciência e respeito.

3.3.2 Documento II - Rays of Resistance

Figura 2 – Capa do *Rays of Resistance*



Fonte: Astraea Lesbian Foundation for Justice (2025).

O relatório anual da Astraea materializa em dados recolhidos ao longo de um ano os princípios que foram enumerados pela própria organização no documento anterior. A seguir, a análise a partir das perguntas do Marco Metodológico desta pesquisa.

Pergunta #1 - São apresentadas no documento analisado informações capazes de informar sobre as múltiplas categorias (raça, classe, gênero, deficiência...)?

Assim como no documento I, são basilares as referências reflexivas e analíticas da interseccionalidade no relatório do Astraea, fazendo menção às categorias de opressão articulando gênero, raça, etnia, sexualidade, classe, deficiência e localização geográfica. Segundo os dados apresentados, foram apoiados 209 grupos em 76 países com o total de US\$ 5,5 milhões de fundos flexíveis.

Figura 3 – O impacto em números



Fonte: Astraea Lesbian Foundation for Justice (2025, p. 9).

Pergunta #2 - No que tange à produção de conhecimento e sistematização de dados, de que maneira essa informação produzida tem compromisso com a interseccionalidade, a defesa da justiça e a promoção de direitos?

A produção de conhecimento apresentada no documento reforça a ideia de que redistribuir recursos é também redistribuir poder e que agendas de transformação devem estar sob controle das próprias comunidades impactadas. Os dados trazidos — como o fato de apenas 1,4% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) chegar a organizações focadas em igualdade de gênero ou de apenas 4% do financiamento filantrópico de direitos humanos ir para

organizações LGBTQI+ — ilustram desigualdades estruturais da CID. A sistematização desses números serve para denunciar as distâncias entre compromissos globais e recursos efetivamente disponíveis, além de fundamentar o argumento de que o financiamento deve ser interseccional, de longo prazo e flexível. Assim, o compromisso é explícito: fortalecer justiça social e promover direitos através de dados que sustentam a urgência de transformação estrutural.

Pergunta #3 - Como é possível notar compromissos de solidariedade no documento analisado?

A Astraea (2025) afirma o avanço em sua prática de identificar e financiar ativistas LGBTQI+ que trabalham na intersecção de justiça racial, climática, reprodutiva, econômica e de gênero. O compromisso, portanto, de se manter nos territórios e construindo o entendimento de que todas as libertações de opressão estão conectadas é a estratégia também adotada para combater o caos, o isolamento e a confusão, que têm sido dimensões presentes na disputa no campo social.

Pergunta #4 - É possível notar na análise desse documento as divisões, as distâncias e as diferenças entre pessoas, grupos, organizações, regionalidades ou qualquer outra dimensão que se relacione com a noção de fronteira e limite?

Este relatório traz uma dimensão importante que é a de perseguição dos grupos feministas e de mulheres por líderes da extrema direita. O ataque às iniciativas da comunidade LGBTQI+ demonstra, para o diretor executivo da organização, que as ações de enfrentamento às violências de gênero e sexualidade têm sido bem-sucedidas na medida em que há o crescimento de organizações com esse enfoque, assim como a criação de fundos específicos para alguns grupos dentro da população LGBTQI+.

Pergunta #5 - De que maneira eu percebo a minha interação com o documento analisado?

O relatório provocou a pensar no contexto atual de avanço da extrema direita a nível internacional, com perseguição a pessoas como a autora, mas também a corpos que vivem em contextos de extrema vulnerabilidade, como é o caso de

pessoas LGBTQIA+ em contextos de guerra e conflito. O Astraea tem um papel importante nesse sentido, não só por estar na vanguarda, mas por garantir uma cobrança no que tange à qualidade do debate sobre orientação sexual e identidade de gênero no campo do financiamento.

3.3.3 Documento III - Change That Lasts

Figura 4 – Capa do *Change that lasts*



Fonte: Mama Cash (2024).

O documento analisado reúne em grande riqueza a história de Mama Cash, que junto à Astraea, é um dos mais antigos fundos de mulheres. Fundada em 1983 por cinco feministas lésbicas holandesas, a organização se inicia com o

investimento de uma das cofundadoras, Marjan Sax³⁸. Herdeira única de um investidor do comércio internacional de minério de ferro, a ativista decide investir sua herança para o início deste Fundo.

Pergunta #1 - São apresentadas no documento analisado informações capazes de informar sobre as múltiplas categorias (raça, classe, gênero, deficiência...)?

A dimensão da interseccionalidade aparece no relatório de diversas maneiras, uma delas é que Mama Cash trata a violência de gênero como um instrumento que sustenta desigualdades interligadas — de raça, classe, sexualidade e autoritarismo.

Ativistas feministas integraram o ativismo contra a violência de gênero em movimentos mais amplos que se opõem à injustiça social, jurídica e econômica, ao extremismo, ao racismo, ao heterossexismo, à hostilidade contra pessoas trans e intersexo e ao autoritarismo. Elas têm articulado como a violência é usada como uma ferramenta para impor normas desiguais de gênero, relações de poder patriarcais e consolidar regimes autocráticos (Mama Cash, 2024, p. 55).

Uma das dimensões mais radicais do trabalho do Mama Cash é o apoio a trabalhadoras sexuais articulando direitos de saúde, trabalho, migração e em diálogo com outros movimentos.

O apoio inicial e consistente da Mama Cash aos direitos das trabalhadoras sexuais foi um fator fundamental na transformação do financiamento e do reconhecimento que elas recebem, especialmente entre financiadores de direitos das mulheres e de direitos humanos. [...] As trabalhadoras sexuais conseguiram conquistar aliadas em todos os movimentos feministas e trabalhistas, em todas as regiões do mundo (Mama Cash, 2024, p. 63).

O trabalho contínuo com as trabalhadoras sexuais fez com que a intersecção se tornasse prática nas alianças construídas de maneira concreta. Nesse sentido, consta no documento a criação de “um mundo em que as trabalhadoras sexuais estão realizando incidência para a segurança de pessoas trans”, por exemplo, mas também onde os sindicatos de trabalhadoras domésticas defendem os direitos de pessoas trans e LBQ e do fim da violência sexual e discriminação contra

³⁸ Mama Cash. *Marjan Sax's inheritance was Mama Cash's seed financing*. Disponível em: <https://www.mamacash.org/marjan-saxs-inheritance-was-mama-cashs-seed-financing/>. Acesso em: 18 set. 2025.

trabalhadoras sexuais. Vislumbra-se a criação de um mundo onde ativistas ambientais estão lutando por mulheres e meninas portadoras de deficiências, assim como mulheres negras e indígenas estão construindo cuidado coletivo para defensores de direitos humanos (Mama Cash, 2024, p. 122).

Pergunta #2 - No que tange à produção de conhecimento e sistematização de dados, de que maneira essa informação produzida tem compromisso com a interseccionalidade, a defesa da justiça e a promoção de direitos?

Nos 40 anos de trabalho do Mama Cash, ativistas migrantes, negras e indocumentadas produziram informações e ações políticas novas que só foram possíveis devido ao apoio comprometido com essas organizações, em especial organizações da Turquia, Marrocos, Índia, Suriname e mulheres sem documentos³⁹. E elas afirmam “e, mais criticamente, ser politicamente explícitas [...] Sempre quisemos fazer coisas mais controversas, e a Mama Cash era nossa principal financiadora” (Mama Cash, 2024, p. 68).

O próprio relatório é um esforço relevante para a sistematização e consolidação de diversas informações sobre os fundos e sobre os movimentos financiados por esses fundos. Uma produção com objetivo de sustentar com dados e referencial os posicionamentos assumidos publicamente. Uma das principais defesas nesse sentido é o papel que as redes desempenham nesse processo, afirmadas como cruciais para o alcance de mudança que se sustente durante anos e até mesmo décadas. Essas redes servem para romper com o isolamento, estabelecer novos círculos relacionais, aprofundar laços e criar espaços para o diálogo e a discordância, a fim de construir aprendizados que se mantêm e transformam com o passar do tempo. Assim, essas redes servem como “uma incubadora e multiplicadora de novas estratégias, e um repositório de conhecimento histórico e de abordagens diversas” (Mama Cash, 2024, p. 116). Ou seja, o conhecimento é visto como produto coletivo e estratégico, incubado pelas redes feministas. Um exemplo é a Aliança GAGGA⁴⁰, criada em 2016, quando Mama Cash e FCAM fortaleceram

³⁹ Termo utilizado pelas próprias mulheres já que buscam visibilizar a condição de pessoa sem documentos de cidadania.

⁴⁰ GLOBAL ALLIANCE FOR GREEN AND GENDER ACTION (GAGGA). *Home*. 2025. Disponível em: <https://gaggaalliance.org/es/>. Acesso em: 18 set. 2025.

movimentos de justiça ambiental feminista, integrando agendas de clima e de direitos das mulheres. Essa experiência é referência internacional.

Pergunta #3 - Como é possível notar compromissos de solidariedade no documento analisado?

A solidariedade é notável nos compromissos descritos no documento nos dados sobre os financiamentos realizados pelo Mama Cash a 209 grupos em 76 países, em um total maior do que \$ 5.5 milhões em financiamento flexível. O apoio também foi direcionado a outros fundos feministas: “A Mama Cash destinou, ao longo de quatro décadas, mais de um quarto de seus recursos de doação a 66 fundos de mulheres e feministas, oferecendo a eles apoio central de longo prazo” (Mama Cash, 2024, p. 116). Solidariedade, nesse sentido, está como uma estratégia de sustentabilidade ao ecossistema, investindo em outros fundos e nesta rede.

O fato de o fundo ter se iniciado a partir do investimento de uma herdeira não veio a público até anos depois da fundação já estar estabelecida. Nesse processo, Sax dedicou também energia ao aumento de doadoras herdeiras para causas feministas. Este processo, inspirado por uma outra rede de mulheres herdeiras nos EUA, foi liderado por Sax compreendendo que muitas vezes essas mulheres herdeiras eram pessoas que não estavam munidas de informações que as permitisse ter autonomia sobre suas fortunas, fazendo com que elas estivessem muitas vezes dependentes de avaliações externas, que segundo a feminista, eram muitas vezes homens com perspectivas conservadoras. Além de estruturar uma rede de herdeiras, foram realizados também cursos de gestão financeira para elas e para lideranças feministas, apontando para uma questão levantada por Jane Barry e Jelena Djordjevic (2007), no livro *Que Sentido Tem a Revolução Se Não Podemos Dançar?*: a herança como uma dimensão cultural central no patriarcado.

Portanto, nesse documento, a solidariedade é tratada como o ecossistema de movimentos sociais, desde o local, passando pelo regional e chegando às redes transnacionais que são capazes de quebrar o isolamento que nos permite avançar com condições favoráveis para transformação nos níveis nacionais e internacionais. Um exemplo destacado no relatório é o processo que vem sendo feito em Fiji e na região do pacífico, nutrindo grupos a partir da organização Diva, para responder aos impactos das mudanças climáticas ao mesmo tempo que cria e desenvolve uma

comunidade de mais liberdade, equilíbrio ecológico, justiça e a segurança de mulheres, meninas e pessoas LGBTQI+.

Pergunta #4 - É possível notar na análise desse documento as divisões, as distâncias e as diferenças entre pessoas, grupos, organizações, regionalidades ou qualquer outra dimensão que se relacione com a noção de fronteira e limite?

No início de sua atuação, nos anos 1980-1990, Mama Cash distribuiu 3/4 dos recursos na Holanda, mas gradualmente atravessou fronteiras para apoiar movimentos no Sul Global (Nairobi em 1985, grupos feministas no pós-URSS, etc.). Isso mostra uma transição gradual da escala nacional para transnacional, assim como a construção de redes transnacionais como forma de atravessar fronteiras de isolamento organizativo estatal. Em 1998, no aniversário de 15 anos do Mama Cash, foi realizado o lançamento da Rede Internacional de Fundos de Mulheres, que se tornou a Prospera depois.

Mama Cash também apresenta dados no relatório da importância de romper a fronteira literal: garantir que ativistas cruzem limites geográficos e políticos para ocupar espaços globais.

Para ampliar o acesso às agendas internacionais e à tomada de decisões, a Mama Cash concedeu mais de 660 bolsas de viagem, totalizando quase €2,6 milhões, para possibilitar que centenas de feministas viajassem a conferências regionais e internacionais, sendo a maioria mulheres racializadas, além de pessoas trans e intersexo (Mama Cash, 2024, p. 69).

O GAGGA (2016) também é exemplo de fronteira: une financiamento climático e de gênero, campos tradicionalmente separados para uma atuação conjunta e com diálogo entre organizações feministas e fundos que facilitam regionalmente a seleção e acompanhamento dos financiamentos.

Pergunta #5 - De que maneira eu percebo a minha interação com o documento analisado?

A interação minha interação foi bastante intensa, uma vez que a impactou o fato de que são mais de 40 anos de existência de um fundo que defende as mais diversas populações oprimidas no mundo. Falar sobre trabalhadoras sexuais, mesmo entre feministas, é um posicionamento importante. Assim como financiar iniciativas de apoio ao aborto ou a abertura de lojas de venda de brinquedos sexuais.

Tudo isso aconteceu com o apoio desta organização nos últimos anos. Então, o primeiro sentimento foi um impacto do que essas pessoas foram capazes de realizar.

Outro ponto foi, sem dúvida, o fato de que o fundo foi criado a partir de uma fortuna herdada. Essa condição fundante, ainda mais pela forma como a herdeira lidou com isso, também prova sentimentos de questionamento, além de reflexão e rompimento com ideias que antes já estavam consolidadas na mente da autora. Deu-lhe a possibilidade de refletir também sobre o que é possível fazer com a realidade que ela tem, mas do que sonhar ou lutar por outras.

Por fim, a centralidade que Mama Cash deu nos últimos anos para a coletivização do seu processo de decisão, assim como para o fortalecimento de redes internacionais. Esses, sem dúvidas, são aprendizados que foram pautados e reivindicados pelos próprios movimentos financiados e pela reflexão das pessoas profissionais que estão atuando no fundo, e isso é um avanço importante.

3.3.4 Documento IV - Onde está o dinheiro para os movimentos das feministas negras?

Figura 5 – Capa do *Onde está o dinheiro para os Movimentos das Feministas Negras?*



Fonte: Black Feminist Fund (2023).

O Fundo Feminista Negra foi criado em 2021 e é um dos mais recentes fundos internacionais, mas tem tido grande impacto no sistema de financiamento. Neste caso há uma preocupação em garantir recursos para o movimento feminista negro, assim como denunciar a maneira como não só o sistema de financiamento tradicional, mas também o próprio financiamento feminista ainda precisa avançar em números totais de financiamento direcionado por raça e etnia. Este relatório é estratégico na medida em que ele lança uma ação internacional em parceria com outras organizações para o levantamento de informações destacadas por raça e etnia, já que apesar de ser um tema amplamente falado, além de não ser financiado, não é registrado de maneira que fortaleça a ação de transformação.

Repetidas vezes, ao longo de uma década, enquanto semeávamos, construíamos e discutíamos a possibilidade de um fundo global para, por e com os movimentos feministas negros, ouvimos o mesmo refrão: somos negligenciadas, subfinanciadas e espera-se que transformemos sistemas com migalhas. Com uma comunidade crescente comprometida com a construção do Black Feminist Fund, estamos determinadas a mudar isso (Black Feminist Fund, 2023, p. 5).

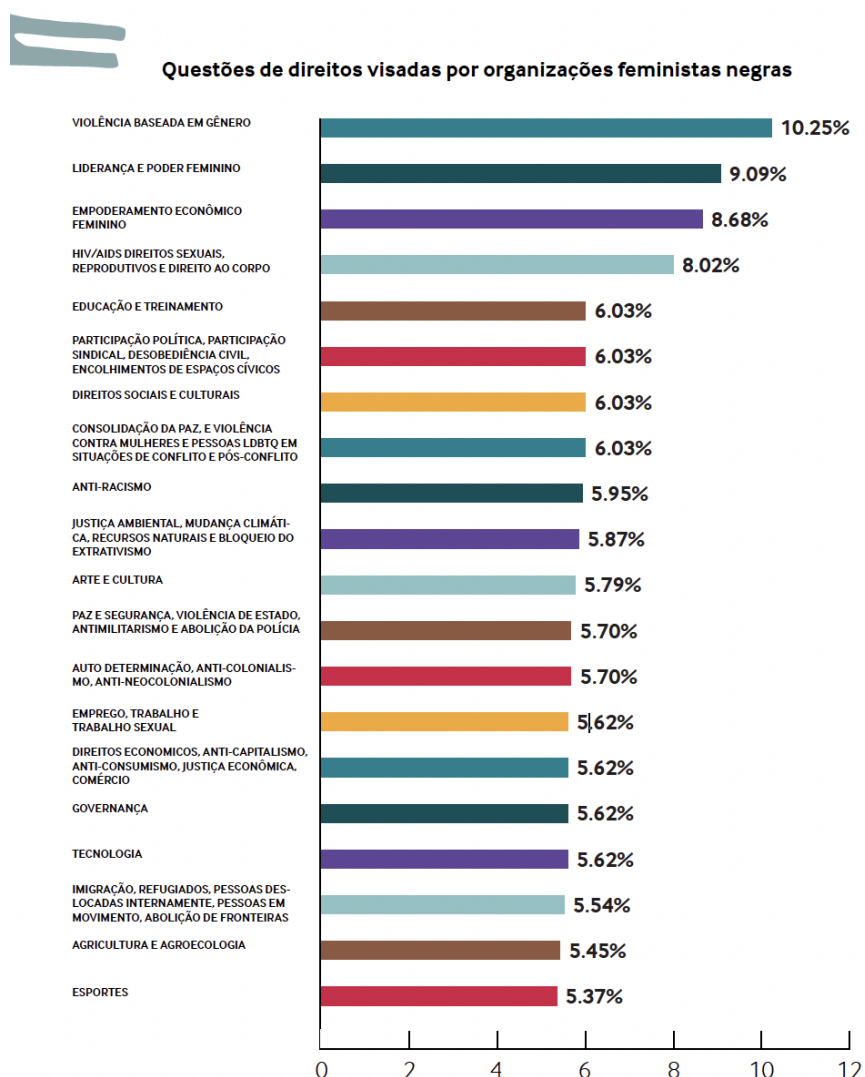
Pergunta #1 - São apresentadas no documento analisado informações capazes de informar sobre as múltiplas categorias (raça, classe, gênero, deficiência...)?

A interseccionalidade é bastante influente na reflexão de ativistas negras e no documento isso se comprova de muitas maneiras. A começar pela estratégia de lançamento de um relatório que pudesse apresentar um manifesto com levantamento robusto de dados. Ou seja, na medida em que é realizada uma pesquisa levantando dados sobre a situação do financiamento para organizações de direitos humanos e especificar diretamente o que está ou não sendo destinado ao trabalho desenvolvido por mulheres e LGBTQI+ negras. Expor a realidade do financiamento para o próprio movimento e para as organizações negras feministas é escancarar as dimensões de racismo, colonialismo e todas as outras intersecções que estão neste contexto.

“O feminismo negro é um pensamento e uma prática que emerge das realidades e da alquimia de mulheres negras e pessoas de gênero diverso” (Black Feminist Fund, 2023, p. 66). Quando debatemos financiamentos radicalmente comprometidos com a transformação da realidade, como foi feito até agora, é também necessário incidir no que é chamado de “miopia de setores filantrópicos” em relação à interseccionalidade, o que leva ao apagamento sistemático de temas estratégicos e ao financiamento de projetos monotemáticos que nem sempre respondem às questões matizadas e entrelaçadas tais como abordadas nos movimentos feministas negros.

No documento, então é apresentada a capacidade interseccional de organizações feministas negras:

Tabela 1 – Questões de direitos visadas por organizações feministas negras



Fonte: Black Feminist Fund (2023, p. 58).

Pergunta #2 - No que tange à produção de conhecimento e sistematização de dados, de que maneira essa informação produzida tem compromisso com a interseccionalidade, a defesa da justiça e a promoção de direitos?

No que tange à produção de conhecimento ativista, o relatório assume um papel fundamental e estratégico. Sendo o trabalho de cinco feministas negras de

diferentes partes do mundo⁴¹, que se dedicaram a refletir, criar e levantar os dados necessários, essa ação se torna um chamado, uma pergunta como está no próprio título do documento.

Em *Embarking on a Quest*, ela reúne uma crítica ao chamado ativismo feminista que ignora ou ofusca a existência e realidades de mulheres negras, meninas e pessoas trans, e lança luz sobre as maneiras pelas quais as feministas negras não estão apenas resistindo às interseções da opressão que enfrentam, mas também criando suas próprias narrativas e conhecimentos (Black Feminist Fund, 2023, p. 9).

Esse compromisso aparece na centralidade das vozes negras e trans na produção do conhecimento. As autoras do relatório questionam diretamente o apagamento sistemático produzido pelo racismo, pelo colonialismo e pela lógica patriarcal na construção de dados e na sistematização de informações, nesse caso, do financiamento internacional. Para além da crítica, há uma proposta de novas formas de visibilizar ausências e lacunas históricas nesse conhecimento. A ausência de categorização por raça, orientação sexual e identidade de gênero reforça a marginalização dos movimentos feministas negros e trans.

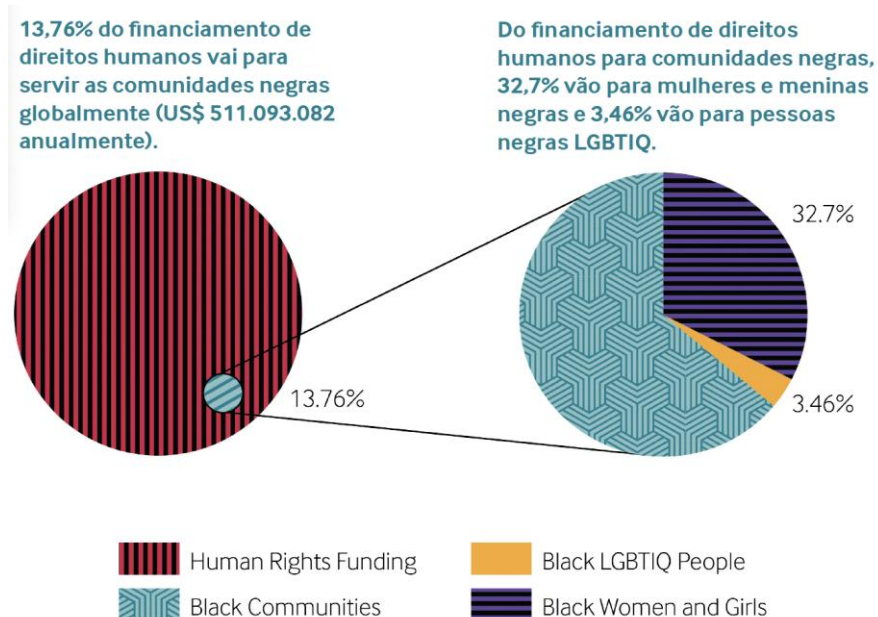
Isso torna quase impossível ter uma visão abrangente e diversificada dos esforços para financiar o trabalho feminista negro [...]. Por isso é fundamental a produção de pesquisas e relatórios como esse analisado pelo BFF, uma vez que reúne e se torna um dossiê sobre esse campo especificamente, novamente, uma denúncia ao estado atual das artes (Black Feminist Fund, 2023, p. 14).

Do total de recursos direcionados ao financiamento dos direitos humanos, o total de \$ 511 milhões de dólares foram identificados como direcionados para pessoas de ascendência africana em todo o mundo⁴². Deste total, \$ 291 milhões de dólares para a África subsaariana e \$ 220 milhões para pessoas de ascendência africana em outras regiões. Na tabela abaixo, podemos compreender também como o total de recursos destinados comunidades negras estão divididas em termos de população negra LGBTQI+, mulheres e meninas e comunidades negras.

⁴¹ Together, Awa Fall Diop, Cynthia Eyakuze, Maie Panaga Babker, Yannia Sofia Garzón Valencia and Timiebi Souza-Okpofabri, five Black feminists from around the world brought their brilliance to bear to create *Where is The Money for Black Feminist Movements?*

⁴² Os valores totais de referência foram calculados a partir do Relatório: GenderNet, Development finance for gender equality and women's empowerment: A 2021 snapshot, 2021.

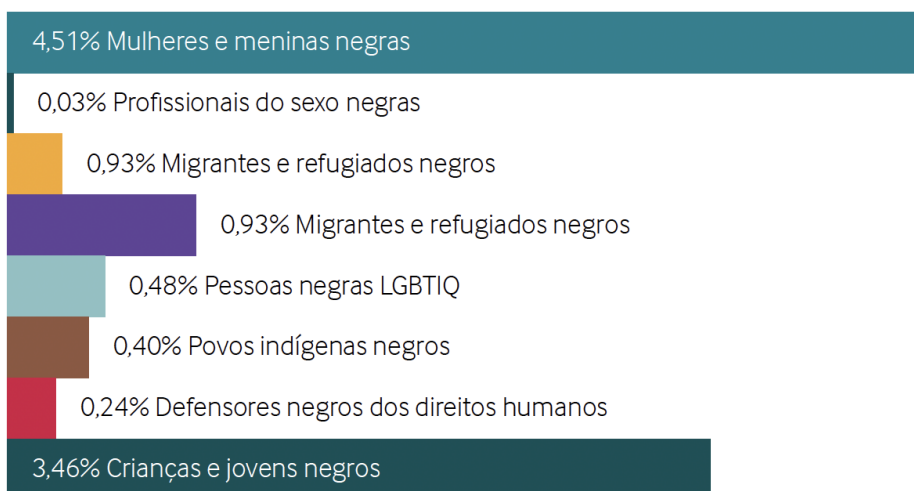
Tabela 2 – Recursos para a Comunidade Negra: Divisão por Gênero, Orientação Sexual e Idade



Fonte: Black Feminist Fund (2023, p. 2).

O relatório também apresenta a divisão do total de financiamento de direitos humanos divididos entre interseccionalidade de gênero, profissionais do sexo, migrantes e refugiados, pessoas indígenas, negros, defensores de direitos humanos negros, crianças e jovens.

Tabela 3 – Porcentagem de financiamento de direitos humanos para comunidades negras

Porcentagem de financiamento de direitos humanos (em valores em dólares) que vai para comunidades negras globalmente

Fonte: Black Feminist Fund (2023, p. 16).

Os dados com essa distinção são importantes inclusive porque muitas vezes é uma forma de questionar o que os próprios fundos de financiamento estão afirmando financiar, porque, segundo as autoras, “as prioridades declaradas dos doadores e as práticas de financiamento nem sempre coincidem” (Black Feminist Fund, 2023, p. 27). É impactante ver a dimensão em números do financiamento para mulheres negras, meninas e comunidades trans. Ter essa informação é estratégico para a incidência, como foi o exemplo do mapeamento feito pelo Mama Cash sobre movimentos feministas negros e muçulmanos na Europa.

E quando proporcionamos isso em nível global: se de todo o financiamento de direitos humanos – \$ 3,7 bilhões de dólares em 2018, apenas \$ 17,8 milhões de dólares, cerca de 5% do financiamento foi para mulheres negras, meninas e pessoas trans, isso significa que apenas 0,1% - 0,35% das doações globais para fundações foram para mulheres negras, meninas e pessoas trans (p.8). E o relatório ainda afirma que nos financiamentos bilaterais é seguro dizer que talvez não haja nenhum recurso indo diretamente para um grupo de feministas negras — porque justamente não há informações para comprovar que há.

O relato compartilhado no documento analisado do Fundo Negro Trans indica que o financiamento para comunidades trans existe, e são comunicados a essas organizações, porém uma restrição que foi denunciada é o fato de que esse

financiamento não pode ser repassado por meio de organizações comunitárias lideradas por pessoas trans — ou seja, é necessário que uma organização que não é trans assuma a gestão financeira de um recurso. Da mesma maneira, Tynesha McHarris (*apud* Black Feminist Fund, 2023, p. 27) traz a questão da visibilidade sobre a violência racista: “os financiadores são frequentemente mobilizados em torno da morte negra, mas menos interessados em financiar a vida negra”.

Outro ponto levantado pelas autoras do relatório é a maneira como o financiamento, que como vimos anteriormente é pouco, vem condicionado por burocracias, marcado pela experiência de financiamento curto, de 12 meses, e em formato de projeto. Há também dados relevantes sobre o volume de financiamento que vai para a atuação no tema racial e que é liderado por pessoas brancas, caucasianas e europeias (no mundo, mas também em países do continente africano).

Quando o debate sobre financiamento é posto a partir de uma perspectiva de confiança para beneficiadas pelo recurso do Fundo Feminista Negra, isso depende das condições associadas à origem desse financiamento dentro do Fundo. Porque isso implica mais trabalho; dinâmicas de checagem de conformidade; condicionamento do investimento, com auditoria e gastos burocráticos com pessoas externas à organização. E essa “questão de confiança racializada e de gênero” nomeada pelas autoras é a denúncia do racismo no sistema de financiamento direto e também no financiamento flexível. Esse racismo se materializa em dados sobre a diferença de financiamento direto e de financiamento flexível para duas regiões de maioria negra, que são África e Caribe:

apenas 33% do financiamento de direitos humanos foi diretamente para organizações com sede na África, com apenas 8% como financiamento flexível, enquanto no Caribe, apenas 18% foi diretamente para organizações com base lá, com escassos 2% que eram flexíveis (Black Feminist Fund, 2023, p. 28).

Há um dado importante sobre a falta de confiança especificamente com a capacidade de liderança de organizações africanas. Nesse sentido, são levantados os estigmas comuns: líderes locais não cumprem contratos, podem ser corruptos, não denunciam os problemas que vivem de forma suficiente e tantas outras são imagens associadas pela branquitude às figuras africanas. Essa narrativa corrobora o que acontece de fato no repasse de recursos: a maior parte deles vai para organizações internacionais e não para organizações locais. E aqui também com as mesmas lógicas coloniais de sempre: a ideia é que ONGs internacionais são

profissionalizadas, urbanas e com habilidades desenvolvidas, passam credibilidade e têm os recursos necessários para lidar com doadores internacionais.

Figura 6 – “Essas barreiras não”



Fonte: Black Feminist Fund (2023, p. 37).

Pergunta #3 - Como é possível notar compromissos de solidariedade no documento analisado?

No relatório analisado é levantada a questão do autofinanciamento e ela é interessante para pensarmos sobre a solidariedade. “Somos nossos próprios pilares” para a abertura do tema não é somente um recurso textual, mas é assim a realidade: não existe outro pilar que não o próprio trabalho de ativistas negros para sustentar o seu campo. E nesse sentido, voltamos a questão colocada anteriormente: os fundos negros não contam com uma herança ou um grande investimento de início. O levantamento de dados feito documenta pela primeira vez como as organizações feministas negras autonomamente fornecem seu próprio trabalho e coletivamente fornecem recursos umas às outras. Há uma longa história de autofinanciamento feminista de várias maneiras, desde o voluntariado até a doação de serviços em espécie, recursos financeiros e outros. Quem tem compromissos de solidariedade com a organização do movimento negro? E a estratégia tem sido avançar em

caminhos de autonomia: “as Organizações Feministas Negras (BFOs), embora muito dependentes de fundações financiadoras, estão desenvolvendo estratégias para gerar seus próprios recursos.”

Pergunta #4 - É possível notar na análise desse documento as divisões, as distâncias e as diferenças entre pessoas, grupos, organizações, regionalidades ou qualquer outra dimensão que se relacione com a noção de fronteira e limite?

O texto do relatório evidencia como a filantropia não é homogênea, mas marcada por fronteiras simbólicas e materiais. Uma primeira divisão importante aparece entre a filantropia que apoia agendas de justiça racial, de gênero e sexualidade, e outra parte significativa se opõe diretamente a ideias e práticas feministas negras, chegando até a financiar agendas de extrema direita. Essa diferença já mostra uma fronteira política no interior do campo filantrópico. Em seguida, emergem fronteiras geopolíticas: o documento mostra como há um fluxo desigual de recursos, em que organizações do Norte são financiadas para trabalhar sobre questões africanas, como citado anteriormente, enquanto organizações africanas locais são sistematicamente preteridas. Essa assimetria cria uma divisão entre quem fala sobre a África e quem vive e organiza a luta na África, revelando um limite colonial reproduzido pela filantropia contemporânea.

Outra fronteira aparece na dimensão racial e de confiança: existe uma “lacuna de confiança racializada” (Black Feminist Fund, 2023, p. 8) que impede que grupos negros – especialmente no Sul Global e em comunidades negras marginalizadas do Norte Global – acessem diretamente os financiamentos. Esse limite não é técnico, mas estrutural, enraizado na supremacia branca, nas origens “civilizatórias” e caritativas do desenvolvimento. No campo dos impactos, as divisões ficam ainda mais evidentes quando se nota que 81% das organizações feministas negras não possuem recursos suficientes para atingir seus objetivos. Isso cria um limite material: esses grupos dependem de trabalho voluntário e de processos de auto-organização, enquanto fundos específicos de feministas negras só conseguem atender entre 12–40% da demanda.

O documento também sugere que, ao marginalizar e subfinanciar movimentos feministas negros, o sistema global de financiamento cria uma barreira que não é apenas financeira, mas também epistêmica e política: ele limita quais narrativas, conhecimentos e agendas podem prosperar e quais são interditadas.

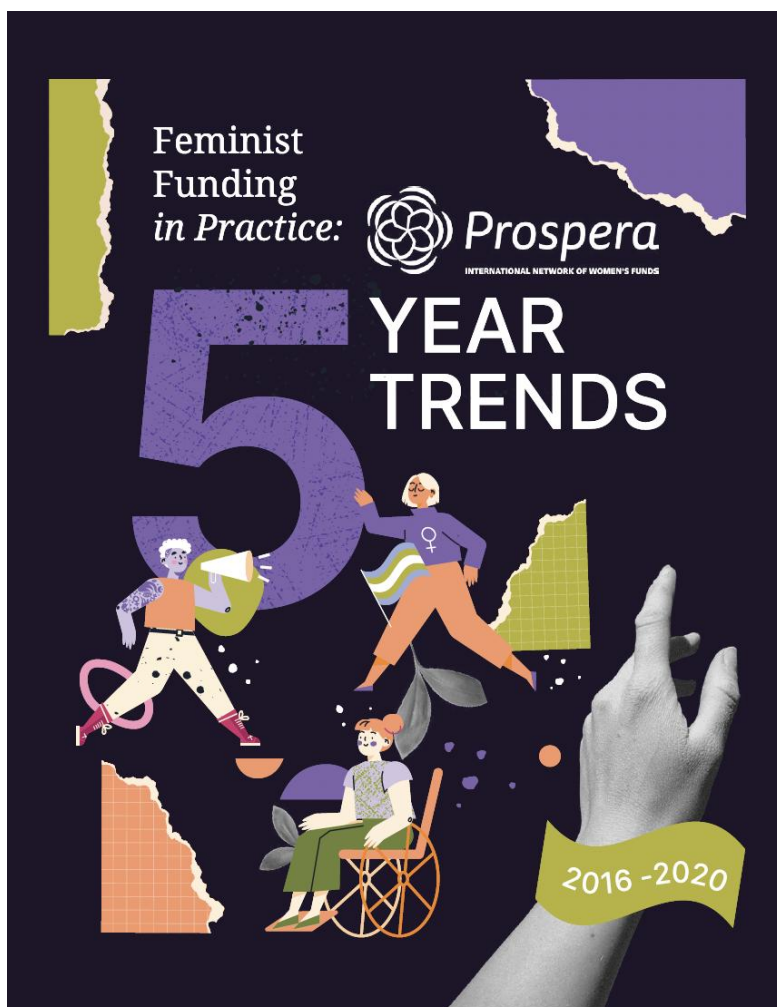
Portanto, a análise evidencia fronteiras que se sobrepõem: políticas (entre agendas de esquerda e direita), raciais (entre organizações negras e brancas), geopolíticas (Norte/Sul), de confiança (quem merece ser financiado), e materiais (quantidade de recursos disponíveis). Essas fronteiras estruturam as desigualdades no campo da filantropia e revelam que ignorar ou sufocar movimentos feministas negros tem um custo social, político e econômico profundo.

Pergunta #5 - De que maneira eu percebo a minha interação com o documento analisado?

A análise do documento revela especial relevância, sobretudo por se tratar do único texto em português entre os analisados. Isso demonstra uma compreensão do que é relevante e que vem sendo debatido por lideranças a nível internacional: a possibilidade de acessar informações desse porte em vários idiomas. É marcante também a magnitude que essa ação tem tomado, especialmente pela robustez dos dados levantados em pesquisa, a fim de garantir que ativistas antirracistas de todo o mundo tenham acesso a informações qualificadas que permitam a sua ação direta na exposição de organizações. Trata-se de uma estratégia relevante por constituir uma mobilização para a incidência internacional a partir do conhecimento. Da mesma maneira provoca o fato dos fundos recentes, dedicados em seu processo de consolidação, e muito articulado com outros fundos e com um campo relevante. Essa ação teve impacto, não somente para fora, mas especialmente dentro do próprio campo do financiamento feminista, uma vez que a exposição feita também é sobre o que esses fundos foram ou não capazes de avançar no combate ao racismo enquanto estigma à destinação de recursos para as populações afrocaribenhas, afrobrasileiras e africanas.

3.3.5 Documento V - Relatório Feminist Funding in Practice

Figura 7 – Capa do *Feminist Funding in Practice*



Fonte: Prospera (2024).

O Relatório Prospera Rede Internacional de Fundos de Mulheres. Financiamento Feminista na prática: uma análise de 5 anos, de 2016 a 2020, publicada em 2022, trata-se de um dos primeiros documentos encontrados ao se realizar esta pesquisa. Nesse sentido, é um documento estratégico porque é um dos primeiros a reunir dados de maneira sistematizada e com infográficos especificamente sobre o tema.

Pergunta #1 - São apresentadas no documento analisado informações capazes de informar sobre as múltiplas categorias (raça, classe, gênero, deficiência...)?

No que tange à interseccionalidade no relatório analisado, a primeira informação relevante diz respeito ao levantamento dos principais temas de atuação dos fundos que são parte da rede, sendo eles:

- 1) Direitos Humanos das Mulheres, LGBTQIAPN+ e minorias;
- 2) Violência de Gênero;
- 3) Liderança, Participação e Empoderamento,
- 4) Direitos Sexuais e Reprodutivos; e
- 5) Justiça Socioambiental.

Esses são financiamentos flexíveis, de longo prazo, resposta rápida ou emergência e multianual. As **populações financiadas** são mulheres, mulheres jovens, meninas, adolescentes, pessoas LBT+, mulheres rurais e de comunidades agrícolas, mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres de grupos étnicos e populações racializadas, mulheres migrantes, refugiadas, vítimas de conflito e guerra, trabalhadoras sexuais e outras, como afirma o mesmo relatório citado acima.

Figura 8 – Financiamento concedido entre 2016-2020

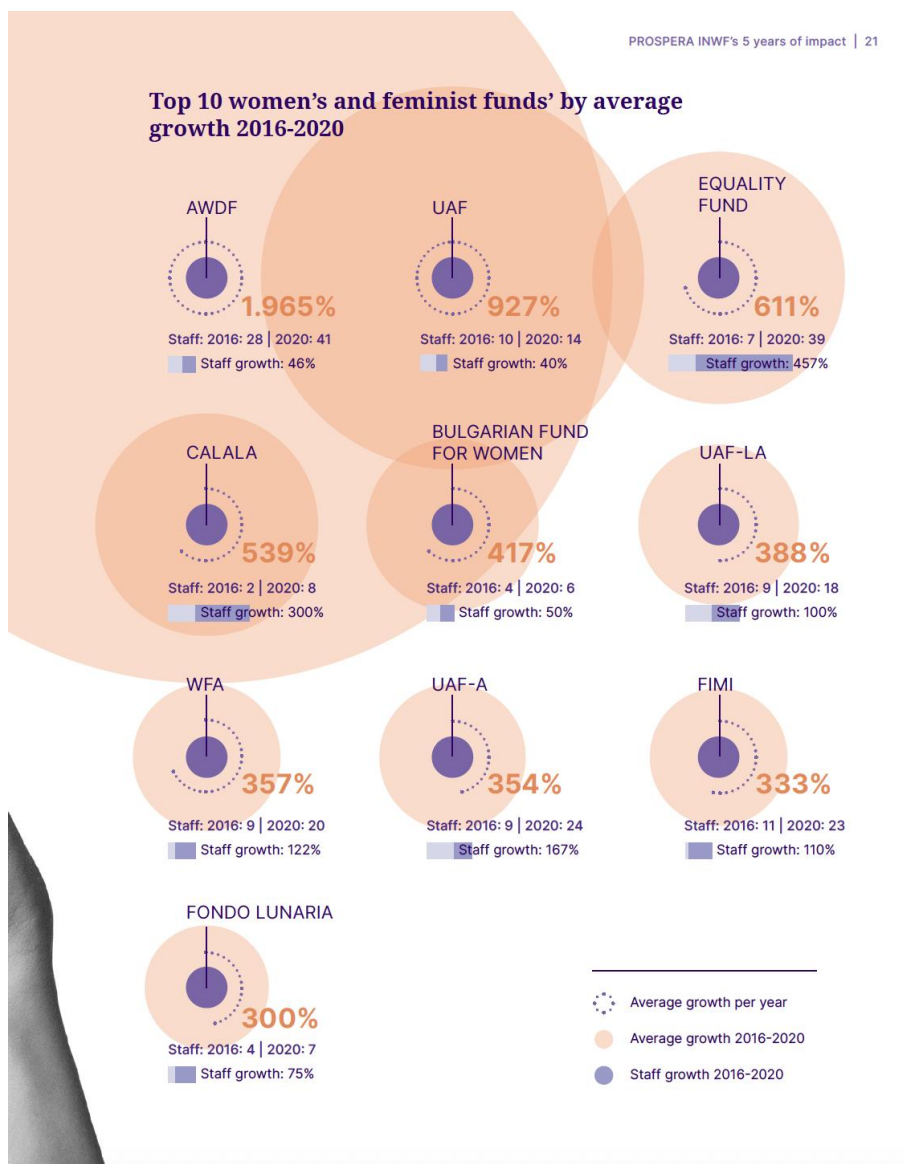


Fonte: Prospera (2024).

Pergunta #2 - No que tange à produção de conhecimento e sistematização de dados, de que maneira essa informação produzida tem compromisso com a interseccionalidade, a defesa da justiça e a promoção de direitos?

Segundo o relatório, as principais fontes de financiamento dos fundos integrantes estão divididas em fundações governamentais bilaterais com 39%; fundações privadas com 36%; indivíduos com 16%; corporações com 6%; e Fundos de Mulheres com 3%.

Figura 9 – Os dez principais fundos de mulheres e fundos feministas



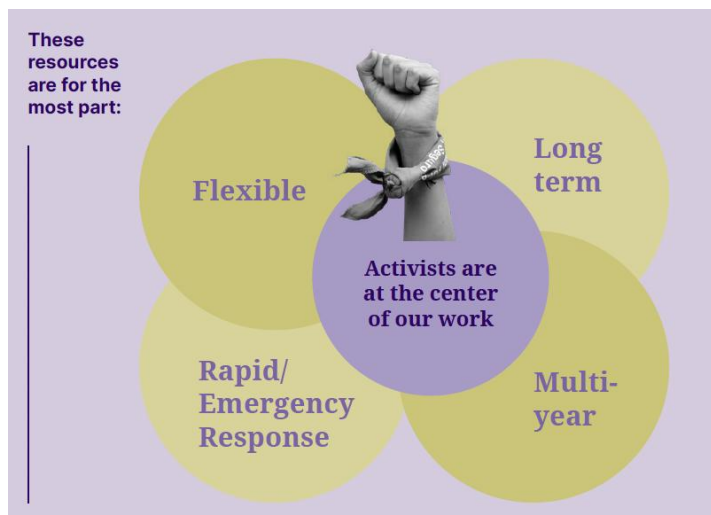
Fonte: Prospera (2024).

Pergunta #3 - Como é possível notar compromissos de solidariedade no documento analisado?

Uma das dimensões bastante frisada no documento é a centralidade da ação das ativistas. Ou seja, há uma compreensão também de como é estratégico no espaço de uma rede internacional a atenção e o foco no acompanhamento e no cuidado com ativistas. Isso tanto pelo fato de que não existe trabalho social sem ativistas, quanto porque são as ativistas as figuras mais perseguidas e ameaçadas de morte, em especial as mulheres defensoras. Essa é uma defesa que é bastante

relevante no documento da Rede Prospera e que não esteve tão demarcada em outros.

Figura 10 – Ativistas no centro do trabalho



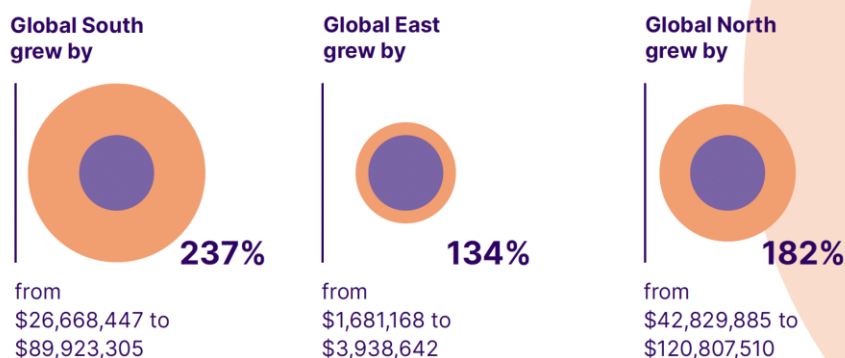
Fonte: Prospera (2024).

E, em especial, a solidariedade entre a atuação dos próprios fundos feministas e fundos de mulheres enquanto um processo de avanço na prática dentro do campo de financiamento, fruto da estratégia de atuação em rede. Essa estratégia teve como efeito o aumento da receita anual desses fundos, como descrito na tabela elaborada por Prospera e apresentada no relatório:

Figura 11 – Os fundos da rede triplicaram sua receita anual de 2016 a 2020

20 | Feminist Funding in Practice

All Funds in the Network tripled their annual revenue from 2016-2020



Fonte: Prospera, 2024.

Pergunta #4 - É possível notar na análise desse documento as divisões, as distâncias e as diferenças entre pessoas, grupos, organizações, regionalidades ou qualquer outra dimensão que se relacione com a noção de fronteira e limite?

O relatório apresenta uma lista dos financiamentos ativos em 172 países do mundo, com mais de 12 mil organizações recebendo recursos. Entre as regiões, 23 são no Sul Global, 12 no Norte Global e 9 no Oriente. Abaixo a tabela descrita:

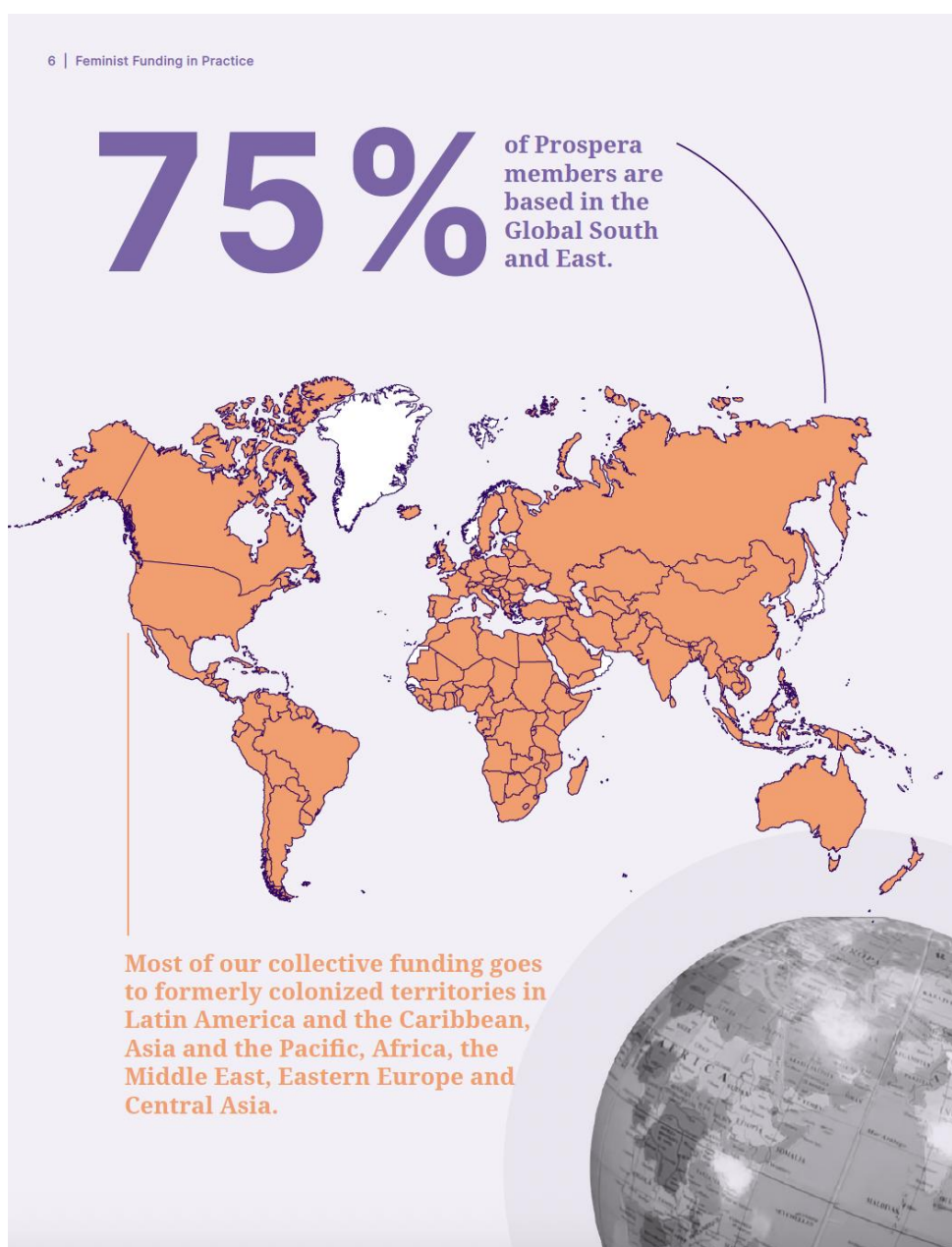
Quadro 3 – Financiamentos ativos em 172 países

SUL GLOBAL (23)	African Women's Development Fund (Ghana), Her Fund (Hong Kong), Doria Feminist Fund (Lebanon/ Egypt), Fondo de Acción Urgente para América Latina y el Caribe (Colombia), Fondo Alquimia (Chile), Fondo Boliviano de Mujeres Apthapi Jopueti, Fondo Centroamericano de Mujeres (Costa Rica), Fondo Lunaria (Colombia), Fondo de Mujeres del Sur (Argentina), Fond pour les Femmes Congolaises (Democratic Republic of the Congo), Fondo Semillas (Mexico), Fundo Elas+ (Brazil), International Indigenous Women's Fund (FIMI) - (Perú), Korea Foundation for Women, Mongolian Women's Fund (Mones), Urgent Action Fund-Africa (Kenya), Urgent Action Fund- Asia and the Pacific (Philippines), Tewa (Nepal), South Asia Women's Fund-India, Women's Fund Asia (Sri Lanka), Women's Fund Fiji, Women Fund Tanzania, Xoesse the Francophone Women's Fund (Togo)
NORTE GLOBAL (12)	Astraea Lesbian Foundation for Justice (USA), Calala (Spain), Equality Fund (Canada), filia die frauenstiftung (Germany), FRIDA I the Young Feminist Fund (Canada), Global Fund for Women (USA), Heart and Hand (USA), Mama Cash (Netherlands), Mediterranean Women's Fund (France), Urgent Action Fund for Women's Human Rights (USA), Women First (USA), Women Win (Netherlands)
ORIENTE (9)	Bulgarian Fund for Women, Ecumenical Women's Initiative (Croatia), FemFund Poland, Reconstruction Women's Fund (Serbia), Slovack-Czech Women's Fund (Czech Republic), Taso Foundation (Georgia), Ukrainian Women's Fund, Women's Fund Armenia, Women's Fund Georgia

Fonte: elaboração própria

Algumas observações são importantes e convenientes para analisarmos. Atualmente integram a Rede Prospera 6 Fundos Africanos e 9 Latino-americanos e caribenhos. Além de acesso às redes, esses fundos têm acompanhamento para acesso a financiamento. As redes mais tradicionais no campo, como Mama Cash, Global Fund For Women e Women First, estão no Norte Global, de forma bastante expressiva nos EUA.

Figura 12 – 75% dos membros do Prospera estão localizados no sul e leste do mundo

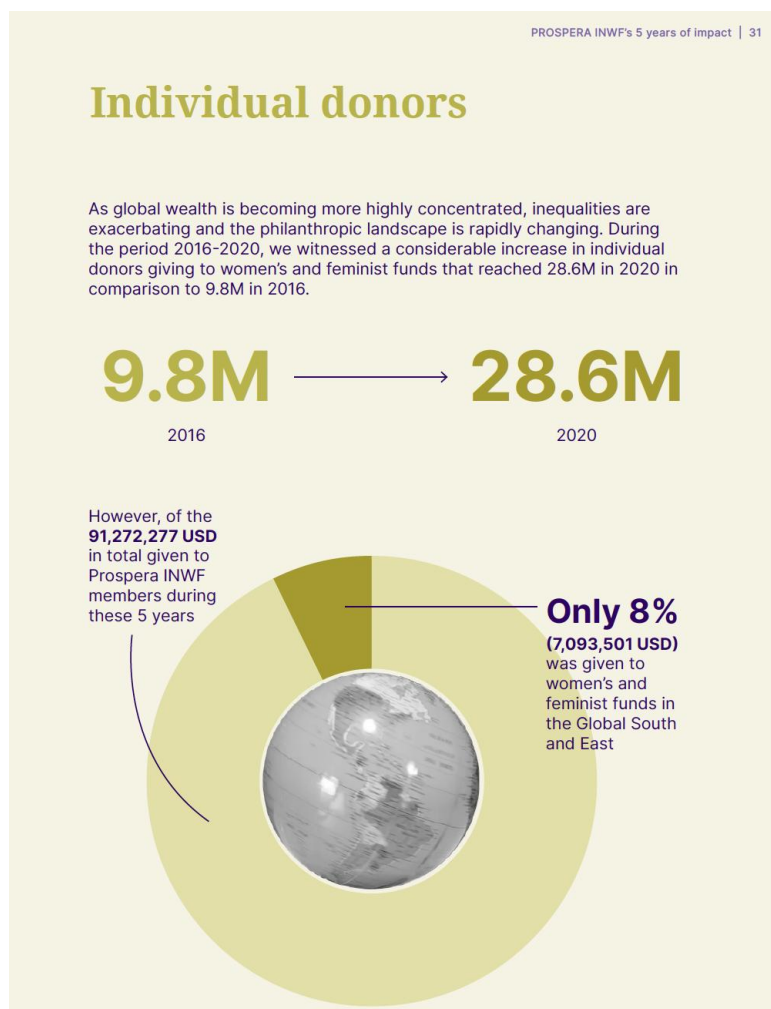


Fonte: Prospera (2024).

Pergunta #5 - De que maneira eu percebo a minha interação com o documento analisado?

Uma das informações que se destacam na leitura deste documento é a dimensão de aumento da doação de indivíduos.

Figura 13 – Doação de indivíduos



Fonte: Prospera (2024).

Ao fim do relatório é apresentado o volume de solicitações não contempladas pelo fundo, contabilizando as propostas elegíveis que não tiveram oportunidade de financiamento por limite de recursos disponíveis. Destaca-se, nesta lacuna, a ausência de financiamentos sem condicionantes restritivas, uma vez que a maior parte dos recursos era destinada a fins específicos, focados nas atividades e pouco na garantia de direitos trabalhistas, de melhores condições de trabalho e de menos burocracia para o apoio às ativistas engajadas.

3.4 Conclusões do capítulo

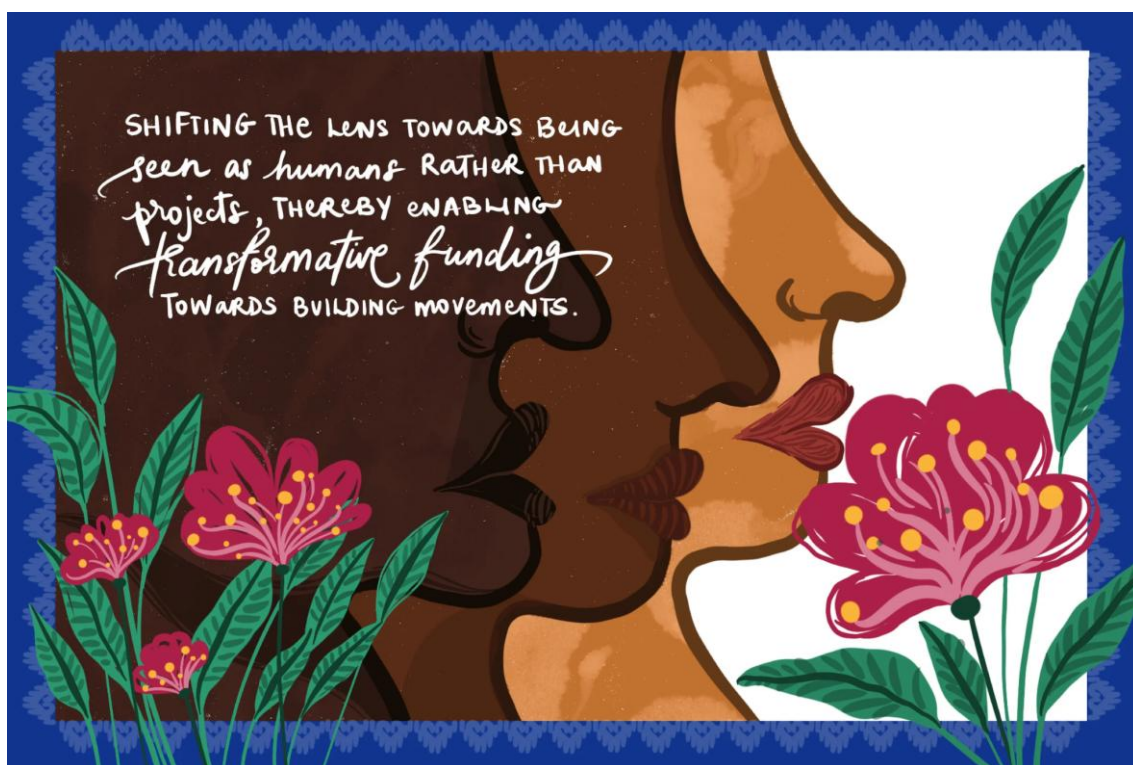
O Capítulo 3 teve um papel central no desenvolvimento da pesquisa, pois representou o mergulho analítico no objeto de estudo. A partir do *Marco Feminista Transnacional Negro*, avançamos para a análise dos cinco documentos selecionados. Esse marco metodológico possibilitou compreender como se constituem, enquanto conceito e prática, os Fundos de Mulheres e os Fundos Feministas, em especial no que se refere à prática específica do financiamento feminista e à construção de um espaço ampliado que pode ser definido como ecossistema de financiamento feminista. Dessa forma, chegamos ao núcleo da investigação: avaliar em que medida, ao se alinharem aos cinco princípios do *Marco Feminista Transnacional Negro*, essas práticas podem ser consideradas alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Alguns resultados alcançados a partir da mobilização dos conceitos para análise incluem:

- 1) Os Fundos de Mulheres e os Fundos Feministas conceituam o financiamento feminista como ferramenta política, voltada à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos movimentos feministas.
- 2) Os Fundos Feministas e Fundos de Mulheres avaliados propõem uma ruptura com os modelos neoliberais de desenvolvimento, defendendo economias pautadas pelo cuidado e pela justiça social. Nesse horizonte, afirmam a centralidade das políticas sociais universais (trabalho, saúde, educação), articuladas ao compromisso coletivo de superar todas as formas de opressão, marginalização e discriminação (Women Radically Transforming a World in Crisis, 2019) a partir do investimento dos seus recursos.
- 3) Reforçam a necessidade de garantir que mulheres e comunidades marginalizadas tenham acesso às necessidades básicas — segurança alimentar, água potável, moradia adequada, salários dignos e serviços integrais de saúde — como condição fundamental para a construção de alternativas emancipatórias. Assim como consideram como prioritários os apoios em situações de violência e emergência.

Assim, este capítulo consolida a compreensão de que o financiamento feminista, quando orientado por esses princípios e realizado por esses fundos, não se limita a um mecanismo de apoio financeiro, mas constitui um instrumento estratégico de transformação social que desafia e se aproxima das alternativas ao modelo de desenvolvimento imposto, em um processo sistêmico junto a organizações e movimentos feministas.

Figura 14 – Construindo movimentos



Fonte: Iyengar (2019)

CONCLUSÃO

A análise realizada a partir do *Marco Feminista Transnacional Negro* foi uma decisão metodológica interessante diante do alinhamento com o objetivo proposto para esta pesquisa, assim como para uma análise crítica e situada dos documentos elaborados pelos Fundos de Mulheres e Fundos Feministas. Essa metodologia reafirma a importância de articular teoria e prática, no caso dessa pesquisa o ativismo e a academia, para a produção de conhecimento. Além disso, o

deslocamento analítico permitiu que a análise da transferência de recursos fosse analisada com uma forte dimensão de prática política. Vale ressaltar que a experimentação dessa metodologia também contribui no campo do uso de novas metodologias para pesquisa em Relações Internacionais, uma vez que não foram localizadas outras pesquisas que utilizam essa metodologia para além da própria autora.

A solidariedade, não somente pelo papel que ela constitui na metodologia, mas também pelas defesas e afirmações dos Fundos Feministas e dos Fundos de Mulheres se torna um ponto forte a ser refletido. A solidariedade de maneira prática com a distribuição de recursos financeiros, dialogando também com o debate do cuidado, já que muitas vezes para defensores e defensoras de direitos humanos faltam recursos para garantir não só sua segurança física, mas também sua alimentação, sua saúde mental e sua atuação política. Aqui, a solidariedade como uma prática internacionalista está na dimensão de uma aliança entre povos de todo o mundo, especialmente entre mulheres e pessoas LGBTQIA+ do mundo todo, reconhecendo para além dos territórios as suas diversidades e as suas possibilidades de aliança. Há, entretanto, muitas redes internacionais que não representam essa solidariedade, mas é possível afirmar diante da análise exposta que a intencionalidade dos Fundos de Mulheres e dos Fundos Feministas é de fortalecimento de lutas de resistência às violências coloniais, racistas e patriarcais a partir de bases solidárias.

Dessa maneira, é possível afirmar que as práticas dos fundos fortalecem o que são as alternativas ao desenvolvimento, mas elas por si não são as alternativas, já que elas estão fundamentalmente dentro de uma estrutura de poder do desenvolvimento. Ou seja, as ações nos territórios lideradas por mulheres e pessoas em suas mais amplas diversidades são as alternativas. O movimento feminista referenciado aqui luta para que não existam mais milionários, assim como para que, em um horizonte utópico, não sejam necessários os próprios movimentos, a fim de que exista uma realidade em que a violência patriarcal, racista e de classe não exista mais.

Os fundos, então, mesmo dentro desse sistema de desenvolvimento, realizam um enfrentamento e uma busca de transformação do mesmo desde dentro, como um hackeamento, mas que ainda precisa ser melhor compreendido em termos de impacto. Isso porque, na presente pesquisa, a análise foi feita a partir dos

documentos elaborados pelos próprios fundos, que apesar de serem críticos aos seus próprios trabalhos, não apresentam quais são as avaliações daquelas lideranças, coletivos e organizações que recebem o recurso que elas destinam. Serão necessárias novas pesquisas, com entrevistas e levantamento de informações sobre esses financiamentos a partir de outras atrizes desse ecossistema de financiamento feminista para analisar em maior complexidade.

Os dados levantados e sistematizados aqui contribuem para a visibilização da dimensão numérica do financiamento para mulheres negras, meninas e para a comunidade trans organizada. Diante dos fatos apresentados, fica reconhecida a necessidade de incidência para o levantamento sistemático de informações sobre os recursos destinados a esses públicos que devem ser prioritários pelos índices de violência que vivem. Quando esses dados estão disponíveis, então, há um esforço estratégico coletivo para a incidência política no campo para a transformação, como foi apresentado no relatório do Fundo Feminista Negra e como foram referenciadas experiências de mapeamentos feito pelo Mama Cash. Os Fundos Feministas e Fundos de Mulheres, portanto, servem de maneira estratégica como produtores de conhecimento para a luta por mais direitos.

Em muitos momentos diante da análise dos documentos a dimensão do cuidado retornava à mesa. Pode-se perceber que esses fundos constituem parte de um sistema de cuidado das mulheres nos territórios. Especialmente os programas do Fundo de Ação Urgente, com enfoque em resposta rápida a situações de violência, o cuidado é central e quase uma condicionante para o acesso ao recurso - quer dizer, para receber os recursos são necessárias ações de cuidado, e esse cuidado pode ter a forma que for, porque há uma compreensão, conforme apresentado nos documentos analisados, por esses fundos de que autonomia é um dos primeiros cuidados possíveis para defensoras de direitos humanos. O compromisso, a proteção, a sustentação e a presença desse diálogo na prática dos fundos de mulheres e dos fundos feministas, mais uma vez, os aproximam ao que são as alternativas ao desenvolvimento vividas no território. E reafirma o que Enloe afirma: o pessoal é internacional.

A prática desses fundos, o financiamento feminista, representa uma frente de disputa de poder dentro do campo amplo de financiamento, dialogando e circulando entre as diferentes formas que ele tem, em especial dentro da AOD. Apesar de não surgir a partir do *gender mainstreaming* tem nesse período um

importante momento de transformação e marco internacional político, criticando essa mesma política e encontrando oportunidade para a denúncia de padrões burocráticos de dominação que remontam estruturas coloniais de subalternização dos nossos povos. Há também uma contradição elaborada a partir do entendimento da origem desses fundos, que é a relação com pessoas herdeiras, nesse caso mulheres herdeiras. De partida, há uma diferença importante entre o que fundos iniciados com fortunas investidas são capazes de fazer, em termos inclusive de estrutura e manutenção com o passar do tempo, mas também o que os fundos que começam sem essa estrutura dependem para continuar — nesse sentido, muitas vezes como foi abordado, são necessários trabalhos voluntários até que a estrutura do fundo tenha corpo institucional para se manter. Essa tensão é importante para reconhecermos que, se tratando de dinheiro, as tensões de classe ficam ainda mais expostas — na vida — mas isso acontece também entre os fundos. Neste tema também há muito a ser explorado e debatido no futuro, especialmente por se tratar de um movimento que diretamente ou indiretamente está sendo financiado por aqueles que têm privilégios e estruturas de poder que o movimento busca exterminar.

Desde o início da pesquisa, houve interesse sobre a relação que é possível identificar entre as redes transnacionais e o financiamento feminista. De início, em alguns momentos, esse entendimento ficava confuso: os fundos foram criados pelas redes feministas transnacionais? Se foram criados, eles são então parte do movimento? O que significa entender os fundos enquanto movimento feminista? Apesar de essas não serem as principais perguntas exploradas aqui, essas reflexões estiveram presentes na análise durante a pesquisa. As redes pautam sim os fundos, são a movimentação que dá origem, mas que especialmente, sustenta essa reflexão política a nível internacional. Os fundos feministas analisados não teriam o escopo de atuação, a crítica e a dimensão política que eles têm se não fosse a relação indissociável deles com as redes feministas transnacionais. Entretanto uma coisa não é igual a outra: os fundos são fundos e as redes são as redes. Há um intenso diálogo entre um e outro, há inclusive uma prática de participação política muito importante para a tomada de decisão que vem sendo construída por esses fundos, como foi abordado nas análises, mas eles têm papéis e funções diferentes dentro de um ecossistema feminista.

Retomando as alternativas para a análise, o financiamento feminista é um compromisso político com práticas pós-desenvolvimentistas, que valorizam os saberes locais e a solidariedade comunitária em busca do Bem Viver e a partir de uma leitura interseccional, que coloca o corpo-território das mulheres defensoras como prioridade para a possibilidade de viver essas alternativas. Tem representado um crescimento relevante, em especial justamente pela capacidade que tem assumido de responder às demandas do movimento feminista, mas ainda não suprem a necessidade existente. E é importante ressaltar também que há uma dimensão de tensão que também pode nutrir futuras pesquisas: a incidência deve ser para mais investimentos de caráter privado, ou seja, a partir da filantropia, ou é a partir da cooperação entre Estados que devemos falar sobre financiamento para a luta por direitos? Olhando como essas estruturas de financiamentos podem ou não ser transformadas. E, em que medida, construir espaços de tanta relação com investidores privados não é uma contradição por si só em relação às lutas? Constatase que, atualmente, diante dos dados apresentados, a necessidade fala muito mais alto e em situações urgentes essas questões ficam em segundo plano. Afinal, a contradição é parte constitutiva da nossa experiência de luta em um sistema profundamente racista, capitalista e patriarcal.

A pesquisa expõe a necessidade de fortalecimento do financiamento flexível e de base, assim como a centralidade de modelos participativos de decisão, que devem ter as vozes negras, indígenas, trans e populares na definição de prioridades não somente dos fundos estudados, mas de todo o campo de financiamento internacional. O financiamento feminista não é apenas sobre o recurso: é prática política, expressão de cuidado e solidariedade. Isso representa um ganho político. É um campo em disputa, com suas profundas contradições, mas que contribui para fortalecer e manter vivas experiências alternativas ao desenvolvimento. A pesquisa contribui para visibilizar, registrar e fortalecer esse campo, propondo solidariedade como prática e horizonte. Assim como contribui para o fortalecimento do debate no Brasil e na América Latina.

Figura 15 – O pessoal é internacional



Fonte: Prospera (2024).

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, n. 47, p. 201-252, 1997.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2014.

ALVES, Mario. Terceiro setor: as origens do conceito. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 27., 2002, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Enanpad, 2002. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2019/09/04/16_30_48_593_TEXT_O_01_Terceiro_Setor_as_origens_do_conceito.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

ASIA PACIFIC FORUM ON WOMEN, LAW AND DEVELOPMENT (APWLD). **Feminist development justice**: a framework for a transformative agenda. Chiang Mai, 2016.

ASTRAEA LESBIAN FOUNDATION FOR JUSTICE. **Feminist Funding Principles**. 2019. Disponível em: <https://www.alliancemagazine.org/wp-content/uploads/2019/05/Feminist-Funding-Principles-Rev19-v10-pages-2-1.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

ASTRAEA LESBIAN FOUNDATION FOR JUSTICE. **Rays of Resistance**: Annual Report 2024. 2025. Disponível em: <https://astraeafoundation.org/blog/rays-of-resistance-annual-report-2024/>. Acesso em: 18 set. 2025.

AWID. **Where is the money for feminist organizing?**. 2021. Disponível em: <https://www.awid.org/news-and-analysis/2021-brief-where-money-feminist-organizing>. Acesso em: 18 set. 2025.

BAMBIRRA, Vania. **Teoria de la dependência**: uma anticrítica. México, D.F: Era, 1978.

BARROS, Luciano Alencar. O fim político da “Era de Ouro” nos Estados Unidos. **Leituras de Economia Política**, n. 20, p. 23-34, 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L30/6_Artigo_02.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

BARRY, Jane; DJORDJEVIC, Jelena. **Que sentido tem a revolução se não podemos dançar?**. [S.I.]: Fundo de Ação Urgente pelos Direitos das Humanos das mulheres, 2007.

BARTON, Carol. Integrating feminist agendas: gender justice and economic justice. **Development**, n. 48, p. 75-84, 2005.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In*: Lima SOBRINHO, et. al. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

BENERÍA, Lourdes; BERIK, Günseli; FLORO, Maria Sagrario. **Gender, development and globalization**: economics as if all people mattered. 2. ed. New York: Routledge, 2015.

BLACK FEMINIST FUND (BFF). **Onde está o dinheiro para os Movimentos das Feministas Negras?**. 2023. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/63e021d24b58945e72d0b01c/t/6493705447f3c9265e24678d/1687384151278/Onde+est%C3%A1+o+Dinheiro+para+os+Movimentos+das+Feministas+Negras%3F.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

BOSERUP, Ester. **Women's role in economic development**. London: George Allen & Unwin, 1970.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Fernando; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamentado do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHOWDHRY, Geeta. Engendering Development? Women in Development (WID) in International Development Regimes. *In*: MARCHAND, Marianne H.; PARPART, Jane L. (ed.). **Feminism/Postmodernism/Development**. London: Routledge, 1995.

CIVIL SOCIETY FINANCING FOR DEVELOPMENT MECHANISM. **The Fourth International Conference on Financing for Development (FfD4)**. 3 jul. 2025. Disponível em: <https://csoforffd.org/conference/2025-conference/4th-ffd-conference-2025/general-information/>. Acesso em: 18 set. 2025.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **On intellectual activism**. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2015.

COMMON Ask Framework: resources for feminist movements. 21 dez. 2024. Disponível em: https://f4ff.global/assets/2024/12/CAF_021224.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da.; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves de.; SOUZA, Dércio Bernardes de. Rostow e os estágios par o desenvolvimento. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 11-16.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory. **Millenium**: Journal of International Studies, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Chicago: University of Chicago Forum, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CRUZ, Lindalva Alves. Crítica Epistemológica do Feminismo. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007. São Luís, 2007. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES_CRUZ.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys et al. (org.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Universidad del Cauca, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. A Cooperação Internacional para o desenvolvimento como uma expressão específica da cooperação internacional: um levantamento teórico. **OIKOS**, v. 13, n. 2, p. 115-128, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51922>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DIAS, Júlia Machado; ARCÂNGELO, Élton de Mello. Feminismo Decolonial e Teoria Queer: limites e possibilidade de diálogo nas Relações Internacionais. **Monções**, v. 6, n. 11, jan./jun. 2017, p. 121-151. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6913>. Acesso em: 20 jul. 2025.

EDWARDS, Michael. **Civil Society**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist senso of International Politics**. Los Angeles: University of California Press, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Post-development as concept and social practice. In: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspective**. New York, London: Routledge, 2007. p. 18-33.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **Revista La Manzana de la Discordia**, v. 9, n. 2, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Bianca; SANTOS, Camila; BORGES, Maria Julia. A questão racial nas exigências de gênero: feminismo para quem? **Revista Apoena**, v. 3, n. 6, p. 25-47, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/apoena/article/view/12243>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERREIRA, Mariana. Os direitos reprodutivos das mulheres e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 25, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/download/971/811/2943>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FRASER, Nancy. Contradições do capital e cuidados. **Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 455-469, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 17 set. 2025.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

FRASER, Nancy. O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FREEMAN, Jo. **The Politics of Women's Liberation**: a case study of an emerging social movement and its relation to the policy process. Champaign: University of Illinois Press, 2005.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GLOBAL ALLIANCE FOR GREEN AND GENDER ACTION (GAGGA). **Home**. 2025. Disponível em: <https://gaggaalliance.org/es/>. Acesso em: 18 set. 2025.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Surplus possibilities: post-development and Community economies. In: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspective**. New York, London: Routledge, 2007. p. 145-162.

GILLESPIE, Elizabeth. **Women's Foundations and Funds**: a landscape study. Nebraska: University of Nebraska Omaha, 2019.

GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future**: Modernization Theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 36-49.

GROVES, Leslie; HILTON, Rachel (ed). **Inclusive Aid**: changing power and relationships in International Development. London: Earth Scan, 2004.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Boas práticas na relação entre financiadores e donatários**. São Paulo: Grupos de Institutos, Fundações e Empresas, 2020.

- GUDYNAS, Eduardo. Bem-viver: germinando alternativas ao desenvolvimento. **América Latina em Movimento**, n. 462, p. 1-20, 2011.
- GUIMARÃES, Juliana Braga. **Financiamento filantrópico, desenvolvimento internacional e agroecologia urbana**. 2022. 85f. Dissertação (Mestrado em Análise e Gestão de Políticas) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2022.
- GUZZINI, Stefano. Uma reconstrução do construtivismo nas Relações Internacionais. **Monções**, v. 2, n. 3, p. 376-429, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/3109>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- HABERMAN, Friederike; ZIAI, Aram. Development, internationalism and social movements. *In*: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspective**. New York, London: Routledge, 2007. p. 212-225.
- HALL, K. Melchor. **Naming a transnational black feminist framework: writing in darkness**. New York: Routledge, 2020.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 7, p. 7-41, 1995.
- HARCOURT, Wendy (org.). **Feminist perspectives on sustainable development**. London: Zed Books, 1994.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 1, p. 7-31, 1993.
- HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose knowledge? Thinking from Women's Lives**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.
- HARTSOCK, Nancy. **Money, sex, and power: toward a feminist historical materialism**. New York: Longman, 1985.
- HEMMINGS, Clare. **Why Stories Matter: the political grammar of Feminist theory**. Durham: Duke University Press, 2011.
- HESSINI, Leila. **Financing for gender equality and women's rights: the role of feminist funds**. 2020.
- HESSINI, Leila; Bluthgen, Rainer. **Financing for gender equality and women's rights: the role of feminist funds**. 2019.

HIRSCHMAN, Albert Otto. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. *In*: HIRSCHMAN, Albert Otto. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 49-80.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IYENGAR, Sonaksha. **Feminist Funding Manifesto**. 2019. Relatório ilustrado do evento Revolutionising Philanthropy. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5acdaa52da02bcf0fc167261/t/5e0993bcffed9d219a9f2aa9/1577685953502/Feminist+Funding+Manifesto.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

IMAM, Ayesha M. Feminism, religion and women's rights in Nigeria. *In*: COLE, Catherine; MANUH, Takyiwaa; MIESCHER, Stephan (ed.). **Africa after Gender?**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

JEGER, Ernesto. Ensaio bibliográfico: parcerias público-privadas. **Revista do Serviço Público**, ano 47, v. 120, n. 1, 1996. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1868>. Acesso em: 20 jul. 2025.

KANIA, John; KRAMER, Mark. Collective Impact. **Stanford Social Innovation Review**, v. 9, n. 1, p. 36-41, 2011.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAPID, Yosef. The Third Debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LERNER, Daniel. **The passing of traditional society**: modernizing the Middle East. Illinois: The Free Press, 1958.

LIE, John Harald Sande. Post-development and the discourse-agency interface. *In*: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development**: theory and practice, problems and perspective. New York, London: Routledge, 2007. p. 47-62.

LIMA, Andréa Moreira. Epistemologias feministas, psicologia social e pós-colonialismo: aproximações e desafios. **Psicologia Para a América Latina**, v. 36, p. 251-263, 2021.

LOCKE, John. **O Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOPES, Luara Landulpho Alves. Identidade e exclusão: a abordagem feminista das relações internacionais. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., Caxambu, 2006. **Anais [...]**. Caxambu, 2006.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jan./jun. 2008.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 51-81.

MAMA CASH. **Change that lasts: 40 years of impact**. 2024. Disponível em: <https://www.mamacash.org/wp-content/uploads/2024/06/Mama-Cash-40-years-Impact-Study-Report.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

MAMA, Amina. Challenging subjects: gender and power in African contexts. **African Sociological Review**, v. 5, n. 2, p. 63-73, 2001.

MARCHAND, Marianne; PARPART, Jane (ed.). **Feminism/Postmodernism/Development**. London: Routledge, 1995. Disponível em: <https://anti.noblogs.org/files/2020/11/Feminism-Postmodernism-Development-edited-by-Marianne-H.-Marchand-and-Jane-L.-Parpart.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. 8. ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1977. p.3-26.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, p. 231-245, 2015. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MAVINGA, Hwimma Rodrigues. Ser feminista em Angola: desafios e perspectivas para o futuro. **Resurj**, 11 ago. 2024. Disponível em: <https://resurj.org/reflection/ser-feminista-em-angola-desafios-e-perspectivas-para-o-futuro-being-feminist-in-angola-challenges-and-perspectives-for-the-future/>. Acesso em: 17 set. 2025.

MAWDSLEY, Emma. **From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape**. London: Zed Books, 2012.

MEKGWE, Pinkie. Theorizing African Feminism(s): the ‘colonial’ question. **Codesria Gender Series**, Dakar, 2008.

MILANI, Carlos R. S. Instituições bilaterais dos países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento. *In*: MELLO E SOUZA, André de (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. p. 113-140.

MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.

MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 2, p. 5-22, 2013.

MOGHADAM, Valentine M. **Globalizing Women: Transnational Feminist Networks**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob olhos ocidentais**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes revisited: feminist solidarity through anticapitalist struggles. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 2, p. 499-535, 2008.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Feminist Review**, n. 30, p. 61-88, 1988.

MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (org.). **Third World Women and the Politics of Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 59-80, jan./abr. 2013.

MOSER, Caroline. **Gender planning and development: theory, practice and training**. London: Routledge, 1993.

MOURA, Lucyvanda; VISENTAINER, Katia. **Diálogos sobre cooperação e filantropia: para defesa de direitos e desenvolvimento**. [S.l.]: Coordenadoria Ecumênica de Serviço, 2021.

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990**. 2004. 126f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

NUSTAD, Knut G. Development: the devil we know? *In*: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspective**. New York, London: Routledge, 2007. p. 35-46.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Organisational structure**. [2025a]. Disponível

em: <https://www.oecd.org/en/about/organisational-structure.html>. Acesso em: 15 maio 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Home**. [2025b]. Disponível em: <https://www.oecd.org/>. Acesso em: 15 maio 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. **Theories of Development**: contentions, arguments, alternatives. 2. ed. New York, London: The Guilford Press, 2009.

PERRY, Keisha-Khan Y. "If we didn't have water": black women's struggle for urban land rights in Brazil. **Environmental Justice**, v. 2, n. 1, p. 9-14, 2009.

PINO, Bruno Ayllón. Atores não-governamentais. In: MELLO e SOUZA, André de. (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. p. 141-175.

PROSPERA. **Feminist Funding in practice**: 5 year trends. 2024. Disponível em: <https://prospera-inwf.org/resource/5-year-trends/>. Acesso em: 18 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 118-142.

RAVINDRAN, T. K. S. et al. Advocacy for resourcing feminist and women's rights movements: an interview with the association for women's rights in development (AWID). **Sexual and Reproductive Health Matters**, v. 31, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26410397.2023.2214979>. Acesso em: 18 set. 2025.

RICARDO, David. **Princípios da Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIST, G. **The history of development**: from Western origins to global faith. London: Zed Books, 2008.

ROCHELEAU, Dianne; THOMAS-SLAYTER, Barbara; WANGARI, Esther (ed.). **Feminist Political Ecology**: global issues and local experiences. London: Routledge, 1996.

ROSA, Karen Susan Pitinga da. **Perspectivas feministas e de gênero nas Relações Internacionais**: ponderações sobre a trajetória destas abordagens nos estudos de paz e segurança. 2019. 15p. Artigo científico (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

ROSSETTI, Fernando. Brasil: da filantropia ao investimento social privado. **WINGS**: Worldwide Initiatives for Grantmaker Support, 2010. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/da-filantropia-ao-investimento-social-privado>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth**: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SACHS, Wolfgang. **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. New Jersey: Zed Books, 1992.

SAEZ, Erika Sanchez; SILVA, Graziela Santiago Belo da. **Investimento Social Privado**: um campo cada vez mais diverso. Brasília: Instituto de Política Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/02dc943d-16d0-47e1-b01d-65c6baa098ff/content>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SANTOS, Claire; CARRIÓN, Rosinha. Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1847-1868, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600011>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? *In*: ENCONTRO REDOR, 10., Salvador, 2001. **Anais** [...]. Salvador, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SAUVIAT, Luciole. Post-development and further: difference from “inside” and autonomy. *In*: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development**: theory and practice, problems and perspective. New York, London: Routledge, 2007. p. 99-110.

SCHEARER, Bruce. **The Role of Philanthropy in International Development**. New York: The Synergos Institute, 1995. Disponível em: <http://live-syn-synergos.pantheonsite.io/sites/default/files/media/documents/philanthropyinternationaldevelopment.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

SEN, Gita. Gender Equality and Women’s Empowerment: Feminist Mobilization for the SDGs. **Global Policy**, v. 10, p. 28-38, 2019.

SEN, Gita; GROWN, Caren. **Development, crises, and alternative visions**: Third World Women's Perspectives. New York: Monthly Review Press, 1987.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive**: women, ecology and development. London: Zed Books, 1988.

SILVA, Ana Luísa; BERNARDO, Luís Pais; MAH, Luís. **O futuro da cooperação internacional para o desenvolvimento**: fragmentação, adaptação e inovação num mundo em mudança. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD, 2021. Disponível em: https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/estudo_o_futuro_da_cooperacao_internacional_para_o_developmento_final.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Ana Paula; LINHARES, Monique; MELO, Rachel. Por uma virada pós-secular: o feminismo islâmico e os desafios aos feminismos (seculares) em Relações Internacionais. **Monções**, v. 6, n. 11, p. 58-88, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6904>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SILVA, Joasey; CARMO, Valter; RAMOS, Giovana. As quatro ondas do Feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SMITH, Jackie; WIAAT, Dawn. **Global Democracy and the World Social Forums**. New York: Routledge, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (ed.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

SRIVASTAVA, Tulika. Revolutionising philanthropy across Asia and the Pacific. **Alliance Magazine**, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.alliancemagazine.org/feature/revolutionising-philanthropy-across-asia-and-the-pacific/>. Acesso em: 17 set. 2025.

STEADY, Filomina Chioma. **The black woman cross-culturally**. Cambridge: Schenkman Publishing, 1981.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TELO, Florita. Movimento feminista em África introduzindo a Carta de Princípios Feministas para as Feministas Africanas. In: MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO GÊNERO, 13., Florianópolis, 2017. **Anais [...]**.

Florianópolis, 2017. Disponível em:
https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498445384_ARQUIVO_ArtigoCompleto_Florita.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

TICKNER, J. Ann. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, v. 21, n. 4, p. 611-632, 1997.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**: Feminist perspectives in achieving global security. New York: Columbia University Press, 1992.

TRAVERS, Julia. A new push looks to help women's funds build power from the inside out. **Inside Philanthropy**, 16 jan. 2020. Disponível em:
<https://www.insidephilanthropy.com/home/2020-1-15-a-new-push-looks-to-help-womens-funds-build-power-from-the-inside-out>. Acesso em: 18 set. 2025.

VENTURA, Raissa Whiby; KRITSCH, Raquel. Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes. **Monções**, v. 6, n. 11, p. 24-57, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6902>. Acesso em: 20 jul. 2025.

VERGARA FIGUEROA, Aurora; ARBOLEDA HURTADO, Katherine. Feminismo Afrodiaspórico: una agenda emergente del feminismo negro en Colombia. **Universitas Humanística**, v. 78, n. 78, p. 109-134, jun. 2014.

WALKING THE TALK CONSORTIUM. **Walking the talk**: common ask framework. 2024. Disponível em:
https://f4ff.global/assets/2024/12/CAF_021224.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti)capitalismo? **Crítica Marxista**, n. 17, p. 37-50, 2003. Disponível em:
<https://doi.org/10.53000/cma.v10i17.19606>. Acesso em: 30 abr. 2025.

WORONIUK, Beth. **Walking the Talk**: towards a "common ask" for resourcing feminist movements: Background Paper. 2024.

ZIAI, Aram. Post-development as concept and social practice. In: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development**: theory and practice, problems and perspective. New York, London: Routledge, 2007. p. 3-17.

ZIAI, Aram. The ambivalence of post-development: between reactionary populismo and racial democracy. *In*: ZIAI, Aram (org.). **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspective**. New York, London: Routledge, 2007. p. 111-128.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v.7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.